

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2020 a 10/03/2022

Indexação: "PL 2633/2020"

Documento 1/195

66.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2020- CD	16:36
Publ.: DCD - 21/05/2020 - 89	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Avanço da substituição da Medida Provisória nº 910, de 2019, pelo Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à alteração das Leis de nºs 11.952, de 2009, a respeito da regularização fundiária de ocupações em terras da União; 8.666, de 1993, acerca da instituição de normas de licitações e contratos da administração pública; e 6.015, de 1973, referente a registros públicos. Apreensão do orador com a situação das instituições filantrópicas de saúde, diante da pandemia de coronavírus. Solicitação ao Ministério da Saúde de habilitação de leitos destinados ao tratamento de pacientes com Covid-19 em Municípios do Estado de Minas Gerais. Defesa de estabelecimento de agenda para a retomada de empregos no País. Importância de aprovação do projeto sobre a lei de incentivo à cultura. Pedido ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, de determinação, à Caixa Econômica Federal, de liberação de recursos destinados ao programa de Financiamento ao Saneamento e à Infraestrutura - FINISA.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicialmente eu gostaria de me referir ao esforço desta Casa e de destacar o esforço de V.Exa. na busca da construção de um entendimento na semana passada, quando tínhamos dificuldades para avançar com a Medida Provisória nº 910, cujo tempo para apreciação já era exíguo, e havia muitos destaques.

Com o propósito de entendimento, decidiu-se pela transformação da MP em um projeto de lei, com o Relator Zé Silva, que fez um excelente trabalho, sendo o autor desse projeto.

Eu tive a oportunidade de estudar o projeto com o Deputado Zé Silva, de acompanhar todo o esforço feito. Não tenho dúvida, é claro para mim que, quando se busca o consenso sobre um projeto, cede-se um pouco de cada lado, para se encontrar aquele que seja o ponto de

equilíbrio. Ali me pareceu que houve um avanço muito grande, porque o ponto que se entendeu ser o do equilíbrio contemplava ou contempla 93% dos produtores rurais do Brasil, que dependem de regularização fundiária. Nós estamos falando de centenas de milhares de famílias de pequenos e microprodutores. Além disso, ganha o meio ambiente, porque, regularizando a terra, um CPF, uma pessoa se torna responsável, terá que responder criminalmente se qualquer coisa fugir da legalidade. Ganha o desenvolvimento do Brasil, porque alguém que tenha a sua propriedade titularizada, registrada, terá a perspectiva de crescer, de melhorar, de produzir, como é de fato o que todos nós sabemos que se faz no campo: trabalha-se, produz-se alimento. Eu venho do meio rural e sei a luta que é. Portanto, insisto em que nós temos que fazer um esforço para avançar. Hoje vejo que tem havido dificuldades. Há aqueles que insistem em que podemos voltar à redação original da medida provisória. Espero que prevaleça o bom senso. O que não se pode permitir é que milhares de produtores rurais fiquem desamparados.

Sr. Presidente, eu tenho outra pauta, que é igualmente importante, a da saúde. Eu fiz questão de estar presencialmente em Brasília nesta semana, Deputado Antonio Brito, que é Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas - e a nossa luta é no dia a dia, não só agora durante a pandemia -, porque durante a pandemia preocupa-me mais ainda a situação das unidades filantrópicas do Brasil. Umas estão superlotadas; outras, com queda no faturamento porque têm que aguardar, reservar leitos para uma possível demanda, inclusive não marcar cirurgias eletivas, bem como parar uma série de outros serviços. Por isso, nós temos que cuidar também da habilitação desses leitos que estão preservados para atender a pacientes com COVID-19. Eu vou agora para o Ministério da Saúde porque, em Minas Gerais, graças a Deus e graças à seriedade com que o povo mineiro tem enfrentado este problema - vejam o Governador Romeu Zema e os Prefeitos -, temos tido uma incidência relativamente pequena, apesar de lamentarmos cada vida que se perde. Perdi, em Divinópolis, uma amiga, uma médica muito jovem, que teve a vida ceifada pela COVID-19. Nós sofremos muito com os seus familiares. Mas o certo é que, em Minas, ainda temos poucos casos. Talvez por isso o SUS, o Ministério da Saúde já tenha habilitado mais de 4 mil leitos extras, leitos de unidades de campanha, para receber os recursos destinados ao atendimento a pacientes com COVID-19. Em Minas foram poucas as unidades habilitadas. Então, vou agora ao Ministério da Saúde pedir que sejam habilitados os leitos que já foram encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. No caso de Divinópolis, há leitos no Hospital São João de Deus e na unidade de campanha que a Prefeitura instalou; em Coronel Fabriciano, há leitos. Em todas as cidades-polo de Minas Gerais há leitos e mesmo em cidades menores, como Santo Antônio do Monte, onde vamos

inaugurar no final da semana que vem dez leitos de UTI. Precisamos tê-los habilitados. Eu quero dizer, portanto, que nós vamos contar com o apoio do Governo Federal.

Como eu sei que nós temos que estar atentos ao tempo, Sr. Presidente, quero apenas deixar uma palavra de moderação.

Tenho assistido e tenho ouvido que o povo brasileiro tem assistido, até com certa indignação, que os ânimos parecem estar cada vez mais exaltados, e as pessoas fazem uma disputa ideológica insana e infundável no momento em que nós precisamos de união nacional, em que precisamos de paz, em que precisamos de vontade de ajudar um ao outro, em que precisamos de tolerância, de compreensão. Vi com alegria V.Exa., recentemente, conversar com o Presidente da República. Aqueles que querem só apagar incêndio com gasolina parecem não enxergar isto, não veem que há gestos de boa vontade. É preciso que estimulemos isso, para não só superar a COVID-19, mas também já preparar uma agenda melhor para o Brasil, uma agenda que realmente faça com que seja retomada a geração de empregos. Temos projetos importantes para serem aprovados, como o do licenciamento ambiental, como a própria reforma tributária. Não vamos fazer nada o resto do ano? Porque vamos conviver com isso o resto do ano. É claro que não podemos ficar parados o resto do ano. Eu vim para Brasília também para simbolizar isso. Com cuidado, usando máscara, fazendo prevenção e tendo responsabilidade, nós temos que, gradativamente, retomar as nossas ações. O Parlamento deve fazer isso.

Por exemplo: a Lei de Incentivo à Cultura. *"Ah! mas o que isso tem a ver com a COVID-19?"*. Há milhares - eu diria milhões - de artistas no Brasil, gente simples, pessoas simples lá do interior que estão impossibilitadas de fazer qualquer coisa. Com o aprimoramento da Lei Rouanet, nós damos um espaço maior para o artista iniciante, para o artista lá do interior. Esse projeto está protocolado, é de minha autoria, como Relator da CPI da Lei Rouanet.

Há também várias outras ações relacionadas ao meio rural. Eu falei do licenciamento ambiental, que tem que ser aprimorado.

Eu hoje conversava com o Ministro Tarcísio de Freitas. Nós temos que agilizar a questão ferroviária no Brasil, as obras de infraestrutura. Alguém pode falar: *"O Deputado Domingos Sávio deve estar louco, porque o dinheiro está ficando escasso, só dá para socorrer as vítimas"*. É mais uma razão para pensar em desenvolvimento, é mais uma razão para pensar em geração de emprego. Precisamos pensar no *day after*, no dia seguinte.

Eu deixo, por fim, Sr. Presidente, um pedido ao Ministro Paulo Guedes. Existe um programa do Governo, o FINISA, para o qual as Prefeituras

se prepararam no ano passado, apresentaram projetos. Não é dinheiro do Orçamento, é dinheiro da própria instituição financeira, da Caixa Econômica Federal. Ela está com esse dinheiro parado, mas precisa de autorização do Governo para emprestar esse dinheiro para obras de infraestrutura, para obras de saneamento. O FINISA precisa ser destravado pelo Ministério da Economia. Peço inclusive a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, que nos ajude nisso. Centenas de Prefeituras e até Governos de Estado estão dependendo desses recursos para dar sequência a algumas obras.

Portanto, nós temos muito o que fazer. Vamos lutar para salvar vidas no enfrentamento da COVID-19 - e vou ao Ministério da Saúde agora -, mas vamos pensar na economia também, porque gerar emprego é uma maneira de salvar vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/195

66.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2020- CD	17:36
Publ.: DCD - 21/05/2020 - 105	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à alteração das Leis de nºs 11.952, de 2009, a respeito da regularização fundiária de ocupações em terras da União; 8.666, de 1993, acerca da instituição de normas de licitações e contratos da administração pública; e 6.015, de 1973, referente a registros públicos. (proposição oriunda da Medida Provisória nº 910, de 2019). Principais eixos do parecer oferecido à proposição pelo orador.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Brasil hoje perde uma grande oportunidade de fazer justiça social e de dar segurança jurídica ao campo brasileiro. Fazer justiça social porque proprietário ou agricultor sem documento da terra é como um cidadão que não tem identidade e CPF; e dar segurança jurídica porque o Estado brasileiro - e não só este Governo, mas todos os governos que por aí passaram - não cumpriu o papel de fazer a regularização fundiária.

Falo isso do alto de 3 décadas de trabalho, como extensionista rural,

como Presidente da EMATER, a maior do Brasil, de Minas Gerais, e também como Parlamentar, há três mandatos. E para aqueles agricultores que estão lá vivendo o sonho do documento da terra própria, hoje, por razões que a própria razão desconhece, frase que casa muito bem com este momento, eu não saberia dizer os motivos de não estarmos votando hoje o Projeto de Lei da Regularização Fundiária.

O Brasil dá uma mensagem muito conturbada para nós mesmos e para o mundo. O Brasil fez uma lei, em 2009, do Terra Legal, para regularizar quem tivesse até quatro módulos fiscais. Fez o Código Florestal, que tinha mais de 16 leis, portarias, regulamentos, e mais uma lei permitindo a regularização. Em 2017 fez a Lei nº 13.465 direcionada para os assentamentos de reforma agrária. Agora veio a medida provisória do Governo, e eu tive a honra e a confiança de ser o Relator dessa medida.

Nesse tempo, às vezes fazemos curso de oratória, mas eu diria que foi um grande curso de "escutatória". Pude ouvir a Frente Parlamentar da Agropecuária. Pude ouvir a Frente Parlamentar Ambientalista. Exaustivamente ouvi os nossos colegas Parlamentares, especialmente os Líderes. Ouvi a academia, as representações dos agricultores, as representações dos movimentos do terceiro setor e do mercado. E, por fim, construí um relatório que, na minha visão técnica, pragmática e científica, atende os princípios que o Brasil precisa seguir.

O primeiro aspecto é em relação ao marco legal. Nós precisamos dar uma mensagem diferente. Não podemos dizer que, de 4 em 4 anos, o Parlamento brasileiro fará uma nova lei e o Poder Executivo fará a regularização e o reconhecimento daqueles que ocuparam as terras que são do povo brasileiro. Esta medida provisória, este nosso projeto, diz respeito a terras do povo brasileiro que estão no nome da União ou do INCRA.

Então, a mensagem tem que ser diferente.

Por isso, eu tomei a medida de manter o marco temporal das leis existentes, ou seja, refiro-me àqueles que ocuparam pacificamente as terras antes de 2008, respeitando as três leis que eu já citei.

Em relação à tecnologia de se fazer vistoria, o INCRA é o órgão federal mais importante que cuida do nosso território. Mas, dos anos 90 até agora, ele, como outros órgãos federais, foi sendo sucateado. O INCRA já teve quase 10 mil profissionais e hoje não chega a 30% dessa quantidade, sem contar que não tem dinheiro nem para o custeio da sua necessidade.

Portanto, é preciso usar a tecnologia moderna. E eu, como engenheiro,

recorri ao sensoriamento remoto, que é fazer a vistoria da terra utilizando imagens de satélite. E, neste caso, é preciso tratar também os diferentes de forma diferente.

Fiz uma análise técnica pormenorizada, com os técnicos da Casa, com a ajuda de outros técnicos de diversas instituições, e chegamos à conclusão de que, dos aproximadamente 110 mil requerimentos de regularização, hoje, no INCRA, 92% são de até 6 módulos fiscais e ocupam 47% dessa área a ser regularizada. Os outros 8% ocupam 53% da área a ser regularizada, que dá uma área de aproximadamente 9 milhões de hectares.

Por isso, eu acho muito razoável e muito justo tecnicamente uma política pública que venha trazer quesitos para ajudar aqueles de menor porte.

Mesmo assim, colocamos dez quesitos, para não dizer que a lei iria permitir ali a regularização de terra de grileiros, de um crime de desmatamento ilegal, de queimadas. Isso não é verdade. Há pessoas que estão ali antes de 2008, que sonham com o documento da terra. Mas colocamos quesitos, como, por exemplo, não ter trabalho escravo, ter cadastro ambiental rural e a assinatura de um técnico na planta da sua propriedade, ter ali também a comprovação de que não tem embargo ou infração ambiental, não ter parcelamento fraudulento.

Então, nós fizemos um projeto que garantia a segurança jurídica e a justiça social, não permitindo também que, nas demais terras, ao serem licitadas, haja preferência. Se há licitação, não se pode dar preferência para quem ocupou ilegalmente uma terra do Governo.

Esses são os pilares desse projeto. Infelizmente, como eu disse aqui, há razões que a própria razão desconhece. Infelizmente, 110 mil brasileiros, pelo menos, estão à margem disso, porque, como não têm o documento da terra, não terão a oportunidade de fazer isso com celeridade.

Portanto, eu queria deixar este tema registrado.

Presidente, eu tenho o sentimento do dever cumprido. Apresentei um relatório técnico, com base científica, e, se não foi votado, com certeza, alguém vai se responsabilizar por isso no futuro. E o futuro é um bom juiz para dizer que, se a Amazônia continuar sendo queimada, desmatada ilegalmente, eu dei a minha contribuição e a ofereci ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

66.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 21/05/2020 - 135	ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão que tenham fibromialgia, doenças crônicas progressivas degenerativas ou que reduzam a imunidade, na forma do Regulamento, constante no art. 3º-A, introduzido na Lei nº 13.979, de 2020, pelo art. 1º, do substitutivo oferecido pelo Relator ao Projeto de Lei nº 2.048, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à suspensão de convocações para avaliação das condições exigidas para a concessão e manutenção do benefício de auxílio-doença; da aposentadoria por incapacidade permanente e da pensão por morte. Solicitação à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à alteração das Leis de nºs 11.952, de 2009, a respeito da regularização fundiária de ocupações em terras da União; 8.666, de 1993, acerca da instituição de normas de licitações e contratos da administração pública; e 6.015, de 1973, referente a registros públicos. Proposição relatada pelo Deputado Zé Silva.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota com o Relator, Presidente, parabenizando-o pelo brilhante projeto.

Quero aproveitar para também parabenizar o Líder Zé Silva pela preocupação com a questão fundiária no Brasil, País que alimenta um pedaço do mundo com o agronegócio e precisa resolver demandas agrárias internas. Ele fez um brilhante trabalho e peço a V.Exa. aquiescência para que votemos a matéria que ele apresentou.

Documento 4/195

66.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 21/05/2020 - 136	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão que tenham fibromialgia, doenças crônicas progressivas

degenerativas ou que reduzam a imunidade, na forma do Regulamento, constante no art. 3º-A, introduzido na Lei nº 13.979, de 2020, pelo art. 1º, do substitutivo oferecido pelo Relator ao Projeto de Lei nº 2.048, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à suspensão de convocações para avaliação das condições exigidas para a concessão e manutenção do benefício de auxílio-doença; da aposentadoria por incapacidade permanente e da pensão por morte. Posicionamento do partido NOVO contrário à alteração dos pareceres oferecidos pelos Deputados Zé Silva e Marcelo Ramos, respectivamente, à Medida Provisória nº 910, de 2019, e ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativos à alteração das Leis de nºs 11.952, de 2009, a respeito da regularização fundiária de ocupações em terras da União; 8.666, de 1993, acerca da instituição de normas de licitações e contratos da administração pública; e 6.015, de 1973, referente a registros públicos.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota "sim" ao texto.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar sobre a regularização fundiária. Soubemos há pouco, por uma nota divulgada pelo Relator Deputado Marcelo Ramos, de algo que nos preocupa muito.

Nós defendemos muito o texto feito pelo então Relator da medida provisória, o Deputado Zé Silva, e agora pelo Relator Deputado Marcelo Ramos, que definia 6 módulos fiscais e mantinha o marco temporal em 2008 - queríamos até que fossem 4 módulos fiscais, mas entendemos que 6 é um bom compromisso. Aumentar para 15 e mudar o marco temporal para 2014 é algo temerário nesse texto.

O NOVO vai ser contrário, caso isso aconteça, porque o texto foi muito bem aprimorado pelo Relator Zé Silva e também pelo Relator Marcelo Ramos. Regredir agora e propor um texto que vai, sim, contra a manutenção da nossa proteção à Amazônia seria muito ruim.

Então, nós repudiamos essa mudança, caso aconteça, e defendemos, como foi dito pelo Relator, a manutenção do texto original. E esperamos que isso aconteça. Senão, seremos contrários à mudança.

Obrigado.

Documento 5/195

81.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2020-
CD 13:20

Publ.: DCD - 25/06/2020 -
95

MARCELO RAMOS-PL -AM

Sumário

Equívoco do tópico sobre regularização fundiária, contante no expediente acerca das políticas de meio ambiente e recursos humanos em vigência no País, encaminhado às principais Embaixadas brasileiras no exterior por representantes de fundos de investimentos internacionais. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, de autoria do Deputado Zé Silva, relativo à alteração das Leis de nºs 11.952, de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; 8.666, de 1993, referente à instituição de normas de licitações e contratos da administração pública; e 6.015, de 1973, pertinente aos registros públicos. Inexistência de semelhança entre os textos da proposição e da Medida Provisória nº 910, de 2019.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, eu sou um homem da Amazônia, não só porque sou um Deputado Federal pelo Estado do Amazonas, mas também porque nasci no Amazonas. Sou filho de um ribeirinho, sou filho de uma família de retirantes de Quixeramobim que foi parar no interior de Parintins, hoje Nhamundá, que, com muita luta, muito trabalho, muito estudo, conseguiu criar os seus filhos.

Eu acompanhei esta semana uma polêmica que é mundial: 29 fundos de investimento internacionais publicaram uma nota e encaminharam essa nota para 9 das principais embaixadas brasileiras no mundo, notadamente para as embaixadas brasileiras no Japão, nos Estados Unidos, na União Europeia e na China, criticando o atual Governo no que diz respeito à sua postura ambiental, à defesa do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos.

Eu quero separar aqui a minha fala em duas partes. Inicialmente, como homem da Amazônia, quero confirmar que a política ambiental e a política de proteção aos direitos humanos do atual Governo são dignas de restrições por parte de todo brasileiro sério e toda brasileira séria e por parte de organismos internacionais que entendem que os recursos devem circular no mundo em países que respeitam os valores democráticos, a proteção do meio ambiente e os direitos humanos.

No entanto, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no conjunto da carta apresentada às embaixadas, os fundos internacionais utilizaram um parágrafo para tratar do tema regularização fundiária, fazendo referência à Medida Provisória nº 910, que, no entendimento deles, agora foi transformada no Projeto de Lei nº 2.633. Eu quero

aqui, por dever de ofício, como amazonense e como brasileiro, corrigir profundos equívocos do conteúdo da carta, que são consequência de profundos equívocos no debate desse tema da regularização fundiária.

Primeiro, o texto do PL 2.633, do Deputado Zé Silva, do Solidariedade de Minas Gerais, é completamente diferente do texto da Medida Provisória nº 910.

Portanto, refletir a crítica à Medida Provisória nº 910 no PL 2.633 é equivocado, porque os textos são completamente diferentes.

Eu destaco três itens que já demarcam o campo da diferença da Medida Provisória nº 910, que caducou, para o PL 2.633. O primeiro deles é que a Medida Provisória nº 910 autorizava, para a titulação da terra, a vistoria do INCRA por sensoriamento remoto em imóveis de até 15 módulos fiscais, e o Deputado Zé Silva rebaixou o limite para 6 módulos fiscais. Imóveis de até 6 módulos fiscais correspondem a 43% de todos os pedidos de titulação do INCRA, são mais de 109 mil imóveis no Brasil, dos quais 75.450 têm menos de 1 módulo fiscal, são minifúndios.

Segunda questão: a MP 910 propunha mudar o marco temporal de ocupação, que no texto da Lei do Terra Legal é 2008, para 2012. O texto do Deputado Zé Silva mantém o marco temporal da Lei do Terra Legal, 2008.

Terceiro e fundamental aspecto: o texto da medida provisória dava prioridade, no processo de licitação, no que se refere às terras ocupadas após 2011, para o invasor. O texto do Deputado Zé Silva retirou essa prioridade, e terras ocupadas a partir de 2011 irão para leilão sem prioridade.

Há mais alguns aspectos do texto da carta que precisam ser esclarecidos para o povo brasileiro e para a comunidade internacional. Diz o texto: "(...) *legalizar a ocupação privada de terras públicas, majoritariamente concentradas no Amazonas.*" A Constituição de 1988 já autoriza a titulação de terras públicas. A Lei do Terra Legal, de 2009, confirma a titulação de terras públicas, porque titular uma terra pública numa área remota da Amazônia, por exemplo, é muito mais seguro do que deixá-la sem dono, posto que a União não tem condições de fazer a fiscalização do vasto território brasileiro.

O texto ainda diz que a matéria vai favorecer ainda mais a ocupação de terras públicas. Não. Isso não vai acontecer por um motivo simples: o marco temporal é 2008. Só tem direito à titulação com desconto quem ocupou a terra até 2008. Isso é muito significativo, porque, se o marco mudasse para 2012, nós estaríamos passando uma mensagem de que os invasores poderiam continuar ocupando terras, porque mais à frente

haveria um novo marco temporal. O Deputado Zé Silva foi muito firme quanto a isso, e o nosso relatório reafirmou esse objetivo.

Segundo a carta, a futura lei vai estimular um desmatamento generalizado. Não! Pelo contrário, ela vai estimular o reflorestamento, por um motivo simples: para pedir a titulação da terra, para ter acesso ao título da terra, é preciso comprovar que foi preservada a reserva legal, que no meu Amazonas é de 80% do imóvel, ou recompor a reserva legal.

Portanto, só vai ter o título da terra quem recompuser a reserva legal. Isso não vai desflorestar a Amazônia, vai reflorestá-la! Não dá para especularmos com o que não está no texto da lei, e ele é claro: é condição para a titulação a recomposição da reserva legal se ela tiver sido invadida.

Há mais. Por fim, outro equívoco do texto dos fundos internacionais é dizer que a medida vai minar o direito de indígenas e de comunidades tradicionais. O texto do projeto é o inverso absoluto disso. Ele diz expressamente que há vedação de titulação de imóveis em terras indígenas, quilombolas ou unidades de conservação. Está expressamente vedada a titulação. *"Ah, mas há terras indígenas e quilombolas que estão em processo de legalização"*. O texto é claro: se a terra estiver em processo de legalização, suspende-se a titulação, o processo vai para a câmara de julgamento de conflitos fundiários em terras da União, e só depois se decide se haverá legalização ou não. Para ser definitivo nesse tema, Deputado Juscelino, quando há o reconhecimento de uma área como terra indígena, se existir alguém titulado dentro daquela terra, essa pessoa perde o título. Isso é constitucional.

Então, é preciso esclarecer que o que está em debate é a possibilidade de dar o título de terra para 109 mil pequenos proprietários, pequenos produtores brasileiros, e a condição para ter o título é provar a posse mansa, pacífica e produtiva. Então, é preciso demonstrar que há produção.

Hoje, o Brasil, a média do povo brasileiro tem compromisso com a preservação do meio ambiente. O agronegócio já tem clareza de que preservar o meio ambiente é instrumento fundamental para a viabilidade e pujança do agronegócio brasileiro no mercado internacional. E o Projeto de Lei nº 2.633 é o inverso do que está sendo dito no senso comum. Ele é um instrumento fundamental para proteger o meio ambiente, proteger comunidades tradicionais e, acima de tudo, garantir o título da terra e o fomento para pequenos produtores rurais e agricultores familiares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 6/195

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações aos trabalhadores rurais brasileiros, em especial aos do Estado do Amazonas. Apelo à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre o estabelecimento de critérios para a regularização fundiária de imóveis da União. Adoção de políticas públicas destinadas ao fortalecimento da terra e ao avanço na instalação de novos assentamentos rurais. Redução, pelo Governo do Estado do Amazonas, de recursos destinados ao fomento do setor agrícola. Necessidade de avanço no zoneamento econômico-ecológico da Calha do Rio Madeira.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Boa tarde!

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Eu quero saudar hoje todos os trabalhadores rurais do Brasil, mas em especial os do meu Estado do Amazonas, que têm lutado ao longo do tempo, e hoje mais do que nunca.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo à Mesa Diretora para que priorize votar o projeto de regularização fundiária, porque na Amazônia só ocorre o desmatamento onde não há o CPF ou o CNPJ, o que facilita o desmatamento. Se nós avançarmos no projeto de regularização fundiária, com certeza vamos inibir sobremaneira o desmatamento na região. Com isso, nós vamos poder, sem dúvida nenhuma, melhorar a qualidade de vida de homens e mulheres que lutam, defendem a floresta, trabalham no seu dia a dia e têm o objetivo de garantir o sustento da sua família, mas também de contribuir para o fornecimento de alimentos para milhares de amazônidas aqui em nossa região.

Faz-se importante também que políticas públicas, como as de fortalecimento da terra e de avanço nos assentamentos rurais, sejam feitas.

E quero dizer também que os produtores rurais do Amazonas ficam ressentidos com o Governo Estadual por ter cortado recursos destinados para o setor. Isso inibe que possamos avançar na recuperação de estradas e ramais, que possamos ter uma assistência técnica compatível com a necessidade dos nossos trabalhadores, mas que tenhamos também fomento à agricultura e à pecuária para o pequeno produtor.

Essa é uma luta que não para e vamos continuar trabalhando nessa direção. Com certeza, esses homens e mulheres que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento do nosso Estado, que hoje representam mais de 8% do PIB, têm condições reais de superar os dois dígitos e, com isso, contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Assim, também se faz necessário avançarmos no zoneamento econômico-ecológico da Calha do Madeira, para que nós possamos trabalhar cada vez mais em sintonia não só com a sustentabilidade ambiental, mas também com o desenvolvimento social e a melhoria das populações tradicionais que vivem no Estado do Amazonas. Essa é uma luta que não é só dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas também de todos nós que temos compromisso para com essa região.

Sr. Presidente, solicito que seja divulgado este pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 7/195

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 09/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, caros colegas Parlamentares.

Hoje, eu venho aqui falar especialmente a todos aqueles que estão nos assistindo para alertar sobre o projeto de lei sobre regularização fundiária que a base do Governo Bolsonaro quer votar em regime de

urgência.

Esse projeto, sob os nobres argumentos de regularizar a ocupação de terras da União, facilitar as condições de sobrevivência de pequenos agricultores e reduzir o desmatamento criminoso e os conflitos no campo, se for aprovado, na prática terá efeito completamente contrário.

Os Deputados da bancada ruralista dizem que o tema é urgente. E eu pergunto: urgente para quem? Em um momento em que a população está desesperada por vacina e comida no prato, a legalização do crime de grilagem beneficiará quais setores da população? A "regularização fundiária" nada mais é do que uma tentativa de dar um nome menos duro ao processo de legitimar práticas de grilagem no País, alterando mais uma vez a data limite, para que invasões de terras públicas sejam legalizadas e grandes áreas sejam tituladas sem necessidade de vistoria.

Como a grilagem é responsável por cerca de um terço do desmatamento no Brasil, um projeto como esse acaba estimulando crimes ambientais e as ondas de violência resultantes dos conflitos de ocupação dessas terras. Dados do Instituto Socioambiental apontam que cerca de 55 milhões a 65 milhões de hectares de terras da União podem ser irregularmente regularizados por esse PL. É um estrago imenso. Somente na Amazônia, a grilagem aumentou 274% entre 2018 e 2020.

A Câmara não pode ser conivente com a legalização de crimes. Não há necessidade de, em plena pandemia, votar com urgência uma matéria dessa gravidade. Toda vez que trazem o debate sobre regularização fundiária a esta Casa é para regularizar a grilagem de terra. Esta Casa não debate a regularização dos agricultores familiares, porque já há lei que permite a regularização. Esta Casa também não debate a regularização dos territórios quilombolas, das terras indígenas, que está paralisada. Há leis, mas está tudo paralisado.

Então, não ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020! Não à legalização da grilagem!

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa, Presidente.

Documento 8/195

42.2021.B

Sessão Outro Evento

08/06/2021-15:28

Publ.: DCD - 09/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, a respeito da produção e distribuição de energia renovável, especialmente da energia solar. Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente no País. Envolvimento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em atos ilícitos. Contrariedade à aprovação dos Projetos de Lei de nºs 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio; 2.633, de 2020, sobre o estabelecimento de critérios para a regularização fundiária de imóveis da União; e 984, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.985, de 2000, com vista à criação da Estrada-Parque Caminho do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente eu queria manifestar o meu total apoio a todos os empresários, pequenos empresários, empreendedores que trabalham e projetam energia limpa, energia solar. O Brasil, em especial a nossa Região Nordeste, tem um potencial muito grande nessa área.

Nós queremos defender todos esses pequenos empreendedores, pequenas empresas que hoje articulam, trabalham e querem que o Governo Federal garanta uma política de apoio e de investimento. Não há motivo nenhum para inventar impostos e impedir que se avance nessa energia, que é um grande potencial na região.

Por isso, queremos apoiar o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, para estarmos juntos e termos uma política nacional na questão de energia solar. Contem conosco, e vamos à luta.

Sr. Presidente, eu também queria deixar registrado que no Dia Mundial do Meio Ambiente não tivemos nada a comemorar. O Brasil mostra a tristeza de ter um Ministro, o Ricardo Salles, que é um grande advogado das madeiras, da grilagem de terra, do contrabando, do tráfico de madeira internacional. Esse Ministro deveria estar preso. Os inquéritos e as denúncias contra ele são gravíssimos. Ele é o principal assessor de Bolsonaro, e o Presidente é um incentivador de conflitos no Brasil. Ele é o homem do garimpo ilegal, é o homem que cria conflito onde não *(falha na transmissão)* que, junto com Bolsonaro, quer a destruição da natureza.

Nós estamos preocupados com vários projetos, porque se aproveitam dessa conjuntura para passar a boiada. São eles o PL 490/07, o PL nº 2.633/20 e o Projeto nº 984/19. Ainda bem que a sociedade brasileira e as entidades estão se mobilizando para que o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, não coloque em votação esses projetos de

interesse da grilagem de terra e dos madeireiros no Brasil.

Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 9/195

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 10/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a apreciação pela Casa de proposições prejudiciais ao meio ambiente. Pedido à Presidência de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.952, de 2009, relativa à regularização fundiária de ocupações incidentes em áreas da União.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, Presidente Charles Fernandes, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas que acompanham esta sessão e todos os que a assistem pela Internet, e dizer que nós estamos vivendo esta semana aqui na Câmara uma situação sem precedente de ataque à legislação ambiental.

Nós estamos lá, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, vendo um projeto que busca estabelecer um marco temporal como o limite para a garantia do direito à demarcação de terras para os povos indígenas. Nós sabemos que os povos originários brasileiros vêm sendo atacados há séculos e que muitos deles foram deslocados, e isso não faz muito tempo, das suas terras. Então, eles não estavam nelas em 1988, o que não significa que não tenham direito a essas terras. Esse é um projeto que caminha.

Temos projetos que tentam fazer passar a boiada dos agrotóxicos, da regularização fundiária. Então, é uma situação extremamente delicada essa que o Brasil vive, bem como o meio ambiente. No mês dedicado ao meio ambiente, nós estamos sofrendo um ataque. São tantas as frentes de ataque, que é difícil até nos mobilizarmos.

Chamo atenção, porque está na pauta do dia de hoje o projeto de lei

de regularização fundiária do Deputado Zé Silva, que abre brechas grandes para retrocessos na questão da nossa legislação ambiental, tanto na regularização por autodeclaração como em várias outras frentes. Então, eu queria chamar a atenção, para que nós tiremos de pauta esse PL. A regularização fundiária é importante, sim, mas ela não deve ser feita dessa maneira, de afogadilho, no meio da pandemia, sem debate amplo sobre as suas consequências, abrindo a porteira para regularização de invasão e ocupação de terras e favorecendo áreas que estão hoje sob conflito para resolver a favor daqueles que têm mais poder.

Então, é preciso ter ponderação, é preciso ter responsabilidade com o futuro, no momento de apreciar todas essas questões.

Eu peço ao Presidente da Casa que retire o projeto de pauta e não permita esses retrocessos. Eles vão afetar inclusive o próprio agronegócio, que está sendo beneficiado pelo preço de venda das *commodities*, que responde pelo crescimento artificial do PIB brasileiro, que não distribuiu renda e não melhorou a vida das pessoas. O próprio agronegócio pode ser prejudicado por essas medidas tomadas de afogadilho.

Eu peço, Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Documento 10/195

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 10/06/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Benefícios da regularização fundiária para os povos indígenas. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.171, de 2020, sobre o registro de dados referentes à execução orçamentária e à movimentação financeira de recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, do Governo Federal.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero aproveitar a fala do Deputado Capiberibe para dizer que esta regularização fundiária pode ser positiva para os povos indígenas, que, inclusive, se estão numa área que não foi regulamentada, que não foi

regularizada, têm aí uma boa oportunidade de ter o título daquela terra.

Mas venho aqui hoje, Presidente, para falar sobre a reforma tributária. Eu, a toda hora, mostro aqui que o nosso problema é agregar a reforma tributária e o pacto federativo numa única proposta; que o nosso grande problema é a não emissão de nota, quer seja digital, quer seja presencial; e que a solução para isso é exatamente taxar a movimentação financeira. Sobre tudo que uma pessoa comprar, ela vai pagar 2,5%; sobre tudo que aquela empresa vender, vai pagar 2,5%; e não se tem que recolher mais nada. Distribui-se dentro de um pacto federativo.

E o que me traz aqui, sempre falando nesta parte, é o outro lado, agora, também. Nós distribuimos, dentro de um pacto federativo, 30% para a União - hoje são 63%; 30% para os Estados; 30% para os Municípios; e 10% para que o Congresso os destine às políticas de desigualdade, para a SUDAM, a SUDENE, a Zona Franca de Manaus. Isso é fundamental.

Arrecadado este dinheiro, eu gostaria de chamar a atenção para a proposta que nós apresentamos, o Projeto de Lei nº 4.171, de 2020. Nós arrecadamos, temos todo um cuidado, e não verificamos onde está sendo gasto. O Governo Federal repassa um dinheiro para o Estado e para o Município e, quando o dinheiro entra lá, não sabe se ele foi empenhado, se foi liquidado, se foi usado, se não foi usado.

Qual é a solução para isso? É simples: o PL 4.171 propõe um SIAFI nacional. Esse projeto está na CTASP. Com o SIAFI nacional - e nós aprendendo a utilizá-lo - vai-se poder verificar o recurso que está naquele Município, que está na União, que está no Estado, que está naquele órgão, o que está ocorrendo com ele, vai-se permitir que isso seja fiscalizado, Presidente.

Nós precisamos estar atentos à arrecadação, mas precisamos estar atentos ao modo como esse dinheiro é gasto.

Presidente, solicito que meu pronunciamento conste do programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 11/195

62.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2021-
CD 18:40

Publ.: DCD - 10/06/2021 - 149
DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER

Sumário

Pedido à Casa de votação do Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, a respeito da alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, para tipificação da forma mais gravosa dos crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício da profissão. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária, destinada à revogação da exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação do Código Florestal Brasileiro em áreas urbanas. Fortalecimento do Programa Bolsa Família. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 1,2% no primeiro trimestre de 2021. Importância da aprovação pela Casa, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, de proposições encaminhadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Sinais promissores de recuperação da economia brasileira.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu desejo, neste espaço, falar a respeito de alguns assuntos. O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, que passou pela Comissão de Justiça e está pronto para ser votado em plenário. Esse projeto é de fundamental importância para a saúde do Brasil, para os profissionais de saúde do Brasil, porque ele tipifica de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça ou de desacato cometidos contra médicos e demais profissionais de saúde. Todos nós sabemos que, neste momento de pandemia, esse tipo de agressão aos profissionais de saúde tem sido recorrente nos hospitais, nos postos de saúde do nosso País. Têm acontecido casos graves. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que coloque em votação o PL 6.749/16, porque esse é um clamor dos enfermeiros, das enfermeiras, dos médicos, das médicas, dos profissionais de saúde do nosso País.

Também quero dizer, Sr. Presidente, Deputado Vermelho, que apresentei uma emenda ao projeto de regularização fundiária, cuja urgência já foi aprovada e que deve entrar na pauta nos próximos dias. Essa minha emenda, sendo aprovada, derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana das cidades do Brasil.

Tal exigência não existe, é descabida. Por isso, as obras em área urbana do Brasil estão totalmente paradas. O Brasil parou por consequência dessa decisão do STJ. E a aprovação dessa minha emenda remete a competência para os planos diretores e para os projetos de uso e parcelamento de solo dos Municípios do Brasil.

Se aplicarmos o Código Florestal na área urbana, o que é um absurdo, nós vamos elevar a área de recuo dos córregos, dos riachos e dos rios, que deverá ser de 30 metros até 500 metros. Isso inviabilizará de forma definitiva as obras, a construção civil no Brasil.

Sr. Presidente, eu também desejo concordar com a sua proposição no que diz respeito à necessidade de esta Casa aprovar um plano definitivo de remodelação ou de fortalecimento do Bolsa Família, porque, no pós-pandemia, milhões de famílias, de pessoas, inclusive idosos e crianças, não terão condições de sobreviver à crise. Eu defendo a tese, que V.Exa. também defende, assim como, com certeza, a maioria desta Casa, da prorrogação do auxílio emergencial e concordo que, nesse período, devemos construir um programa perene, fortalecendo o Bolsa Família, para socorrer as pessoas pobres, carentes, que são milhões no nosso Brasil.

Sr. Presidente, quero afirmar aqui que me parece que o Brasil do qual a Oposição tem falado da tribuna desta Casa é outro país, não é o Brasil, porque todos nós estamos acompanhando, Deputado Vermelho, bancos americanos, como a agência Goldman Sachs e o Bank of America, instituições financeiras renomadas do mundo projetarem um crescimento do PIB brasileiro no ano que vem na casa dos 5%. E isso é verdade, porque, neste primeiro trimestre, nosso PIB já cresceu, em comparação com o final do ano passado, 1,2%.

Portanto, o Brasil está dando certo, e isso é consequência, Deputado Hélio Costa, de decisões do Governo Federal e de decisões desta Casa, liderada pelo Presidente Arthur Lira. Votamos já, neste ano, Deputado Vermelho e Deputado Hélio Costa, a autonomia do Banco Central, a Lei do Gás, a do saneamento básico, a do licenciamento ambiental, a PEC Emergencial, e agora começam a andar a reforma tributária e a reforma administrativa - eu tive a honra de ser Relator na CCJ da admissibilidade desta.

Foi instalada hoje, Deputado Kim Kataguiri, a Comissão Especial da qual V.Exa. faz parte - o Presidente é o Deputado Fernando Monteiro, e o Relator, o experiente Deputado Arthur Maia. Com certeza, nós vamos aprovar matérias sem tirar nenhum direito dos atuais servidores, mas vamos criar, sim, uma linha de corte a partir do ano que vem para os servidores públicos do Brasil. Deputado Kim Kataguiri, por meio da sua emenda, nós vamos incluir todos: desde a enfermeira e o zelador, até os Ministros. Todos têm que fazer parte desta reforma.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, trazendo alguns dados. Os juros já estão estabilizados no Brasil, o dólar começa a cair, a Bolsa bateu novo recorde histórico no nosso País, a construção civil está bombando, o comércio tem 11,6% de índice de confiança, as exportações de frutas cresceram 21%, a produção mineral cresceu

15%.

Na lista dos 25 países mais confiáveis para investimentos, o Brasil é o 25º. Com os cem milhões de doses de vacinas no Brasil, nós passaremos a ser o 4º maior país do mundo. Portanto, este é o Brasil que está dando certo e que vai continuar dando.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/195

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:56
Publ.: DCD - 11/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para a Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados. Inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os Deputados que acompanham a sessão na manhã do dia de hoje.

Quero dizer que agradeço a indicação do meu partido para fazer parte da Comissão Especial instalada ontem para debater a PEC 32, não sem antes deixar muito claro que eu considero absolutamente inadequado este debate num momento de pandemia, em que a prioridade do Brasil é salvar vidas. Nós lideramos tristemente as estatísticas de morte por coronavírus e estamos muito atrás no processo de vacinação.

Este, portanto, não seria um momento para se promover, como se está tentando promover, o desmonte do serviço público brasileiro. O que se quer é atacar o direito dos atuais servidores, reduzir as garantias que o serviço precisa para bem funcionar, como, por exemplo, na fiscalização ambiental, fragilizar as garantias dos servidores públicos e fragilizar os resultados, num momento também muito grave para o meio ambiente.

Nós temos hoje, na pauta da Câmara, o PL da Grilagem. Temos, na

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, um projeto de lei que tenta abrir as terras indígenas para exploração e destruição. Portanto, quando o Governo diz adotar o modelo gerencial para garantir a eficiência para o serviço público, na verdade o que nós precisamos entender é que ele quer acelerar o processo de desmonte do serviço público para permitir a destruição, afetando, ao mesmo tempo, os serviços públicos prestados.

É muito importante lembrar a todos que nos assistem que dois terços dos servidores públicos são da saúde e da educação. Nos Estados, quase metade do orçamento é gasto com o pagamento de pessoal da educação.

Como é que o gestor vai reduzir essas garantias e reduzir o investimento para o serviço público e querer que este País se desenvolva? Isto, simplesmente, não vai acontecer. Além disso, serão atingidos os servidores da saúde. Atingir os servidores da saúde no momento de pandemia é de uma desumanidade sem tamanho!

Por isso, eu gostaria de colocar de maneira muito clara que, em nome do trabalho de excelência que é feito nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil; em nome dos servidores da saúde, que hoje arriscam suas vidas para nos salvar; e em nome dos fiscais do meio ambiente, que são boicotados, amordaçados, que não têm concurso para sua área há quase 10 anos, nós vamos montar uma trincheira de luta contra a PEC 32.

E eu gostaria de falar especialmente dos servidores públicos do meu querido Estado do Amapá, um ex-Território federal, em que, portanto, nós temos muitos servidores federais, servidores estaduais e municipais: nós estaremos na Comissão Especial da PEC 32 para derrotar essa reforma. Nós acreditamos que é preciso votar a reforma tributária, botar os mais ricos para pagar imposto e garantir, com isso, melhores salários, melhores condições, melhores equipamentos para a saúde, para a educação e todas as demais áreas.

Sra. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Documento 13/195

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-12:24
Publ.: DCD - 11/06/2021 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos. Ampliação do debate em torno do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Estado de abandono da região amazônica.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero parabenizar V.Exa. É muito bom ver uma mulher presidir uma sessão da nossa Casa, com a competência e o dinamismo que V.Exa. sempre teve em seu mandato. Parabéns por estar nos presidindo neste momento! É uma honra falar quando V.Exa. está na Presidência dos trabalhos.

Sra. Presidente, eu queria falar sobre um assunto que está na pauta, sobre a urgência do Projeto de Lei nº 2.633, que dispõe sobre regularização fundiária.

Passei os últimos dias viajando pelo meu Estado, principalmente pelo sul do Pará, na Transamazônica. Ontem cheguei de Altamira, onde percebi a preocupação dos sindicatos rurais.

É uma coincidência V.Exa. estar presidindo a sessão quando falo sobre isso. Nós temos sindicatos comandados por mulheres no nosso Estado, notadamente em Marabá. Quero mandar um abraço para a minha amiga Cláudia, do Sindicato Rural de Marabá, e para a Sinara. Em Altamira, Augusta é a Presidente do Sindicato Rural de Altamira. As mulheres estão cada vez mais agindo e participando ativamente, não só da política, como também da vida sindical.

Esta é a nossa preocupação, Presidente: sempre que se fala no Brasil se esquece que a Amazônia é diferenciada. Nós somos diferenciados, começando, principalmente, pela lei ambiental. Enquanto o resto do País, para a sua produção, pode usar 80% da sua área e preservar 20%, na Amazônia é o inverso: temos que preservar 80% da área e só podemos produzir em 20% dela. Então, a Amazônia é diferenciada. Quando se fala em 2.500 hectares, no Sul do País isso pode ser considerado um latifúndio, mas 2.500 hectares na Amazônia é muito pouco. Então, nós precisamos entender essas diferenças do nosso País. A lei é muito difícil, é muito rígida para todos os Estados, mas o que vale para a Amazônia é diferente do que vale para o seu Estado, por exemplo, o Rio de Janeiro.

Nós precisamos dar atenção às famílias que foram colocadas nesta região. Nas décadas de 70 e 80, dizia-se que era preciso trazer homens para a terra. Essas pessoas vieram do Sul do País, vieram do

Centro do País para o nosso Estado e estão trabalhando, sem regularização fundiária, sem terra.

É importante que aproveitemos o projeto oriundo da Medida Provisória nº 910, para avançar. Nós não podemos ter retrocessos. São poucos os pontos, três ou quatro pontos, que precisamos ajustar. Conversamos ontem com o Deputado Zé Silva, o autor do projeto que citei inicialmente, falamos com o Deputado Marcelo Ramos, o nosso Vice-Presidente. Não conseguimos falar ainda com o Relator, e não temos ainda o novo relatório, para podermos discutir. Então, acho muito precipitado botarmos isso em votação, sem o debate sobre a grande diferença que existe no nosso País. Essa é a nossa preocupação, é a preocupação dos sindicatos rurais, das pessoas que produzem com tanta dificuldade na Amazônia. Nós precisamos da produção. Somos 25, 26 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, que precisam de saúde, de educação, de geração de emprego, de renda. Nós discutimos neste momento, no Brasil, Presidente, a rede 5G. Na nossa região, estamos procurando o primeiro "G" ainda. Temos que subir em árvore para conseguir sinal de celular. Precisamos de dignidade. Ouvi o Deputado Charles falar há pouco de falta de hospital, de falta de leitos. Nós não temos nada, estamos abandonados. Esses 25, 26 milhões de brasileiros só têm 3% de esgoto tratado, o que polui a nossa Amazônia. Nossas cidades ficam na beira de rios. Ninguém se preocupa com isso, nem com o modo como nós vivemos.

Então, precisamos de leis que facilitem a vida daquele que quer produzir com legalidade. Nós queremos legalidade, nós queremos paz para trabalhar, para produzir, para melhorar as condições de vida do nosso povo e lhe dar cidadania.

Viva o produtor da Amazônia, que luta com tanta dificuldade!

Nós vamos trabalhar para que esse projeto dê atenção a esses homens e mulheres que tanto trabalham e que sacrificam sua vida na Amazônia do nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 14/195

66.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021-
CD 13:16

Publ.: DCD - 18/06/2021 -
78 DARCIDE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Implantação da tecnologia 5G no País, nova geração de rede de Internet móvel. Pedido ao Ministro das Comunicações, Fábio Faria, de extensão da nova tecnologia ao Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Universalização dos serviços de Internet no Brasil pela tecnologia 5G. Relevância da emenda acerca do recuo para a construção em áreas urbanas, apresentada pelo orador ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.952, 2009, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em áreas da União. Importância, para a democratização do processo de demarcação de terras indígenas, da aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Muito bem, Sra. Presidente. Eu desejo falar de três temas.

O primeiro, Sra. Presidente, diz respeito à entrada do 5G no Brasil. O Ministro Fábio Faria, que faz uma excepcional gestão no Ministério das Comunicações, está trabalhando na implantação do 5G. A partir do ano que vem, as capitais serão contempladas.

Eu propus, através de ofício ao Ministro, que estenda o 5G para Joinville, em Santa Catarina, no ano que vem, porque Joinville é a maior cidade do Estado de Santa Catarina, é maior do que a Capital, Florianópolis. Portanto, também tem esse direito.

A entrada do 5G no Brasil vai promover uma mudança significativa no nosso dia a dia, na nossa vida, na educação, na saúde, na mobilidade urbana, na indústria, no comércio. Especialistas afirmam que, em 15 anos, nós teremos 1,5 trilhão de reais em ganhos de produtividade. É fundamental para o Brasil. Na telemedicina, por exemplo, um especialista poderá fazer, do Japão, uma cirurgia com robô, em tempo real, aqui no Brasil, e vice-versa. O 5G vai dar o *start*, a exemplo do que já acontece na China e em outros países, nos carros autônomos. A China já tem 3 mil caminhões transitando sem motorista nas suas rodovias.

Quero também dizer, Sra. Presidente, que a entrada do 5G vai facilitar a nossa luta, a de todos nós pela universalização da Internet para toda a população brasileira.

Desejo afirmar também, Sra. Presidente, que tive uma conversa muito proveitosa com o Deputado Bosco Saraiva, o Relator do projeto da regularização fundiária. Disse a ele - e ele concordou com a minha argumentação - que vou apresentar uma emenda ao projeto da regularização fundiária, para que seja remetida para o Plano Diretor e

para a Lei de Parcelamento do Solo dos Municípios a definição do recuo para construção na área urbana do Brasil. Com a aprovação dessa emenda, nós vamos derrubar a absurda decisão do STJ que definiu a aplicação do Código Florestal do Brasil na área urbana das nossas cidades, do nosso País. Isso é um absurdo. Ainda dá a impressão, no seu entendimento, de que vale para áreas consolidadas. Teríamos que derrubar, pôr abaixo parte das nossas cidades. Com a decisão do STJ, o recuo vai de 30 metros a 500 metros. Inviabiliza o Brasil. O Brasil está parado. Isso é um absurdo. A minha emenda pacifica essa decisão.

Quero falar, Sra. Presidente, de outro tema, que é complexo e divergente. Respeito as divergências, mas defendo a minha convicção. Refiro-me ao projeto que trata da questão indígena, em discussão na CCJ, que nós vamos votar na quarta-feira que vem. Esse projeto, Sra. Presidente, pacifica questões que envolvem a minha região, o norte de Santa Catarina, especificamente na cidade de Araquari. Ele pacifica a questão que envolve o Morro dos Cavalos, no Município de Palhoça, na Grande Florianópolis, e também pacifica questões que dizem respeito a demarcações de terras indígenas em Cunha Porã, em Saudades, em Abelardo Luz, enfim, em vários Municípios de Santa Catarina e, com certeza, do Brasil.

Ora, as demarcações estavam acontecendo por decreto, com técnicos da FUNAI, e em alguns casos com influências de ONGs internacionais. No meu entendimento, com a aprovação desse projeto, que mais adiante virá a plenário, que define a demarcação por lei, vão-se tornar mais democráticas, mais abertas essas demarcações de terras indígenas. Por que digo isso? Porque em Araquari, por exemplo, existem 200 índios guaranis que vieram de outras regiões e do Paraguai após a promulgação da Constituição, em 1988. Portanto, com esse dado, nós temos a convicção de que a demarcação é inconstitucional. Em Araquari está judicializada, está em curso a demarcação de 10 mil hectares de terras produtivas, agricultáveis, com escritura pública. As pessoas estão lá há mais de 100 anos e receberiam somente a indenização pelas benfeitorias, perderiam o direito à posse. Jogam no lixo a escritura pública, o direito à propriedade. Isso nós não vamos permitir.

Portanto, com a aprovação dessa lei, as demarcações serão pontuais, por projeto de lei, passarão por esta Casa. Vai ser mais democrático, mais amplo, mais transparente, e com certeza absoluta nós vamos manter o direito à propriedade. Os índios de Araquari, quando eu estive lá, disseram-me: "*Nós não queremos terra, nós queremos apoio da FUNAI, nós queremos dignidade*". Eles merecem e têm que ter a sua dignidade.

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:16
Publ.: DCD - 25/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, envolvido em atos de corrupção. Devastação ambiental do País na gestão do ex-Titular da Pasta. Encaminhamento ao Presidente Arthur Lira, por empresários, de abaixo-assinado contra a devastação de terras indígenas e a votação dos Projetos de Lei de nºs 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio; 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em áreas da União. Defesa de retenção do passaporte do ex-Ministro Ricardo Salles.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria neste momento dizer que mais um Ministro bolsonarista corrupto caiu: o homem da boiada. Agora, falta o rei do gado. Esse Bolsonaro nomeia Ministros que são destruidores ou da democracia, ou das relações internacionais, ou do meio ambiente, como esse que caiu.

O que Salles fez foi deixar um rastro de destruição no Brasil, com as queimadas no Pantanal, na Amazônia. Nunca subiu tanto o número de queimadas. Houve uma brutal repercussão internacional da sua gestão desastrosa, a mando de Bolsonaro. Vamos deixar claro: ele estava lá a mando de Bolsonaro.

Tudo começou com o INPE. Quem disse que havia desmatamento? É preciso matar o mensageiro, e não analisar a mensagem. Depois, eles acabaram com a fiscalização e com o controle, ou seja, eles acabaram com o IBAMA e o ICMBio. A quantidade de membros do CONAMA foi reduzida a 27, para ele mandar só ruralistas participarem.

Na verdade, nós tivemos casos brutais de corrupção. Então, o Salles está saindo por corrupção. O apoio dele são os "agrotroglotidas" ruralistas. Hoje mesmo o Sr. Presidente da Casa, o Deputado Lira, está recebendo um abaixo-assinado de 140 empresários de peso no Brasil pedindo a paralisação dessa pauta de destruição das terras indígenas, que só serve a grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais, ou seja, à delinquência. Eles pedem a paralisação do PL 490, do PL 894 e do PL 2.633, que é como a MP da grilagem.

Mas o que eu queria colocar aqui é o seguinte: é preciso cassar imediatamente o passaporte do Salles, senão ele vai escapar como o

covarde Weintraub, imediatamente. Demitiram-no no meio da corrupção da Covaxin, da qual falaremos mais tarde. Finalmente, foram atingidos no coração. Mas, mais do que isso, o Salles quer ir para a primeira instância, em que ele já é réu. Então, dois processos no Supremo Tribunal Federal vão para a primeira instância. Salles é corrupto. Existe corrupção no Governo Bolsonaro.

Fora, Salles! Fora, Bolsonaro!

Documento 16/195

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:16
Publ.: DCD - 30/06/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de votação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, respectivamente, dos Projetos de Lei de nºs 2.633, de 2020, e 510, de 2021, relativos à regularização fundiária de ocupações incidentes em áreas de domínio da União. Importância da regularização fundiária para os produtores rurais da Amazônia. Conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental na região amazônica.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo - considero que de forma acertada - busca enfrentar as queimadas na Amazônia, mas a pergunta que fica é a seguinte, Deputada Perpétua Almeida: até quando nós vamos estar combatendo incêndios? Faz-se necessário que esta Casa e o Senado pautem a votação da regularização fundiária.

Na Amazônia, essas queimadas ocorrem, Deputado Passarinho, onde não há CPF, onde não há CNPJ, e isso facilita - e muito - para aqueles que não têm compromisso. Os produtores, os agricultores, os trabalhadores rurais, esses não fazem, mas precisam da regularização fundiária, até para que eles possam aumentar a produção e melhorar a qualidade de vida.

Não há contradição entre desenvolvimento e atividade econômica na Amazônia, que é importante. O que não é possível, Sr. Presidente, é que a miséria garanta a sustentabilidade ambiental. Esse é um desafio que merece e precisa da atenção desta Casa, e não só nesse sentido.

Nós temos, dentro da própria estrutura do Governo, com base em

resultados de pesquisas, soluções para melhorar a atividade daqueles que lidam com a exploração da madeira, realizando manejo florestal em terras pública e agregando nessa exploração.

Hoje, o aproveitamento dessa madeira é muito baixo e a agregação de valor é muito pequena. E nós precisamos enfrentar isso nesse sentido, porque há pesquisa, porque há resultado de trabalho com o manejo florestal coordenado pelo INPA, mais precisamente por um pesquisador do quilate de Niro Higuchi, que vem desenvolvendo esse trabalho ao longo do tempo. Mas não só isso, nós precisamos também trazer para a Amazônia soluções em políticas públicas.

No meu Estado, por exemplo, existe o CBA - Centro de Biotecnologia da Amazônia. Podemos ter também um centro de bioeconomia, atraindo todo o potencial de investimentos, mas fortalecendo a cadeia produtiva, atendendo às populações tradicionais, às populações indígenas, às populações das florestas, gerando oportunidade, desenvolvimento e renda.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 17/195

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:52
Publ.: DCD - 07/07/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do requerimento de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Charles Fernandes. Quero cumprimentar todos os Parlamentares que acompanham esta sessão na tarde de hoje e protestar porque entrou na pauta para votação o regime de urgência do PL 2.633, o PL da Grilagem.

É muito importante esclarecer que este momento não poderia ser mais inadequado para a votação deste PL, porque nós estamos em meio a uma pandemia que já produziu mais de 500 mil mortos. Nós temos milhões de infectados pela COVID-19, e o foco total do Congresso

Nacional deveria ser encontrar saídas o mais urgentes possível, uma das quais o *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro, para salvar vidas. No entanto, o que se coloca em votação é o PL 2.633, o PL da Grilagem.

Eu sei que, nos discursos que nós vamos ouvir em defesa desta votação, vão dizer que este projeto tem como objetivo regularizar as terras dos pequenos proprietários da Amazônia. Isso é mentira. Não é preciso fazer modificação nenhuma. O que é preciso é ter vontade política, utilizar a legislação existente e regularizar as propriedades, primeiro, das populações quilombolas - isso não acontece, pois o INCRA do Amapá perde recursos que nós alocamos em emenda parlamentar para a regularização de terras quilombolas -, regularizar as terras dos agricultores familiares em assentamentos ou não, e não regularizar as terras dos grandes proprietários, dos grileiros, dos invasores e dessas populações que destroem a floresta.

Portanto, o momento é inadequado, o PL é inadequado e não é necessária esta modificação para que seja possível regularizar as terras dos pequenos. Se o Governo quisesse, durante este período já poderia ter regularizado milhares de pequenas propriedades para a agricultura familiar, mas não foi isso que aconteceu. O que nós temos é um ataque sistemático da boiada para permitir a abertura da Amazônia.

Vamos falar da Amazônia. Eu falo aqui do Estado do Amapá, no extremo norte do Brasil. A ideia é permitir a invasão de unidades de conservação, de terras indígenas, de terras quilombolas, anistiar aqueles que produzem danos ambientais e promovem a grilagem de terras.

Este projeto é integralmente negativo. É preciso rejeitar a urgência e, no mérito, é preciso rejeitar o projeto. Ele destrói a imagem do Brasil no nível internacional, num momento em que enfrentamos uma emergência climática. Está tudo errado.

Impeachment de Bolsonaro!

Não à boiada passando no Plenário da Câmara!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Defesa de rejeição dos requerimentos de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, relativo à exclusão, da Área Indígena São Marcos, da área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, especialmente aqueles que nos acompanham e nos assistem pela *TV Câmara*, hoje eu quero falar sobre a boiada que mais uma vez tentam passar aqui na Câmara dos Deputados.

Quando o Ricardo Salles caiu, fugido pela porta dos fundos do Ministério do Meio Ambiente, eu já alertava que, apesar do significado político da queda, nada iria mudar, por duas razões. A primeira é porque o novo Ministro Joaquim Leite, seguirá o mesmo *script* de Salles e servirá ao chefe maior da destruição ambiental, que é o Presidente Bolsonaro. A segunda razão é que a própria Câmara dos Deputados está fazendo o papel de passar a boiada, a pedido da Presidência da República.

Hoje querem votar aqui a urgência para a votação do projeto de lei da grilagem, o PL que fragiliza o controle sobre a ocupação da Amazônia e a regularização de terras em geral, abrindo caminho para o roubo de áreas públicas e o desmatamento em massa. A quem serve um projeto como esse? O que a sociedade brasileira ganha com a urgência na votação desse projeto de lei, cujo parecer tivemos acesso apenas ontem à noite, praticamente no dia da votação, a toque de caixa e sem tempo de analisá-lo?

A mesma lógica ocorre na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima. O texto, da forma como está, pode legalizar casos de violência no campo e de grilagem de terras públicas, abrindo possibilidade para o encerramento de projetos de assentamento de reforma agrária.

Quem ganha com isso? Aos que acompanham o que se passa na Câmara dos Deputados eu peço que façamos esta reflexão: a quem interessa passar a boiada com tanta pressa?

Presidente, não há urgência em votar esses projetos que vão trazer mais violência no campo, que vão trazer mais queimadas, que vão trazer mais desmatamento, que vão sujar ainda mais a imagem do Brasil lá fora, que vão trazer consequências para o regime de chuvas,

para a umidade aqui no Sudeste e no Sul do País, no sul do continente. Todos sabem que, aumentando o desmatamento na Amazônia, diminuem as chuvas por aqui. Está aí a crise da gestão energética que nós estamos vivendo.

Por isso, votaremos "não" a esse PDL.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 19/195

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:20
Publ.: DCD - 14/07/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pela Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - FETAEMA, de denúncias de casos de violência contra camponeses no interior do Estado. Pedido de adoção, pelas autoridades e órgãos competentes, de providências a respeito de assassinatos de trabalhadores rurais em decorrência de conflitos agrários. Desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa de retirada da pauta da Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Razões da reprovação popular do Governo Jair Bolsonaro em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente da República. Anúncio da realização de novas manifestações populares contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a FETAEMA, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão, denunciou casos de violência contra camponeses no interior do Estado. Na última sexta-feira, dia 2, no Município de Arari, o trabalhador rural Antônio Gonçalves Dias foi assassinado. Em menos de 1 mês, é a terceira execução de agricultor ou agricultor familiar somente no Estado do Maranhão, em decorrência de conflitos agrários.

Queria, Sr. Presidente, pedir providências por parte das autoridades policiais, do Ministério Público, que investigassem o ocorrido e punissem os responsáveis, mas também chamar a atenção para a gravidade deste momento, em razão do desmonte das políticas de reforma agrária no Brasil. O INCRA está desmantelado. O PL da

Grilagem tem que ser retirado da pauta desta Casa. É inadmissível!

É por essas e por outras que o povo está deixando muito claro que reprova o Governo Bolsonaro. Pesquisa do Datafolha mostrou isso. Aliás, a pesquisa é completa:

nela o povo revela a sua percepção sobre o Presidente da República, diz que ele é desonesto, autoritário, despreparado, incompetente, pouco inteligente, falso, corrupto. Tudo isso está na voz do povo, está numa pesquisa que foi feita há poucos dias, que demonstra claramente a indignação da população com o que acontece neste momento no País, sobretudo em razão da pandemia.

Eu estive numa reunião no final de semana, no Estado do Maranhão, e um professor disse: *"Não temos mais que chamar Bolsonaro de 'genocida', porque ninguém sabe o que é genocida. Bolsonaro é assassino"*. Eu fiquei pensando nas palavras daquele professor e cheguei à conclusão de que ele tem razão, de que Bolsonaro é um assassino. As pessoas estão morrendo por culpa dele. Tudo o que acontece no nosso País - a política de destruição e de morte -, infelizmente, está fazendo a nossa população sofrer, ou por causa da morte ou por causa da fome. Essa é a triste realidade que enfrentamos neste momento.

É por isso que no dia 24 de julho o povo vai voltar para as ruas - mais gente ainda. As pessoas estão se vacinando e estão com cada vez mais coragem de protestar contra este Governo.

Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação nos meios de comunicação da Casa do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

Documento 20/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021 - CD	17:00
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 50	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Principais tópicos do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Importância de aprovação da propositura para combate às queimadas, aos

desmatamentos e às ocupações ilegais.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, peço a V.Exa. que acrescente o tempo de Líder de Solidariedade.

Presidente, este projeto está com a minha autoria, mas na verdade ele é a soma de um conjunto de debates que fizemos na Medida Provisória nº 910, de 2020, uma medida provisória muito controversa. A partir desse debate, nós pudemos chegar, hoje, ao texto mais equilibrado que poderia ser.

Para aqueles que falam que não precisa de uma nova lei para a regularização fundiária, essa tese tem uma parte de verdade, já que os Governos poderiam já ter regularizado todas as propriedades até 4 módulos fiscais. Mas existe uma fragilidade, que é a falta de segurança jurídica, porque, hoje, o Governo pode fazer isso a partir de instruções normativas, de portarias, de regulamentos e de decretos; então, é uma lei da segurança jurídica.

Também o nosso projeto, melhorado pelo relatório do Deputado Marcelo Ramos e agora pelo Deputado Bosco, também traz internamente uma mensagem para o mundo de que o que o Brasil fazia ao longo dos tempos - começou em 1965 -, e que, de tempos em tempos, o Congresso Nacional aprova uma nova lei e o Governo Federal regulariza... Isso, sim, incentiva, e não mostra a mensagem de que o Brasil é um país sério na gestão do seu território e, principalmente, quando trata das questões das ocupações ilegais no Brasil.

Então, o nosso projeto, no primeiro quesito, traz uma mensagem de seriedade e de segurança, define o marco temporal de ocupação em 2008, que é o mesmo marco temporal de ocupação do Código Florestal, a lei brasileira mais respeitada em termos das questões ambientais.

Trato de um segundo ponto, Sr. Presidente. A partir de um estudo minucioso dos próprios dados do Governo, nós procuramos fazer um recorte permitindo o sensoriamento remoto em até seis módulos fiscais. Por que seis módulos fiscais, Presidente e colegas Parlamentares? Em até seis módulos fiscais, nós estamos permitindo sensoriamento remoto a 92% dos que já se inscreveram para se regularizar no INCRA. Esses 92% detêm 47% da área regularizada. Só que não é utilizada, como dizem, uma autodeclaração. Além disso, eles terão que apresentar alguns documentos, que eu chamo de travas, para dar seriedade e segurança à política pública. Eles têm que apresentar o Cadastro Ambiental Rural ativo, têm que ter uma planta

do imóvel assinada por um engenheiro com responsabilidade técnica, não podem ter sido beneficiários de outro programa de regularização do Governo, não podem ter praticado crime ambiental e também não podem ter praticado trabalho escravo ou análogo a escravo. Então, não é uma autodeclaração, é um requerimento com quesitos sérios. É até difícil apresentar todos esses documentos.

Os outros, acima de seis módulos fiscais, por exemplo, serão regularizados? Serão também regularizados. Há de 108 mil a 110 mil propriedades de ocupantes inscritos no INCRA. Pouco mais de 8 mil propriedades serão regularizadas, mas deverá haver a vistoria presencial de um fiscal do Governo, até porque esses 8% detêm 53% de toda a área. Não é pouca área. São mais de 8,5 milhões de hectares.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que esses dois quesitos - o marco temporal de ocupação de 2008 e a permissão de que até seis módulos fiscais utilizem uma tecnologia moderna - darão uma mensagem diferente para nós brasileiros e também para o mercado internacional que compra os nossos produtos do agronegócio.

Há outro ponto fundamental, Sr. Presidente. É bom deixar claro um aspecto técnico: o sensoriamento remoto não é vistoria. Ele permite, através da tecnologia moderna, que se faça a fiscalização da utilização da terra. Foi por isso que eu coloquei esse quesito. Para saber se é ocupação mansa, pacífica, é preciso realmente ter documento e as grandes propriedades terem vistorias de um fiscal do Governo.

O conjunto desse projeto garante o seguinte: em relação às terras ocupadas depois de 2008, o Governo terá que tomar uma decisão - ou irão para uma atividade de utilidade pública ou para a licitação, mas sem o direito de preferência que estava previsto na medida provisória. O que a medida provisória dizia? Você pode ocupar, porque eu vou fazer uma licitação dessa terra depois e te dou preferência. Nós extirpamos isso do nosso projeto e também do relatório do Deputado Bosco.

Outro ponto fundamental: as terras indígenas, de quilombolas e de comunidades tradicionais estão protegidas nesse projeto. Elas não são fruto do projeto de regularização através do nosso Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, e também da regularização que está prevista no relatório do Deputado Bosco.

Então, com esse conjunto, especialmente esses três pilares, Presidente, e também com alguns pontos que foram acrescentados pelo Deputado Bosco, atendendo demandas de colegas Parlamentares, especialmente da Região Amazônica, o projeto prevê a

regularização em todo o Brasil.

Ele garante que esta Casa cumpra um papel fundamental de separar o joio do trigo, já que grande parte dessas famílias foi para a Região Amazônica convidada pelo próprio Governo, e hoje vivem lá a esperança da terra própria. Já estão na terceira ou quarta geração. Esses agricultores não podem retirar a nota fiscal para vender sua produção, não podem fazer o licenciamento ambiental, nem se aposentar, quando chegar a idade, para serem segurados especiais da Previdência.

Portanto, este projeto ajuda a combater a ocupação ilegal, o desmatamento ilegal e a queimada ilegal. Esses proprietários que estão lá e ocuparam a terra de forma mansa, pacífica, com o devido documento, serão os verdadeiros guardiões dos nossos ecossistemas, tanto na Região Amazônica como em outras regiões do Brasil.

Eu peço muita serenidade a esta Casa, para não fazer deste projeto um veículo para colocar outras propostas que sejam distintas da garantia de tratamento dos diferentes de forma diferente. Refiro-me àqueles que precisam do documento da propriedade para cuidar, produzir alimentos e ter qualidade de vida.

Obrigado, Presidente.

Documento 21/195

77.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/07/2021-17:08
Publ.: DCD 14/07/2021 - 52	NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, todas as vezes em que esta Casa discute projetos de regularização fundiária, é sempre para regularizar terra pública grilada, nunca é para debater demarcação de terra indígena, regularização de territórios quilombolas, regularização

de terras para a agricultura familiar.

O simples fato de votarmos a urgência deste projeto já sinaliza para o País e para o mundo que nós vamos dar mais insegurança jurídica.

Está nos jornais da semana passada: um conjunto de fundos de investimentos internacionais que contempla 23 trilhões de reais não quer colocar esses investimentos aqui no Brasil se for aprovado este projeto de lei, porque ele vai significar mais desmatamento. Essa é uma sinalização para a criminalidade que está ocorrendo neste momento. Vocês vêm acompanhando o aumento da violência no campo e o aumento do desmatamento. Só neste ano, todos os meses, o aumento do desmatamento vem batendo recordes em relação ao ano passado. E o ano passado já tinha batido recorde em relação a 2019. Então, é essa sinalização que nós vamos dar.

Há outro aspecto: com exceção das entidades ligadas à Frente Parlamentar da Agropecuária, nenhuma instituição acadêmica ou dos movimentos populares do campo, da cidade e da floresta, ou seja, nenhuma outra instituição importante deste País apoia a votação deste projeto. Somente um pequeno setor do agronegócio quer aprová-lo.

Fala-se aqui em propiciar o sensoriamento remoto. Quer dizer que é uma espécie de autodeclaração que vai regularizar aquilo que foi roubado?

É importante também que se diga que, para 95% da demanda de regularização fundiária, nós já temos legislação.

O que falta é estrutura para o INCRA fazer o processo, inclusive de forma remota, usando os instrumentos que temos hoje. Por que não estruturar o INCRA e resolver a situação de 95% daqueles que reclamam o título da terra? Não é para esses que estamos debatendo este projeto. Este projeto aqui é para regularizar a situação de 5%, dos quais, provavelmente, 99% são terras públicas invadidas, griladas. Isso vai provocar violência no campo.

Por isso, não é o caso de se votar esta urgência...

(Desligamento automático do microfone.)

Publ.: DCD - 14/07/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PSL orienta a favor, pois o objetivo é desburocratizar a titulação de terras em processo de regularização. Não temos como não ser a favor. É excelente!

O projeto de lei também traz alterações benéficas ao processo de regularização fundiária, desburocratizando e agilizando esse processo, o que há tanto tempo nós esperávamos. Essa é uma importante medida.

A dispensa de visita a propriedades de área inferior a seis módulos fiscais é algo importantíssimo. Com esse limite, seriam passíveis de regularização 92% das propriedades sem titulação. Esses dados são do INCRA. As demais propriedades com área superior a esse limite continuam podendo ser regularizadas com a visita presencial. Aí haveria uma diminuição da demanda.

O INCRA acredita que poderia atender essas propriedades maiores dentro dos próximos 5 anos. É um belo passo. Excelente! Somos totalmente a favor.

Documento 23/195

77.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
CD 17:12

Publ.: DCD - 14/07/2021 - NILTO TATTO-PT -SP
54

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta "não".

Isso vai sinalizar que o crime compensa. Nós estamos assistindo, nesse momento, a invasões em áreas públicas. Daqui a 3 anos, 4 anos, 5 anos, virá outro projeto para legalizar novamente terra pública roubada, grilada. Isso vai provocar desmatamento. É muito ruim para a imagem do País.

V.Exas. sabem o que significa o aumento do desmatamento, o aumento da violência, para os investimentos de fora, que o Brasil precisa? O agronegócio vai sentir na pele, na hora em que os países que importam *commodities* da agricultura brasileira pararem de importar porque o País está provocando desmatamento. É isso o que esta Casa quer aprovar com este projeto de lei.

Então, vamos votar contra este projeto, porque significa mais violência, mais desmatamento e menos investimento, que o Brasil precisa tanto nesse momento.

Documento 24/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 54	- GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Liberal, Sr. Presidente, vota mil vezes "sim". Votamos "sim" com convicção.

Esse pessoal que não quer regularização fundiária é o mesmo que quer o "Estado-teta", o "Estado-mãe". Querem que o Estado fique dono das terras, para que os agricultores não façam financiamento, para que os agricultores não possam vender as suas terras e não possam investir, com segurança, com financiamento, nas suas terras.

Eu não consigo entender, num país capitalista, alguém não querer

regularizar as terras.

Regularizando-as, você vai resolver a questão das queimadas, vai conseguir resolver a questão das invasões, vai conseguir resolver a questão ambiental, porque quem é dono cuida! Quem é dono cuida! Regularizar é ter segurança jurídica.

Eu tenho um projeto para 15 módulos rurais. Aqui no Rio Grande do Sul, nós precisamos aumentar os módulos rurais.

Nós votamos "sim" e queremos aprovar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 25/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 55	AROLDO MARTINS-REPUBLICANOS -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. AROLD MARTINS (REPUBLICANOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a lei que regulamenta a ocupação fundiária incidente de áreas da União é algo sobre o qual nós já deveríamos ter repousado e trabalhado há muito tempo.

O Brasil, vem ano e sai ano, continua com essa mesma discussão em relação à regulamentação fundiária, enquanto outros países estão na vanguarda em relação a esse tipo de coisa.

O Republicanos, portanto, vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 26/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
---------	--

CD

17:16

Publ.: DCD - 14/07/2021 - RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP
55

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em que pesem as melhorias do relatório, em que pese o trabalho do Deputado Zé Silva, nós entendemos que o projeto de lei de regularização fundiária é um projeto que facilita a grilagem.

Mais da metade do desmatamento no Brasil é desmatamento especulativo, é desmatamento para apropriação de terra pública. Só para se ter uma ideia, no ano passado, nós tivemos 758 mil hectares de áreas desmatadas apenas na Região Norte do Brasil. Metade do desmatamento do Brasil foi em terra pública.

Estão ocupando terra pública, estão derrubando as florestas, estão queimando o que sobra e estão pedindo para o INCRA os documentos. Com essa lei, as pessoas vão poder ficar em casa, lá no Sul, no Sudeste, e pedir a titulação de terras desmatadas ilegalmente na Amazônia. Esse projeto facilita a grilagem de terras, prejudica a imagem do País e prejudica a nossa biodiversidade.

Por isso, o PSB orienta de forma contrária à urgência desta matéria. Não dá para o Brasil continuar tolerando desmatamento e ocupação em terra pública!

Documento 27/195

77.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
CD

17:16

Publ.: DCD - 14/07/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
56

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização

fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai orientar "sim".

Quero deixar consignado que, na verdade, nós vivemos no País uma narrativa de cada vez mais ocuparem terras públicas, com invasão, ocupação, enfim. É uma situação que não termina nunca. Então, nós temos que fechar essa porteira. Temos que regerar, regulamentar, regularizar. Esse é o propósito.

Por isso, nós aceitamos esse debate. Nós podemos divergir do jeito de fazer, se é assim ou assado, mas é hora de fechar essa porteira, senão vão continuar ocupando, invadindo, desmatando.

Nós devemos ter regra, até para que tenha segurança jurídica quem é dono. É preciso saber quem é quem e separar o joio do trigo. Esse é o desafio. Esse é o propósito. Esse é o debate do qual nós não vamos fugir.

Embora nós possamos divergir no jeito de fazer, vamos debater, para que o assunto seja finalmente dirimido e decidido.

Documento 28/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 56	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos é favorável à urgência desta matéria.

A questão fundiária é muito séria no nosso País. Nós condenamos o desmatamento, principalmente do Bioma Cerrado, do Bioma Mata Atlântica, Bioma Pantanal e do Bioma Amazônia. Nós temos que regulamentar e regularizar a situação fundiária no Brasil. Nós não

podemos culpar quem não tem culpa. O cidadão tem o direito de ter a escritura do seu imóvel para trabalhar, buscar crédito e produzir mais no nosso País.

É importante que essa lei seja debatida aqui no Parlamento brasileiro. Inclusive, nós podemos apresentar emendas se o projeto de lei não estiver perfeito, mas o tema tem que ser debatido aqui.

Encaminhamos o voto "sim".

Documento 29/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021 - CD	17:20
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 56	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta contrariamente a esta matéria, Sr. Presidente Arthur Lira.

Num momento em que a Câmara deveria se dedicar a enfrentar a crise sanitária, a enfrentar a fome, a enfrentar a miséria, infelizmente, estamos na contramão do que precisaríamos, que seria restabelecer a gestão pública ambiental. Esta Câmara, caso aprove essa matéria, vai entrar para a história, Sr. Presidente Arthur Lira, como aquela que, no meio de uma pandemia, está aprovando a destruição e a privatização das nossas florestas, o desmatamento, ampliando o conflito no campo.

Já temos legislação para regularização fundiária de pequenas ocupações. O que está em jogo aqui é a legalização de grilagem. É preciso dizer, dar nome aos bois, já que vocês estão, com essa matéria e com tantas outras que destroem a nossa legislação ambiental, querendo fazer a boiada passar.

O PSOL, obviamente, Sr. Presidente Arthur Lira, orienta "não" a esta matéria, que destrói a natureza e seus povos.

77.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
CD 17:20

Publ.: DCD - 14/07/2021 - VINICIUS POIT-NOVO -SP
57

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO apresentou uma emenda a esta matéria, que foi acatada no texto, a fim de criminalizar quem apresentar declaração falsa.

Quando não há regra, quando não há regularização, abrimos espaço para a criminalização, abrimos espaço para um tomar a terra do outro. Aqui, nós estamos colocando ordem e trazendo segurança jurídica para todos os povos, para toda a população que está presente em alguma terra em que haja dúvida. É preciso criminalizar quem apresentar declaração falsa.

Por isso, o NOVO vota a favor. O NOVO vota "sim" a esta urgência, Sr. Presidente.

77.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
CD 17:20

Publ.: DCD - 14/07/2021 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP
57

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor desta urgência.

Nesse debate que a urgência enseja - debate mais profundo será feito na apreciação do projeto -, nós queremos destacar a mudança que houve em relação à Medida Provisória nº 910, de 2019, que foi proposta aqui e foi profundamente discutida. O Deputado Zé Silva, a partir desse debate, elaborou essa proposta de projeto de lei que contém um justo equilíbrio entre uma preocupação ambiental e a necessidade imperiosa da regularização fundiária.

Onde há regularização, há cuidado contra o desmatamento. Onde não há regularização, onde nós não temos a posse definida, é um campo aberto exatamente para a devastação. É o contrário do raciocínio.

Por isso, orientamos "sim" à urgência e vamos debater e aprovar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 32/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:24
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 58	RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "não".

Muito embora reconheçamos que foi feito um esforço pelo Deputado Zé Silva, que atenuou muito o que chegou a esta Casa, na nossa maneira de analisar a matéria, há uma série de inconsistências e de pontos que precisam ser melhorados, embora esse relatório seja muito diferente do que está sendo debatido no Senado, que é muito pior.

Contudo, analisando friamente o mérito, nós não vemos necessidade de esse projeto ser votado em caráter de urgência. É necessário debatê-lo mais, negociar mais, para diminuir danos que ainda estão no

projeto.

Por isso, o PCdoB encaminha o voto "não".

Documento 33/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:24
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 58	- ENRICO MISASI-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, o Partido Verde encaminha o voto "não" a esta urgência, não por não reconhecer que o problema da Amazônia é um problema cuja variável da titulação da terra é essencial e nem por fugir do debate da regularização fundiária; mas por acreditar que, neste PL, neste texto, nós ainda não encontramos o equilíbrio para blindar todos os flancos que podem acarretar um aumento do desmatamento e uma mensagem, uma imagem errada que nós podemos passar.

Portanto, o PV, querendo aprofundar ainda mais o debate, orienta o voto "não" a esta urgência. Fazemos um apelo aos demais partidos para também fazê-lo, a fim de que nós possamos amadurecer mais o debate.

Obrigado, Presidente.

Documento 34/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:24
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 58	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE, Sr. Presidente, vai orientar "não" à urgência, uma vez que há necessidade de complementar a regularização de muitos direitos, inclusive quanto à demarcação de terras indígenas.

Há uma preocupação muito grande em relação a pessoas que tentam, por muitas vezes, tomar posse, inclusive com conflitos, de terras da União. É importante lembrar que, algumas vezes, a simplificação de procedimentos de titulação pode abrir margem para a ilegalidade e para a promoção de conflitos.

Nós sabemos que a Amazônia sofre com a grilagem de terras públicas, com o desmatamento, com a invasão de terras indígenas e, principalmente, com conflitos na área rural.

Então, nós entendemos que não é urgente. Existem matérias mais urgentes. É necessário que haja uma discussão séria sobre alguns pontos, como bem falaram alguns Líderes.

Por isso, a REDE não é a favor da urgência.

Documento 35/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:24
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 59	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição orienta "não" à urgência.

Nós nos preocupamos com a possibilidade de que este projeto abra brechas tanto para a grilagem de terras públicas quanto para a invasão

de terras públicas e seu consequente desmatamento.

O Brasil já aprovou duas leis. O Congresso Nacional já provou duas leis, que foram sancionadas - uma em 2009, outra em 2017 -, prevendo processos de regularização, o que faz com que este projeto não seja urgente. Não há urgência na votação desta matéria.

Se há aspectos de regularização fundiária que não foram tratados nas matérias anteriores, que discutamos isso com calma nas Comissões. Votar uma matéria dessa gravidade em regime de urgência, no nosso entendimento, é grave, é equivocado e pode fazer com que o Brasil piore ainda mais, em termos de desmatamento e de agravos ao nosso meio ambiente.

Por isso, a Oposição orienta "não".

Documento 36/195

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 14/07/2021 - 59	CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Lei nº 11.952, de 2009, já regulamentou a regularização fundiária na Amazônia Legal. Essa lei depois foi ampliada, em 2017, para atingir o Brasil inteiro.

O que eu quero dizer com isso é que a lei para garantir que a regularização fundiária possa acontecer já existe. Inclusive, essa lei já estabeleceu a dispensa de vistoria para áreas de até quatro módulos fiscais.

Então, por que aprovar uma lei que amplia esse limite, se o INCRA não está tendo a capacidade de fazer regularização fundiária agora, por falta de capacidade e de gestão, por falta de investimento, por falta de vontade política do Governo Federal hoje? O problema não é mudar essa lei em tempo de pandemia, abrindo a possibilidade de legitimar grilagem de terra pública e desmatamento. Eu acho que não deveria

ser assim. Mas a Minoria libera a bancada, porque os seus partidos não entraram num acordo único.

Documento 37/195

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-12:56
Publ.: DCD - 15/07/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Compromisso de luta contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Repúdio à sanha privatista do Governo Federal e do Governo do Estado do Amapá. Protesto contra a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de promessa de não desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa; e do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna no dia de hoje para dizer que estive em reunião, ontem, com o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, no Amapá. Há em torno de 230 servidores lá. Na ocasião, assinei uma carta de compromisso de lutar contra a privatização dos Correios, da mesma maneira que lutei contra a privatização da ELETROBRAS, porque aqui no Amapá nós sentimos na pele os efeitos da concessão de um serviço público essencial para uma empresa privada, que visa o lucro. Ficamos no apagão em novembro do ano passado durante 21 dias. Quem nos socorreu foram os servidores da ELETROBRAS, da ELETRONORTE e também da Companhia de Energia do Amapá.

Aproveito para denunciar que essa política privatista do Governo Bolsonaro também é a política privatista do Governador Waldez aqui no Amapá. Ele privatizou a Companhia de Energia do Amapá, deixou 10% da área de cobertura da sede de fora, que é a parte menos atrativa da empresa, e não explicou quem vai atender essas populações que foram deixadas de fora. Isso aconteceu também no Rio de Janeiro, com a CEDAE. Uma parte importante da empresa que não era atrativa para o setor privado não foi incluída na responsabilidade da empresa que assumirá. E isso também acontecerá no caso dos Correios: as regiões remotas do Brasil que não forem atrativas, como é o caso aqui do Estado do Amapá, não serão

atendidas.

O Presidente Jair Bolsonaro trai a sua história, uma vez que ele disse que não privatizaria, que era contra a privatização da ELETROBRAS. Ele sabe que está errado, mas faz isso porque está derretendo e precisa do apoio do setor financeiro brasileiro e internacional para tentar se sustentar e continuar o desmonte.

Aproveito para dizer, Sr. Presidente, que sou contra a PEC 32, a PEC do desmonte do setor público brasileiro. Sou membro titular da Comissão Especial dessa PEC. Estou lá justamente para denunciar essa tentativa de desmontar o serviço público brasileiro. Não sou daqueles que dizem que não é preciso aperfeiçoar o nosso setor público. É preciso, mas o que a PEC 32 faz não é isso, é o desmonte, a destruição, e é também a tentativa de privatização dos serviços públicos, que está embutida nessa iniciativa do Governo Federal.

Não à privatização dos Correios! Não à PEC 32! Não ao PL da grilagem, que está na pauta de votação da Câmara!

Sim a um Brasil generoso, igualitário e sustentável!

Sr. Presidente, eu peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 38/195

79.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021-
CD 00:36

Publ.: DCD - 16/07/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC
164

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa de proposições de interesse da bancada feminina. Inconformismo com a não votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Contrariedade à exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação da Lei nº 12.651, 2012, (Código Florestal Brasileiro), em áreas urbanas, inclusive em áreas consolidadas. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, acerca de alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à regulamentação de áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Retomada das atividades comerciais e da geração de emprego e renda no País.

Votação pela Casa de relevantes proposições destinadas à retomada do crescimento da economia brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os Deputados, em especial V.Exa., que está substituindo o nosso Presidente Arthur Lira neste momento, até esta hora, aprovando projetos importantes, como o da primeira infância e os projetos fundamentais da bancada feminina.

Sr. Presidente, lamentei o fato de não termos conseguido votar o projeto de regularização fundiária porque esse projeto é fundamental para o Brasil. E eu consegui apoio para uma emenda que derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana do Brasil. O Brasil está parado. A construção civil, fundamental para a geração de emprego e renda, está parada, neste momento de dificuldade do nosso País. E, pior do que isso, essa decisão do STJ dá a entender que isso vale para as áreas consolidadas. Ora, se isso for verdade, nós teremos que derrubar parte das edificações do Brasil.

Essa emenda é de minha autoria, e, se ela for aprovada - eu peço o apoio de todos no reinício dos trabalhos -, passamos essa definição do recuo nos rios para o parcelamento do solo e para o plano diretor dos Municípios do nosso País.

Sr. Presidente, eu também quero comungar da posição de alguns Parlamentares que se pronunciaram há pouco dizendo que estamos todos animados porque estamos vencendo a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. O povo está sendo vacinado; as atividades comercial, turística, cultural, esportiva e outras atividades começam a ser definitivamente reaquecidas; e, com isso, volta a geração de emprego e renda no nosso País.

Paralelamente a esse trabalho de combate à pandemia, e não poderia ser diferente, com o apoio do Congresso Nacional, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, temos apoiado o nosso Governo, a Presidência da República, no sentido de promovermos a retomada da economia do País.

Vejam quantos projetos importantes votamos este ano: nós votamos a autonomia do Banco Central, que era um sonho de 30 anos; nós votamos o marco regulatório do saneamento básico; nós votamos a lei do gás; nós votamos a PEC Emergencial, que promove efetivamente o equilíbrio fiscal no Brasil; nós votamos a lei do licenciamento ambiental, uma lei fundamental, porque o Brasil está engessado, bilhões de

recursos estão paralisados, porque os órgãos ambientais não dão o licenciamento ambiental, e essa lei ambiental, que vai para o Senado, dá autonomia aos Municípios e, dependendo da natureza, da localização do empreendimento, se o impacto ambiental não é grande, possibilita que alguns tipos de empreendimentos sejam realizados inclusive sem licenciamento.

Então, nós fizemos votações fundamentais, que efetivamente promovem o desengessamento da economia do País e, como resultado, associadas às privatizações, temos as reformas, que começam a andar na Câmara dos Deputados, como a reforma tributária, necessária e fundamental.

Nós temos que promover uma reforma tributária, sonhada há muitas décadas e que não acontece, que venha a simplificar o recolhimento dos impostos, porque se gasta muito para promover o recolhimento - o setor produtivo sabe disso que eu estou dizendo -, que venha a dar transparência, para que o contribuinte saiba o que ele está pagando, e, sobretudo, que seja mais justa, porque hoje nós tributamos em 49% o consumo e em 22% a renda, exatamente o contrário do que os países desenvolvidos fazem, ou seja, o trabalhador ganha dois, consome dois e é tributado, portanto, na sua totalidade, o que não acontece com a renda, com aqueles que ganham muito.

E temos a reforma administrativa, de que eu tive a honra de ser o Relator na CCJ, da admissibilidade, e que agora está em curso na Comissão Especial, de que é Presidente o Deputado Fernando Monteiro e Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia, muito experiente, muito dedicado, e as audiências públicas estão acontecendo. Essa é uma reforma fundamental porque não tira nenhum direito dos servidores atuais, promove uma economia de aproximadamente 300 bilhões em 10 anos e cria, é claro, outro modelo de servidor público, a partir do ano que vem, o que se faz necessário, porque lamentavelmente o serviço público no Brasil é muito lento e muito caro, com algumas exceções.

Nós precisamos modernizar o serviço público, nós precisamos adequar o serviço público aos novos tempos, nós precisamos oferecer um serviço público com melhor qualidade.

Portanto, com todas essas ações do Governo, e respeitando a Oposição, mas discordando muitas vezes, é claro, da posição da Oposição... Em alguns momentos até aprendemos com a Oposição. Ela é fundamental quando é feita com racionalidade e com inteligência. Eu estou acompanhando a fala do Deputado Molon, que é um opositor muito racional, muito preparado. O debate e as divergências é que fazem com que possamos crescer na Câmara dos Deputados e no

Congresso Nacional.

Enfim, com essas ações, Presidente Marcelo, o que está acontecendo? Nós estamos percebendo a retomada econômica do Brasil. No primeiro trimestre deste ano, em comparação ao último do ano passado, nós crescemos 1,2% do PIB. Os organismos internacionais, os bancos internacionais, as agências econômicas, enfim, os estudiosos estão...

Documento 39/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/08/2021-16:28	
Publ.: DCD 04/08/2021 - 38	- TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, infelizmente chegou o dia de votar esta matéria, que não atende às urgências deste momento, não atende às demandas do povo brasileiro num momento de grave crise sanitária, num momento de fome e de desemprego. Estamos votando neste momento, infelizmente, um PL que tem como principal objetivo a titulação de grandes posses irregulares e, sim, a facilitação do perdão de dívidas e do pagamento de dívidas para infratores ambientais. Não faz sentido, senhores e senhoras, votar esta matéria neste momento.

Por isso, o PSOL pede a retirada de pauta.

Quem se preocupa com a natureza e que entende que somos parte dela... Vivemos um momento de fenômenos climáticos extremos. Estamos falando no mundo todo de incêndios nos Estados Unidos, de enchentes na Itália, do frio que chega de forma avassaladora ao Brasil, de desequilíbrios que interferem em novas safras. Estamos falando da ampliação do agravamento da crise hídrica no Brasil. Portanto, temos que ser contrários a qualquer matéria que possa ampliar o desmatamento, e esta matéria traz, sim, a possibilidade de derrubada de florestas.

Em abril de 2021, ocorreu a maior série histórica de desmatamento do

último período. E parte desse desmatamento ocorre em áreas cobijadas por grileiros! Este PL, ao contrário do que se diz, visa facilitar a regularização de terras, acelerar a regularização de terras, legalizar a grilagem, senhores e senhoras, e ainda mais neste momento em que estamos entrando - a Deputada Joenia deve estar nos escutando -, no agosto indígena!

Esta pauta é uma afronta! Atinge diretamente terras que não estão demarcadas. Aliás, é objetivo deste Governo não demarcar terra alguma, como já disse Bolsonaro em sua campanha. A pauta atinge terras quilombolas, abrange territórios de comunidades tradicionais, fomenta o conflito nesses territórios.

E já há uma legislação robusta para se regularizarem pequenas ocupações. Não é verdade que precisamos de mais uma lei para efetuar e acelerar essas regularizações! Precisamos, sim, é de investimento no INCRA, em órgãos públicos que estão aí para fazer esse serviço. O que está em jogo aqui é a destruição das florestas, da natureza e dos povos indígenas!

Documento 40/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	16:32
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 39	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Indagação à Presidência sobre o debate da propositura com Parlamentares ambientalistas.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estava conseguindo abrir o microfone.

O PT vota pela retirada de pauta.

Sr. Presidente, aqui, numa reunião há 2 meses, V.Exa. mesmo se comprometeu a um diálogo com os Parlamentares ambientalistas para aprofundar um pouco mais este debate. Essa reunião não ocorreu, Sr. Presidente. V.Exa. sabe muito bem que este projeto vai provocar mais desmatamento. Da forma como se quer votar o relatório apresentado, isso vai representar mais desmatamento, com consequências

econômicas inclusive para o Brasil. Nós já estamos tendo ameaças - na verdade, já concretizadas - de vários fundos de investimentos que estão parando de trazer recursos e investimentos, em especial na área da agricultura, como consequência.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero saber se V.Exa. vai manter a palavra de manter um diálogo com os ambientalistas, para aprofundarmos este debate.

Documento 41/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:32
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 40	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "não". Nós queremos votar este projeto porque o consideramos muito importante, pois vai levar paz às pessoas. Portanto, o Partido Liberal orienta "não", Sr. Presidente.

Documento 42/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 40	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta pela retirada de pauta. Vamos mudar para obstrução, na verdade. Este é um tema

extremamente polêmico, que favorece o desmatamento do Brasil. Nós estamos com mais da metade do desmatamento da Amazônia provocado pela grilagem de terras. Grandes empresas estão ocupando terras da Amazônia, terras públicas que pertencem a nós brasileiros. Essas terras estão sendo comercializadas abaixo do preço de mercado. A Amazônia está sendo invadida e desmatada. Isso cria um problema seriíssimo para a imagem do País. Por isso, nós pedimos que esta matéria seja debatida com mais transparência, com mais diálogo. Por isso, pedimos que esta matéria não seja votada.

O PSB está em obstrução, Sr. Presidente.

Documento 43/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 41	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi registrada no painel a obstrução do PCdoB, mas o nosso voto é "sim". A orientação é esta, alterar para "sim", considerando que esta matéria precisa passar por um aprofundamento no debate, para evitar que, em nome da regularização fundiária, promova-se a entrega de espaços para latifúndios ou degrade-se o meio ambiente. Nós queremos aprofundar esse debate e continuar tratando deste tema da forma como deve ser tratado.

Documento 44/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 41	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do

Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL é favorável, Sr. Presidente, à retirada de pauta. Esta não é uma matéria que está de acordo com a realidade brasileira. Não é de legalização de grilagem que o brasileiro precisa neste momento. Nós já temos recortes de desmatamento, infelizmente, no Brasil. Nós vemos fenômenos climáticos extremos no mundo inteiro. Está chegando aí a COP, e infelizmente esta Casa está aprovando a legalização de grilagem. Já há legislação suficiente, Sr. Presidente, para que pequenas ocupações sejam regularizadas.

O PSOL quer floresta em pé. O PSOL quer indígena com o território sendo respeitado, quer quilombolas com o território sendo respeitado e quer ver respeitados os povos de comunidades tradicionais, aqueles que são guardiões da nossa natureza.

Não à legalização da grilagem! Floresta em pé!

O PSOL não quer esta pauta em votação hoje.

Documento 45/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 43	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", pela retirada, Sr. Presidente.

Nós acreditamos que é preciso avançar na proteção em relação às terras. Direito não se negocia. Existe uma demanda ainda em relação à demarcação de terras indígenas. Há terras indígenas que constantemente são invadidas e áreas de proteção ambiental que estão em risco. Na Amazônia, nós estamos vendo um cenário cada vez mais conflituoso nos meios rurais. É necessário repensar essa proposta do texto do PL 2.633/20, no sentido de avançar na proteção, na concretização da demarcação das terras indígenas, numa

regularização fundiária que seja condizente com a realidade brasileira, mas respeitando os direitos de quem está realmente na área.

É preciso valorizar o que nós temos de riqueza em biodiversidade, com proteção ambiental. Assim, nós vamos avançar no Brasil.

A REDE é pela retirada, porque esse projeto não...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 46/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 43	MARCELO FREIXO-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta o voto "sim", porque nós não podemos ter no tema da regularização fundiária o estímulo à grilagem das terras. Nós precisamos ter um debate sobre as terras para que sejam garantidoras de direitos, como as das comunidades indígenas, as das comunidades quilombolas, e um debate sobre um modelo de desenvolvimento que não seja predatório.

Olhem o que está acontecendo no mundo! Neste momento, nós temos claramente um frio desproporcional. Temos geadas onde nunca ocorreram. Temos o mar invadindo cidades. Temos sinais claros de desequilíbrio no mundo inteiro. Portanto, o que precisamos é ter responsabilidade ambiental. Ninguém quer parar o desenvolvimento, mas deve haver um desenvolvimento com responsabilidade, olhando para a Terra e entendendo que este planeta é finito. Este projeto vai na contramão do que o mundo deseja hoje, como tantas outras coisas do Governo Bolsonaro.

Por isso, a Minoria vota pela retirada da pauta.

Documento 47/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 43	ALINE SLEUTJES-PSL -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL orienta pela retirada, porque nós estávamos finalizando uma reunião agora na CAPADR junto com a FPA, com o autor, com o Relator, para conseguirmos entrar no último consenso. Nós precisamos pelo menos do dia de hoje para finalizar esse relatório, Sr. Presidente.

Por isso, o PSL solicita a retirada, para que nós possamos debater este assunto, finalizar e entrar em um consenso na votação, o mais rápido possível.

Documento 48/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 44	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição orienta "sim", a favor da retirada de pauta, porque o Brasil não precisa de uma nova lei de regularização fundiária. O Brasil já fez duas leis de regularização fundiária. É a dificuldade que pequenos agricultores enfrentam para terem as suas terras regularizadas diz respeito mais à falta de pessoal e à falta de

estrutura do INCRA do que à necessidade de uma nova lei.

Por essa razão, nós, da Oposição, somos contra a aprovação de uma nova lei. Vemos o risco de essa nova lei ser usada indevidamente para a grilagem de terras. A preocupação que temos é que isso favoreça o desmatamento e ajude a agravar a situação ambiental do Brasil, que já é péssima.

Por todas essas razões, Presidente, a Oposição orienta o voto "sim".

Documento 49/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 44	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo é contra a retirada de pauta. Este é um projeto de nação. Vai fazer prosperar principalmente o pequeno agricultor, que precisa de ter a sua terra regularizada para conseguir recurso e investimento na sua produção.

Documento 50/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	16:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 44	BOSCO SARAIVA-SOLIDARIEDADE -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. BOSCO SARAIVA (SOLIDARIEDADE - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura.

"I. Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, de autoria do nobre Deputado Zé Silva, que objetiva ampliar o alcance da regularização fundiária, bem como tornar mais efetivo o seu procedimento. Para tanto, altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.

(...).

II. Voto do Relator

Antes de tudo, é preciso destacar que o projeto de lei em análise foi construído por meio do excelente trabalho do Deputado Zé Silva durante a tramitação da Medida Provisória nº 910, de 2019. Naquela oportunidade, o então Relator foi reconhecido por seu bom senso em acatar as sugestões dos Parlamentares e da sociedade civil, no intuito de aprimorar o texto daquela medida provisória.

Em não sendo votada a medida provisória, o substitutivo construído naquele momento foi apresentado pelo Deputado Zé Silva na forma deste projeto de lei, que, ainda no ano de 2020, esteve sob a relatoria do nobre Deputado Marcelo Ramos, quando restou ainda mais aprimorado.

Na oportunidade, foram diversas as sugestões oferecidas por Parlamentares e representantes da sociedade civil. Houve, inclusive, a realização de uma audiência pública em que foram ofertadas contribuições de significativa relevância para o aprimoramento da proposta.

Diante desse histórico, trazemos para apreciação uma proposta sólida e justa, que concilia diferentes interesses, e que foi construída sob o prisma das diferentes facetas de um desenvolvimento sustentável. Para tanto, tomamos por base o parecer do Relator anterior, ainda não votado por este Plenário.

A proposta tem claro o objetivo central de permitir o uso da tecnologia

para que o INCRA possa cumprir seu papel na regularização fundiária, atualizando a legislação face aos avanços dos sistemas de monitoramento.

No entanto, cabe lembrar que adotamos um limite bastante seguro para o uso exclusivo de dados secundários e sensoriamento remoto para a dispensa de vistoria prévia.

Mesmo considerando o uso da tecnologia essencial, apenas áreas com seis módulos essenciais poderão ter a vistoria prévia dispensada.

Com a medida, daremos condições ao INCRA de atender com maior celeridade esse grupo, que, segundo números oficiais do Governo, engloba cerca de 92% dos agricultores, que ocupam, aproximadamente, 47% da área a ser regularizada.

Já para os ocupantes de áreas maiores, a regularização continua a depender da vistoria prévia. No entanto, também para essas áreas com mais de seis módulos fiscais, a regularização poderá ser realizada de forma mais eficaz, visto que todo sistema ficará menos congestionado.

Importante ressaltar que a dispensa de vistoria prévia é uma possibilidade, não obrigatoriedade. Não sem razão, a proposição traz uma série de situações nas quais será obrigatória a vistoria, ainda que se trate de pequenos agricultores.

Observamos, também, que, em nenhuma hipótese, há a titulação por mera "autodeclaração". O que se possibilita é que o INCRA verifique os requisitos por meio de documentos e de tecnologias, como o sensoriamento remoto.

Dessa forma, temos a certeza de que a proposição irá contribuir para a dignidade do produtor rural, possibilitando a regularização de posses legítimas, ao mesmo tempo em que se combate o dano ambiental e se protegem as populações tradicionais.

No que se refere às críticas proferidas à proposta, temos a certeza de que foram em muito discutidas e dirimidas pelo processo de construção coletiva pelo qual passou a proposição, restando apenas argumentos de natureza meramente ideológica, sem embasamento técnico, que não se sustentam diante da realidade.

Nesse sentido, necessário destacar que não há qualquer estímulo à grilagem. Pelo contrário, a proposição contribui para que eliminemos de vez a ocupação ilícita de terras públicas. Por isso, mantivemos o marco temporal da ocupação em 22 de julho de 2008, que faz referência ao Código Florestal, indicando, a *contrario sensu*, que toda ocupação

posterior não será regularizada.

Ademais, não há qualquer convalidação a danos ambientais na proposta. São vários dos dispositivos da proposição que vedam a regularização fundiária daqueles que tenham cometido infrações ambientais. Ao contrário do que se possa pensar, esta proposta irá beneficiar a proteção ambiental, pois, com a regularização, temos o aumento da capacidade fiscalizatória do Estado.

Ao mesmo tempo, os povos tradicionais do Brasil estão devidamente protegidos. O inciso II e o § 2º, ambos do art. 4º, são bastante claros ao impedir a titulação em áreas indígenas e quilombolas. Esses povos, que contribuíram com o próprio sangue para a construção deste País, merecem e terão sempre o nosso respeito.

Por fim, observamos que a proposição está em plena conformidade com a Carta Magna, que estimula a regularização fundiária e o cumprimento da função social da propriedade. Também, não há desconformidade com as normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Quanto à proposição apensada, o Projeto de Lei nº 1.730, de 2021, de autoria do nobre Deputado Lucio Mosquini, também tem por objetivo ampliar o alcance e a eficiência da regularização fundiária, sendo, portanto, bastante meritória. Também meritório o Projeto de Lei nº 2.660, de 2020, de autoria do nobre Deputado Nicoletti.

Ressalta-se que contemplamos em nosso substitutivo o Projeto de Lei nº 4.348, de 2019, de autoria do nobre Deputado amazonense Silas Câmara, contribuição de grande valia para a matéria em análise.

Por fim, cabe ressaltar que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas para licitações e contratos da administração pública, foi revogada pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, atual Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pelo que efetuamos a atualização da proposta no que se refere ao tema.

II. 1 - Conclusão de voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial, nosso voto é pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, e dos apensos, Projeto de Lei nº 1.730, de 2021, e Projeto de Lei nº 2.660, de 2020. No mérito, votamos pela aprovação de todos os projetos na forma do substitutivo em anexo".

Era o que tinha a dizer e a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 51/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-16:56
Publ.: DCD 04/08/2021 - 47	- NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Eu não lembro a última vez em que esta Casa se reuniu para debater projetos de lei destinados a avançar na titulação dos 5.500 quilombos que reivindicam o seu território, e, até agora, esta Casa não debateu seriamente.

Hoje, aproximadamente 50% das terras indígenas não foram demarcadas. E, repito, esta Casa não discute os projetos destinados a reconhecer a titulação dessas terras.

Milhares de comunidades tradicionais também reivindicam a criação de reserva de desenvolvimento sustentável, e esta Casa não senta para debater o assunto. Estão querendo falar e falam que mais de 90% de agricultores familiares estão contemplados neste projeto de lei. Mas já existe legislação, e o INCRA não a implementa. Não há necessidade de aprovação de uma nova lei.

Por outro lado, Presidente, estamos vendo hoje o aumento de invasões, o aumento de desmatamento, o aumento de queimadas. Daqui a alguns anos, virá outro projeto de lei para aprovar uma nova regularização para dar título para aqueles que estão invadindo área pública neste momento.

Quem diz que boa parte dessas terras indígenas que não foram demarcadas de populações tradicionais, de quilombolas não está nessas áreas que agora estão querendo dar título para aqueles que invadiram e que grilaram? Quem garante isso? É este o sentido dessa lei: aprovar a regularização de terra pública que foi invadida, roubada, patrimônio do povo brasileiro.

Eu pergunto: V.Exas. ouviram a CONTAG, que representa a agricultura familiar? V.Exas. sabem qual é o posicionamento dela? V.Exas. ouviram todos os movimentos populares do campo que representam a agricultura familiar, os camponeses, a academia, que produz conhecimento, pesquisa sobre a situação fundiária no Brasil?

Não há nenhuma instituição importante neste País que apoia a aprovação deste projeto. As únicas instituições que aprovam este projeto são as instituições ligadas ao agronegócio, à Confederação Nacional da Agricultura, a CNA, a organização que representa as empresas, as corporações do agronegócio.

Portanto, estamos aqui votando um projeto de lei para entregar terra pública para o agronegócio, não para os camponeses, não para a agricultura brasileira, não para o futuro do Brasil.

Documento 52/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 48	- NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "sim", pelo adiamento da discussão.

Eu volto a dar ênfase ao fato de que este debate não foi feito com os movimentos que representam a agricultura familiar; não foi feito com a sociedade brasileira, através das instituições que têm interesse pelo patrimônio público, que são as terras públicas. Essas terras estão sendo entregues agora para terceiros que as invadiram, que as ocuparam.

Volto a dizer, nesses últimos 2 anos, a maior parte do desmatamento foi em áreas públicas invadidas, e não houve sequer fiscalização. Está aí a situação do País perante a comunidade internacional nesse debate sobre a crise climática. Vamos trazer sérias consequências, inclusive econômicas, para o País ao entregar essas terras públicas àqueles que cometeram crimes. E, agora, vamos legalizar o crime cometido por

essas pessoas.

Documento 53/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 48	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "não".

É claro que todas as Lideranças estão fazendo acordos para que este projeto seja o melhor a ser votado neste ano pelo nosso Plenário. Mas não consigo entender qual cidadão deste País pode ser contra uma regularização fundiária em que os agricultores estejam de posse das terras. Não são terras públicas mais. São terras que já estão nas mãos do agricultor e que precisam ser regularizadas.

E o que acontece? Esse pessoal é contra porque quer manter os agricultores sob a sua tutela. Eles querem fazer queimadas, fazer devastação nas terras sem que haja proprietário. Quando há proprietário, sabemos quem é o dono, que pode ser punido. Regularização já!

O PL vota "não".

Documento 54/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 49	JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma

sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Declaração de voto do orador a favor do requerimento.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Líder do PSD participou de uma reunião com V.Exa., e vamos manter o acordo do nosso Líder e orientar "não".

Eu, especificamente, sou a favor da regularização fundiária. Precisamos aumentar a regularização fundiária, principalmente na Amazônia, que é uma região em que sem regularização fundiária não vamos crescer, não vamos para frente, Deputado Sidney. Nós precisamos da regularização fundiária.

Agora, o projeto dá alguns passos atrás. Acho que o projeto hoje, como está no substitutivo, atrapalha, volta atrás, retrocede em alguns pontos em que a legislação atual é até melhor. Ainda estamos tentando conversar com o Relator para conseguirmos melhorar esses temas e votarmos ainda hoje a regularização fundiária.

Mantemos o acordo com V.Exa. do "não". Porém, particularmente, como estou mais envolvido no assunto - já havia conversado com o Relator do projeto há muito tempo -, vou votar contrariamente, ou seja, a favor do adiamento de votação, para que possamos chegar a esse acordo e entregar ao País uma lei de regularização fundiária melhor do que a que temos. Volto a dizer, como está hoje, na minha opinião, o INCRA pode fazer mais com os instrumentos que tem na mão, pode andar ainda mais e melhor.

O partido mantém o acordo, mas, particularmente, queria a liberação do meu Líder para votar pelo adiamento de votação.

Muito obrigado.

Documento 55/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	17:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 49	SILAS CÂMARA-REPUBLICANOS -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da

regularização fundiária.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos orienta o voto "não". Aproveito ainda a oportunidade para parabenizar o Relator pelo trabalho paciente, robusto e consistente na produção do relatório.

Esse projeto de lei atende a necessidade de muitos, como disse ainda há pouco o companheiro que me antecedeu, proprietários legítimos das terras que supostamente pela esquerda estão sendo tituladas como terras públicas. Na verdade, Sr. Presidente, esse projeto dá um norte ao monitoramento para que, por exemplo, a preservação ambiental seja realmente eficiente, através do mapeamento de quem se torna de fato proprietário.

Eu me sinto inclusive contemplado com o cotejamento no relatório do Projeto de Lei nº 4.348, de minha autoria, que trata do mesmo assunto.

Portanto, o Republicanos encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

Documento 56/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD 17:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 50	EDUARDO CURY-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o substitutivo evoluiu bastante. Em algumas preocupações relativas a terras indígenas ou grilagem o Relator colocou uma trava, ou seja, ele foi conservador no bom sentido da palavra.

Entendemos que em alguns casos ainda permanece certa dúvida, mas é um avanço. Nós vamos permitir que um grande percentual de áreas que legitimamente mereciam ser regularizadas seja titulado.

Por isso, o nosso encaminhamento é "não".

Documento 57/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	17:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 50	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta o voto "sim".

A proposta não está madura. Nós temos sérios problemas. Metade do desmatamento feito na Amazônia é para fazer regularização fundiária. As pessoas desmatam e depois procuram o INCRA para fazer a regularização fundiária. Então, esse discurso de que as pessoas passarão a ser responsabilizadas é uma mentira, porque as pessoas só vão regularizar as áreas que já desmataram.

Por isso, o PSB defende a retirada de pauta desse projeto. Apesar de entender que o texto já melhorou bastante, ainda temos sérios problemas. A questão fundiária na Amazônia merece um atendimento diferenciado. Além de ser preciso uma lei de ordenamento territorial, não faz tanto tempo assim que a Câmara dos Deputados se debruçou sobre esse assunto. Nós temos uma lei de regularização fundiária que precisa ser colocada para funcionar. É preciso que o INCRA funcione neste País e não fique criando a todo momento uma série de soluções mágicas para distribuir terra pública justamente na Amazônia.

O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 58/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	17:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 51	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL quer adiar esta discussão. Já há legislação suficiente para regularizar pequenas ocupações.

Nesse sentido, o projeto que estamos votando pode infelizmente promover o aumento do desmatamento num cenário em que esse episódio bateu recordes no último período.

Num cenário, Sr. Presidente, em que há dificuldade de indígenas e quilombolas terem seus territórios reconhecidos. Essa é uma matéria que pode fomentar o conflito nessas áreas de povos e comunidades tradicionais.

No nosso entendimento, infelizmente, estamos votando num momento de fenômenos climáticos extremos, de frio no Brasil, de enchentes na Itália. Estamos votando um projeto que vai degradar ainda mais a natureza, que vai impactar os povos que são os principais protetores dessa natureza. Infelizmente estamos regularizando a grilagem, e o PSOL quer adiar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 59/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 -
CD 17:12Publ.: DCD - 04/08/2021 -
51 ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB vota favoravelmente ao requerimento de adiamento da discussão.

Consideramos que um pouco mais de tempo poderia nos permitir aprofundar o debate com o Relator. Eu recorro que, pouco tempo atrás, quando o Deputado Marcelo Ramos relatou matéria semelhante, houve oportunidade de o Relator conhecer uma série de aspectos que mereceriam maior cuidado. Eu vou dar um exemplo: os quilombolas, que merecem um tratamento específico, levando em conta as circunstâncias daqueles povos tradicionais.

É fato que nós temos que tratar da regularização fundiária, mas é fato que temos que tomar medidas que impeçam não só ocupações irregulares, indevidas, como também a expansão do desmatamento, gerando outros efeitos colaterais. Tudo isso causa uma repercussão quando não há o devido tratamento de um tema delicado como esse. Adiar a votação significará criar condições de que Câmara vote um texto mais ajustado às necessidades do Brasil.

O PCdoB vota "sim".

Documento 60/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 52	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania é contrário ao adiamento da discussão.

Eu explico de forma muito objetiva, porque foi esse o terror do nosso pronunciamento já quando essa matéria foi pautada por V.Exa.

Nós vivemos tempos de gladiadores, muito adjetivo, pouco substantivo. Nós vivemos tempos de radicalização. Nós gostamos dos construtores,

de quem busca fazer com que os avanços possam ocorrer.

Para nós, regularização rima com preservação. Para nós, quando rejeitamos, não deixamos que fosse votada a MP 910, surgiu o projeto de iniciativa do Deputado Zé Silva. Sabemos que isso era um avanço. Agora, nesse relatório, há um avanço também. Eu temo que a radicalização una extremos, crie um confronto, e o resultado disso será uma perda de todos. Adiar a votação concorre para isso.

Por isso, somos contrários, Sr. Presidente.

Documento 61/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 52	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE orienta "sim".

O PL 2.633 pode enfraquecer as salvaguardas necessárias à política de regularização fundiária, pode ter um efeito inverso. Vivemos uma situação em que o Brasil precisa melhorar a imagem, ter uma imagem de salvaguarda, não uma insegurança jurídica. Existe uma legislação já que fala da regularização fundiária, deve prover pelo avanço, e não pelo retrocesso. Ela pode, sim, fragilizar a proteção ambiental. Nós estamos vivendo tempos na Amazônia em que é necessário frear o desmatamento, a grilagem de terras públicas. É necessário, sim, punir quem comete o crime de pegar as terras de domínio da União e não as flexibiliza para que haja uma regularização da ilegalidade.

Então, é necessário que se aprofunde a discussão para que se vejam os pontos que são contrários. Até mesmo à Constituição Federal fala em proteção, por exemplo, das terras indígenas.

Documento 62/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:16

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, votamos "sim", pelo adiamento da discussão. Não há pressa alguma de votarmos essa matéria. O País tem outras emergências, outras urgências, porque o povo, de fato, está sofrendo com as mazelas do dia a dia.

Esse projeto é mais uma boiada que querem passar nesta Casa, que favorece pequenos grupos, nesse caso, não o pequeno produtor, o pequeno agricultor, aquela família que precisa de um lote, de uma terra para garantir não só a própria sobrevivência, mas também a produção de mais alimentos ao País.

Esse projeto favorece aquele explorador que invadiu terras, grandes lotes, e que simplesmente quer agora ganhar praticamente um prêmio do Governo. Mas a foto soltada pelo Governo, na semana passada, de um jagunço simboliza muito bem também esse projeto, que passa o trator...

(Desligamento automático do microfone)

Documento 63/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:16

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma

sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição é favorável ao adiamento da discussão para convencer a Casa, mostrar para a Casa que o Brasil não precisa de uma nova lei de regularização fundiária. Nós precisamos é cumprir as leis que existem e parar de emitir estímulos a novas invasões, o que, infelizmente, acaba sendo feito por esse tipo de iniciativa recorrente.

O Congresso Nacional já aprovou duas leis, e não me parece um bom sinal que emitamos aprovando uma terceira lei.

Por essa razão, a Oposição vota "sim", Presidente.

Documento 64/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD 17:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 53	-CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo é contra o adiamento da discussão. Sou lá do Amazonas, e o sonho do nosso agricultor familiar que não tem grandes oportunidades é ter o título, é ter a sua terra regularizada.

Então, aqui temos a grande oportunidade de realizar um sonho, principalmente, lá no Amazonas.

Documento 65/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD 17:20
Publ.: DCD - 04/08/2021	-GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto de regularização fundiária no País é uma necessidade tanto na área rural quanto na área urbana. Nós temos a oportunidade de regularizar um expressivo número de unidades no nosso País. Nós temos muitos casos, inclusive do próprio Movimento dos Sem Terra, e outros tantos, que dependem dessa regularização.

Essa regularização, nesse nível, não impede que as demais propriedades sejam regularizadas. Esse projeto simplesmente facilita e desburocratiza, mantendo o marco temporal.

Então, somos favoráveis ao projeto, tendo em vista que vai atender a uma necessidade do nosso País, Presidente.

O PSL tem orientado sempre favoravelmente ao projeto.

Documento 66/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:20Publ.: DCD - 04/08/2021 -
54 HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sem dúvida nenhuma, é necessária a modernização da nossa legislação no que diz respeito à regularização fundiária.

A proposta do Deputado Zé Silva vem nesse sentido de facilitar, de desburocratizar, de agilizar a regularização de terras hoje ocupadas por

pequenos produtores rurais, em áreas do INCRA e também em áreas da União.

Conheço muito bem essa realidade, a enorme dificuldade do pequeno produtor rural, do agricultor familiar de ter o seu título de terra. Por isso, quem tem menos de seis módulos fiscais terá a facilidade de adquirir o seu título e, com isso, ele vai poder adquirir, junto ao sistema financeiro, financiamento para melhorar a sua área agricultável, para melhorar também a área onde ele cria gado, suínos, aves, etc.

Portanto, vejo como muito boa essa iniciativa, e não vejo nenhuma possibilidade de grilagem, como foi dito aqui. Essas áreas - são pequenas áreas que terão suas regularizações facilitadas - vão ajudar várias famílias de camponeses no Brasil inteiro, várias famílias que trabalham na agricultura familiar há muitos anos.

Eu conheço a realidade do Maranhão, sei que lá no Maranhão há várias áreas de assentamento em que os agricultores buscam o seu título de terra, buscam legalizar a área onde trabalham, para justamente terem acesso ao financiamento e terem a segurança de que ninguém mais vai tomar o local onde eles moram, o local onde eles produzem, onde geram riqueza e também oportunidade e remuneração para várias outras pessoas.

Portanto, sou a favor dessa proposta e peço aos colegas Deputados e Deputadas apoio para ela.

Documento 67/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:24

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP
55

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, quando é para beneficiar alguns, o Governo acha argumentos e dá um jeito, principalmente aqueles que simbolizam quem tem determinado poder. Mas quando é para beneficiar a pequena família, o pequeno produtor, o Governo age

contra.

E aqui é um projeto que trata de regularização. O que nós precisamos neste País é garantir mais terra a quem de fato precisa, ao pequeno produtor, ao agricultor familiar, mas esse o Governo discrimina, agiria na porrada, se pudesse, e com certeza com muita violência. Não é à toa aquela imagem da semana passada, contra a qual muitos aqui se manifestaram. No Dia do Agricultor, qual foi a imagem de homenagem do Governo? A foto de um jagunço, como se nós vivêssemos num país de séculos passados. Mas para este Governo, com certeza, nós vivemos como em séculos passados, quando alguns dominavam, quando alguns controlavam o poder político, o poder produtivo, e tratavam os pequenos sempre na base da bala, na base da porrada. E este Governo simboliza isso.

Esse projeto de regularização interessa a quem? Quem serão os beneficiados? Será o pequeno agricultor? Não. Serão aqueles que ocuparam a terra do Estado, mas que muitas vezes já a possuem. E não são pequenos lotes, são grandes lotes. Seria bom se nós dividíssemos, se distribuíssemos. Seria bom se, de fato, houvesse uma reforma agrária no País. E essa regularização tão-somente favorece alguns grileiros e ocupantes de áreas de grandes lotes no País.

Então, senhoras e senhores, temos que votar "não". Será mais uma vergonha deste Parlamento, que vai virar as costas para quem precisa, beneficiando pequenos grupos. É a imagem deste Governo, um Governo que acelera a desigualdade; um Governo que intensifica privilégios para quem já tem e dá muito menos para quem de fato precisa; além de ser um crime, do jeito que será feito no nosso território, no território nacional.

Por isso, votaremos "não".

Documento 68/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 55	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este projeto, na verdade, não trata de regularização fundiária. Esta é uma luta antiga, que o povo brasileiro espera até hoje: a regularização fundiária, para favorecer as comunidades rurais, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas, os povos tradicionais. O que está sendo debatido aqui, na verdade, é a legalização da grilagem, para favorecer os maiores, os grandes, que tomaram conta das terras públicas e encontraram um jeitinho de colocar a mão grande em cima do patrimônio que é do povo para usufruir e aumentar ainda mais as suas riquezas.

Portanto, não vamos aqui vender uma ilusão ou desviar a verdade dos fatos. E a verdade é esta. Por esta razão, não concordamos com este projeto. Este é um projeto absurdo, que vai atender até 6 módulos fiscais. Quando falamos assim, alguém pode não entender. Lá no Maranhão, por exemplo, um módulo fiscal chega a 80 hectares - um módulo fiscal, 80 hectares!

É um absurdo, é um exagero o que está sendo feito aqui nesta tarde, que vai favorecer o desmatamento e prejudicar ainda mais o meio ambiente, hoje em desequilíbrio mundial. A população do mundo já o percebe, pelo aumento do frio ou do calor. Todas as pessoas já têm a sensação do impacto que é o desequilíbrio ambiental.

Esta proposta aumenta a dificuldade em relação ao controle ambiental. Por isso, não podemos concordar com ela. Ela é simplesmente um acinte; ela é contra o povo brasileiro, é contra aqueles que realmente precisam da terra. É por isso que não a aceitamos.

Isso explica por que o Presidente da República lança esta proposta de voto impresso, porque esta é a forma de ele esconder o que está acontecendo no Congresso Nacional. A boiada continua passando. Aí, ele lança esta cortina de fumaça, criando uma falsa polêmica, trazendo uma proposta absurda, para que desviemos a atenção do povo brasileiro.

Estamos aqui ao lado da população que realmente precisa, para fazer o enfrentamento e lutar com todas as nossas forças para derrotar este projeto, que é contra o Brasil, é contra as comunidades ribeirinhas, é contra os povos tradicionais, é contra os quilombolas, é contra a população indígena, é contra o trabalhador e a trabalhadora rural.

Somos contra. Não vamos aceitar a aprovação.

Obrigado, Presidente.

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:32

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
56

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. .

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Às vezes, nós temos a impressão de que alguns acham que este País cabe dentro de uma cerca e que podem fincar as suas estacas nessa lógica patrimonialista herdada de um processo colonialista, com as novas colonialidades que se impõem neste País, no que pertence ao povo brasileiro.

Alguns acham que é preciso ter um Estado a serviço apenas do latifúndio, um Estado que sirva a reconhecer a posse ilegal de terras públicas, que reconheça a grilagem e que legalize a própria grilagem.

Aqui nós estamos tendo o exemplo desse processo quando não se tem a condição de analisar uma proposição que tem o uso comunitário da própria terra, em que a terra possa ser considerada como instrumento fundamental para um projeto de desenvolvimento nacional. Mas não há projeto de desenvolvimento nacional neste País, não há! Não há política de reforma agrária neste País. Há, sim, a intenção de um Governo de servir ao latifúndio, de servir àqueles que acham que as suas estacas e as suas cercas podem invadir os territórios que pertencem ao povo brasileiro, inclusive aos povos originários.

Esta é uma proposição que vira as costas para o desenvolvimento do Brasil, que vira as costas para a utilização da terra como instrumento para que nós tenhamos renda, para que nós tenhamos produção daquilo que é consumido pelo povo brasileiro.

Esta é a proposta da grilagem. Esta é a proposta de quem não tem qualquer tipo de preocupação com o meio ambiente. Esta é a proposta para a valorização dos jagunços, para a valorização daqueles que se sentem acima da própria lei e que podem fincar as suas estacas em qualquer espaço e nos espaços públicos, que depois essas estacas serão legalizadas por projetos como esse.

Esta Casa é em nome do povo brasileiro, esta Casa é em nome de um projeto para que o Brasil possa vivenciar a sua grandeza, para dizer que não está a serviço do latifúndio, para dizer que não está contra o

pequeno, para dizer que não está contra a produção familiar.

Temos que dizer "não" a esta proposição.

Documento 70/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 17:32

Publ.: DCD - 04/08/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
57

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. .

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, demais Parlamentares, membros desta Casa, estima-se que esse tipo de mudança nas regras fundiárias ameaçaria pelo menos 19 milhões de hectares de áreas federais não destinadas na Amazônia, as quais podem ser ocupadas e desmatadas na expectativa da regularização.

Mesmo que o PL 2.633 tenha excluído alguns dos dispositivos problemáticos da MP 910, que foi tão rechaçada, ele ainda contém medidas que podem enfraquecer as salvaguardas necessárias à política de regularização fundiária.

Então, é importante que se saiba que alguns pontos ainda continuam. Primeiro, existe uma previsão de relativização e consequentemente de enfraquecimento das regras de necessidade de regularização ambiental, que já permite que a simples inscrição do imóvel rural no CAR ateste a regularidade ambiental dele, restando desobrigada a comprovação de recuperação do passivo ambiental. Segundo, desconsideram-se os históricos de conflito no campo e, nos casos de grilagem, a convalidação de títulos provisórios sem a validação de cláusulas obrigatórias para a emissão de título final. Terceiro, há previsão de titularização por licitação em casos de áreas rurais não passíveis de regularização, significando, em termos gerais, a legalização de áreas invadidas, bem como áreas não passíveis de regularização. E quatro, permite-se que florestas públicas sejam alocadas para privatização se houver interesse do Governo em criar áreas protegidas.

Aí, Srs. Parlamentares, faço atenção em relação às terras indígenas.

Apesar de o texto prever que terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais sejam regularizadas conforme norma específica, não trata de terras indígenas. Dessa forma, há um grave risco de direito constitucional à terra e à vida dos povos indígenas.

A proposta tem um potencial lesivo por não reproduzir expressamente a proteção que a lei já determina, a Lei nº 11.952, de 2009, bem como a Constituição Federal em resguardar as terras indígenas em face da pretensão titulada.

Portanto, é importante que se faça essa leitura com calma. É importante que se vejam os perigos que o texto traz em relação à vida dos que dependem da terra, que têm uma relação especial, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, pessoas que vivem da terra. Isso é importante, porque o que nós podemos estar aprovando aqui é a flexibilização de regras, e não a proteção à vida.

Por essa razão, vamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 71/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 58	- CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. .

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, eu quero colocar a nossa posição a respeito do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020.

Quero parabenizar o Relator pelo esforço para tentar chegar a um texto que seja o menos, digamos, nocivo à Amazônia e à questão fundiária brasileira. No entanto, o problema que nós estamos enfrentando aqui é

um problema de modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Este PL busca regularizar ocupações, invasões de terras públicas - a maior parte das terras da Amazônia são públicas -, e ele decorre de uma visão equivocada de como a Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento brasileiro. É muito comum - isso vem da ditadura, infelizmente isso não mudou no decorrer de tantos anos - achar que o desenvolvimento e a contribuição que a Amazônia pode dar para o Brasil decorre da sua ocupação. Muitas vezes isso não é dito, mas o que é feito é a conversão em pasto e a ocupação com a monocultura da soja, ou seja, estabelecer na Amazônia um modelo de agricultura exportador, como acontece hoje no Mato Grosso, na Região Centro-Oeste.

O que não se enxerga e essa lei não dá conta - em primeiro lugar, nem precisaria, nós já temos legislação que garante a regularização fundiária para os pequenos - é que o desenvolvimento da Amazônia não deve se dar nessas bases. Essas bases seriam replicar lá naquela porção tão específica da natureza terrestre um modelo que é utilizado em qualquer parte do mundo. Aí você vai lá fazer mineração. Aí você vai lá converter floresta em pasto.

Lá no Amapá, por exemplo, o meu Estado, e eu tenho certeza de que no Pará também, o açaí hoje gera milhares de empregos, e a exploração do açaí não se dá necessariamente nas terras dos ribeirinhos que exploram coletivamente.

Então, a verdade dos fatos é que nós deveríamos, se a preocupação fosse com o desenvolvimento econômico e não com a destruição da Amazônia, debater projetos que promovessem o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Lamentavelmente, não é o que nós estamos fazendo aqui com o PL 2.633, reconhecendo o esforço que foi feito para reduzir muitos danos que ele ainda assim vai causar.

Então, não há como aprovarmos e apoiarmos o PL 2.633, nem da maneira como ele se encontra hoje, Sr. Presidente.

Documento 72/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 18:12

Publ.: DCD - 04/08/2021 -
66 SERGIO SOUZA-MDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, senhoras e senhores, nós estamos votando hoje um dos projetos mais importantes para o Brasil.

Estamos acostumados a ver no noticiário internacional e no noticiário brasileiro a informação de que o Brasil promove a destruição da floresta e as queimadas. E digo a V.Exa., Presidente, que isso ocorre quase na totalidade de forma ilegal.

É de forma ilegal porque o agricultor, o produtor rural brasileiro não tem o título da terra - e nós estamos falando de 1 milhão de pequenos e médios produtores no Brasil que não têm título de propriedade da terra, por isso a importância da regularização fundiária - ou é ilegal porque realmente se comete o crime ambiental.

A regularização fundiária trará para a legalidade 1 milhão de famílias de agricultores do Brasil, por isso a importância de nós votarmos hoje este projeto.

Documento 73/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	18:20
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 68	- BOSCO SARAIVA-SOLIDARIEDADE -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. BOSCO SARAIVA (SOLIDARIEDADE - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 27 emendas de Plenário.

Realizamos profunda análise desse projeto, sempre no sentido da

convergência, como ocorreu desde a discussão da natureza dele, quando da análise da Medida Provisória nº 910, de 2019.

"Após profunda análise, somos pela aprovação das Emendas nºs 13 e 19 e concluímos pela rejeição de todas as demais emendas.

A rejeição da maior parte das emendas faz-se necessária por ter sido o projeto amplamente debatido, estando maduro para a votação.

As retificações que se mostraram necessárias já foram efetuadas, não havendo necessidade do emendamento em plenário de matéria já suficientemente debatida e construída" - sempre de forma coletiva.

"Assim, após amplo diálogo com diversos Líderes partidários, entendemos por bem não acatar algumas emendas apresentadas.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial, somos pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 13 e 19, na forma da subemenda substitutiva global, e pela rejeição de todas as demais emendas."

Sr. Presidente, é o relatório.

Muito obrigado.

Documento 74/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-18:24
Publ.: DCD	- VIVI REIS-PSOL -PA		
04/08/2021 - 69			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Primeiramente, quero dizer que estou com uma grande dificuldade de

acessar a Internet, porque estou no Município de Almeirim, no Pará, que é bem distante dos grandes centros. É muito importante que nós possamos pensar cada vez mais em construir políticas que fujam dos eixos dos grandes centros.

Precisamos destacar que este projeto é uma verdadeira afronta aos direitos dos povos do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Ele vai acabar favorecendo titulações de grandes posses de terras irregulares. Isso também vai fazer com que sejam facilitados o pagamento e o perdão de infrações ambientais. Isso é muito grave.

Já existe legislação própria e suficiente para garantir a legalização das pequenas ocupações. Então, nós não temos como hoje votar esse projeto. Não podemos garantir aqui que seja feita a votação de um projeto que vai criar incentivos para grileiros de terras públicas. Isso é um absurdo! Por isso, nós precisamos adiar essa votação. Trata-se de mais uma lei que vai aumentar as desigualdades, favorecer os grileiros e atingir diretamente a vida e o direito dos povos do campo.

Eu digo isso como alguém que tem família no campo, aqui no Pará, na Amazônia, e não é família de latifundiário ou de grileiro, não; é família de produtor, de pequeno produtor familiar, daqueles e daquelas que não andam com uma pistola em cima do seu ombro, como quis reproduzir o Governo Bolsonaro, genocida e ecocida, que colocou uma imagem do pequeno agricultor com uma pistola, com uma arma.

Não é isso que nós queremos. Queremos pensar política para aqueles e aquelas que de fato contribuem para botar o pão na mesa. Existem dados que mostram que houve recorde na safra do agronegócio. Enquanto isso, aumenta a fome do povo brasileiro. Então, nós temos que seguir combatendo a fome. Nós precisamos votar aqui projetos em defesa do povo, em defesa dos pequenos, em defesa dos povos amazônicos.

Não há como seguir na pauta esse projeto. Por isso, nós estamos aqui a favor do adiamento de sua votação. Esse PL é um grande equívoco, é um ataque ao meio ambiente e à vida.

Documento 75/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	18:24
---------	---	-------

Publ.: DCD - 04/08/2021 - 70	ALINE SLEUTJES-PSL -PR
---------------------------------	------------------------

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL vota contra a retirada, porque entende que esta matéria já foi extremamente debatida. Estamos maduros para a discussão. As pessoas que estão nessas áreas há anos, há décadas precisam de uma resolutividade por parte do Congresso.

Documento 76/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 70	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT vota favoravelmente ao adiamento.

É importante que se diga para quem está nos acompanhando pela *TV Câmara* que esse projeto só foi discutido dentro da Frente Parlamentar da Agropecuária, da base do Governo Bolsonaro. Nenhuma entidade, nenhuma instituição que representa a agricultura familiar, nem a academia nem quem acompanha de perto o processo de desmatamento e de grilagem de terras neste País é favorável a esse projeto.

Esta Casa está avalizando o crime de invasão de terra cometido por pessoas físicas e por pessoas jurídicas. São terras públicas da União, pertencentes ao povo brasileiro. Agora, com este projeto de lei, pretende-se regularizá-las, dar a quem as invadiu o título delas. Isso é fazer com que o crime compense. Logo à frente, vai haver outro projeto de lei para regularizar aquilo que está sendo invadido hoje de forma criminoso.

Documento 77/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 70	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PL, com toda a certeza, para combater a grilagem, para combater o desmatamento e para dar o título para aqueles que já são donos, votamos "não" ao adiamento da votação. Nós queremos votar esse projeto. Ele é de muita importância para o País e de muita importância para a preservação e para o fim da grilagem no Brasil.

Quem não tem o título não é dono. Essas terras não são da União, são dos brasileiros que as compraram de boa-fé e que nelas estão hoje plantando, cultivando. Não podem financiar, não podem... Inclusive, a sua dignidade sempre está ameaçada, até pelo crime organizado. O crime organizado tem facilidade nas terras que não são tituladas, tem facilidade inclusive em áreas urbanas não regularizadas. Regularização já!

O PL vota "não".

Documento 78/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 71	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da

regularização fundiária.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "não".

Nós entendemos que temos que dar vazão à pauta e estamos convictos de que o projeto de regularização fundiária se revela da maior importância para o Brasil, tanto para a região da Amazônia quanto para as Regiões Sul e Sudeste do nosso País, porque, com ele, nós vamos facilitar a regularização não só de áreas agricultáveis mas também de áreas onde milhares de famílias moram. Elas pagam o IPTU, mas não conseguem a sua escritura. Este projeto abre essa possibilidade.

Sr. Presidente, nós estamos aqui para trabalhar, para votar não só este projeto, mas todos os projetos que estão na pauta e que são importantes para o Brasil.

Documento 79/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD 18:32
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 71	ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o MDB orienta "não", entendendo que a matéria foi discutida à exaustão. Durante boa parte desta legislatura houve essa discussão. O Deputado Zé Silva e o Deputado Bosco fizeram um trabalho de muito tempo, conversando com as bancadas, ouvindo a todos.

Essa lei dará ao Brasil, sem dúvida nenhuma, condições de avançar no que diz respeito ao desmatamento ilegal e fazer justiça social, titulando terras que já são ocupadas e já são de propriedade daqueles que serão os beneficiários.

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 18:32

Publ.: DCD - 04/08/2021 - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP
71

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Homenagem póstuma ao odontólogo Guilherme Janson, do Município de Bauru, Estado de São Paulo.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O Republicanos encaminha o voto "não".

Presidente, eu gostaria de usar o tempo de Liderança do Republicanos, como 1º Vice-Líder, de forma bem sucinta, apenas para dar a nota de falecimento de um professor bauruense - eu também moro em Bauru, tenho escritório em Bauru -, o Dr. Guilherme Janson. Ele foi médico e professor da Faculdade de Odontologia de Bauru e morreu no último dia 30.

O Prof. Guilherme Janson foi um grande expoente da ortodontia mundial, pós-doutor pelo Departamento de Ortodontia da Universidade de Toronto. Em 2019, no *ranking* de pesquisas científicas, ele ficou em segundo lugar entre os pesquisadores mais influentes na ortodontia mundial. E é um cidadão brasileiro, bauruense.

Nós sentimos muito e registramos para a família o nosso pesar, os nossos pêsames pela passagem do grande professor e amigo de Bauru Dr. Guilherme Janson.

Muito obrigado, Presidente.

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 18:36

Publ.: DCD - 04/08/2021 - RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP
72

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Júlio, o PSB é contra esta matéria, por isso vota favoravelmente ao adiamento da discussão.

Nós entendemos que hoje a Amazônia virou aquele caminhão de carne que capota na beira da estrada e é saqueado de uma maneira muito dura. É isso que está acontecendo com a Amazônia. Quarenta milhões de hectares de terras públicas estão sendo ocupadas por grandes empresas, que fazem desmatamento, vendem as terras por valor abaixo do preço de mercado. E as pessoas, depois, vão todas bater à porta do INCRA. Trata-se de um processo intenso de desmatamento, avalizado pelo INCRA, infelizmente, e nós estamos aqui dando guarida a tudo isso.

Nós temos uma legislação de regularização fundiária que precisa ser implementada, assim como o Código Florestal. O que nós estamos vendo é um grande rombo na nossa querida Floresta Amazônica.

Documento 82/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 73	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, primeiro, eu quero dizer que, quando se diz que este projeto não foi discutido, não é verdade. Ele foi discutido com todas as organizações de agricultores, do mercado, organizações nacionais e internacionais. É um dos projetos mais debatidos nesta Casa, tanto que o meu projeto não é da minha autoria, é uma síntese de todo um sentimento e das análises técnicas que foram feitas. Ao

contrário do que muitos dizem, porque nem leram o projeto, ele busca exatamente dar segurança jurídica, porque os decretos, regulamentos e portarias se transformam em leis, e leis restritivas. Nós estamos colocando como marco temporal de ocupação, por exemplo, 2008, o mesmo do Código Florestal.

Por isso, é fundamental nós votarmos "não" ao requerimento de adiamento de votação.

Documento 83/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 73	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "sim".

Nós entendemos que o principal objetivo deste PL é a titulação de grandes posses irregulares de terras não destinadas da União, bem como facilidades no pagamento e perdão de infrações ambientais. Quando o Brasil está no olho do furacão, com queimadas, incêndios, desmatamentos, garimpo ilegal, vai-se legalizar, dar o exemplo da continuidade da destruição da Amazônia.

Já existe uma lei para titulação, regularização fundiária. Alguém disse que essas terras são da União, não são de ninguém. São terras do povo brasileiro, mas não de grileiro, não de criminoso ambiental, não de gente que está acostumada a invadir, revender e alimentar esse comércio, desmatando a Amazônia.

É criminoso votar este projeto no meio de uma pandemia!

Documento 84/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:40
---------	--	-------

Publ.: DCD - 04/08/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA
74

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha "sim" ao requerimento de adiamento da votação, porque considera que este projeto faz uma abordagem absolutamente inconveniente. Em nome da regularização fundiária, ele promove o estímulo ao desmatamento, o estímulo ao perdão daqueles que cometem crime ambiental, o estímulo à expansão do latifúndio.

Nós não precisamos de expansão para retirar a nossa vegetação, agredir o nosso meio ambiente. Nós precisamos de mais tecnologia, precisamos aumentar a produtividade e valorizar a agricultura familiar, e não estimular o desmatamento, como este projeto acaba fazendo.

Por essa razão, nosso voto é "sim".

Documento 85/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 18:40

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP
74

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos vivendo um período de muitos discursos, mas poucos argumentos.

O Deputado Zé Silva acabou de fazer uma contradita. Foi dito que o

projeto não foi discutido, mas ele apresentou fatos que demonstram o contrário, citando reuniões e um procedimento. Eu sou testemunha disso, porque pude acompanhar.

Aqui ninguém teve coragem de dizer que é contra a regularização. A regularização é boa: é boa para o produtor, particularmente o produtor pequeno, porque ele passa a ter acesso ao crédito, passa a ter possibilidade de renda, e é boa para a preservação. O desmatamento ilegal acontece quando há irregularidade. É por isso que nós somos a favor da regularização. Mas é tempo em que ser radical é fácil e ser construtivo é difícil.

Nós votamos "não" ao adiamento da votação e "sim" ao projeto, Sr. Presidente.

Documento 86/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 74	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Júlio, o projeto apresenta muitas fragilidades. Uma é em relação à aferição de regularização ambiental. O projeto também apresenta insegurança jurídica. Por exemplo, um imóvel pode ser dado em garantia antes da finalização do processo. O projeto precisa se adequar ao precedente firmado na ADI nº 4.269/2009, em relação à doação, concessão de direito real de uso. Nele há também a existência de conflitos de interesses. Esses são alguns exemplos de pontos que precisam de uma maior discussão.

É necessário o adiamento desta votação para que haja essa sensibilização. O tema é importante, mas não com um texto que dá insegurança jurídica e fragiliza a situação ambiental e a demarcação de terras indígenas no Brasil.

Documento 87/195

sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

A Oposição é contra este projeto e, por isso, é a favor do adiamento da votação. Nós entendemos que o Brasil não precisa de uma nova lei de regularização fundiária, precisa apenas cumprir as leis que já existem. Elas são suficientes para atender os pequenos agricultores que aguardam a regularização de suas terras.

Nós tememos que a aprovação de um projeto como este incentive novas ocupações, novas invasões, novos desmatamentos, enquanto o que o Brasil precisa fazer é o contrário. O mundo inteiro caminha na direção da preservação do meio ambiente, da preservação das florestas, e nós, no Congresso, corremos o risco de aprovar mais uma lei que sinaliza um incentivo ao desmatamento e às invasões de terras públicas.

Por isso, a Oposição vota "sim" ao adiamento da votação.

Documento 89/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD 18:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 76	SANDERSON-PSL -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo orienta "não" ao requerimento de adiamento de votação.

Este projeto é de interesse nacional. Nós temos certeza de que, com a aprovação deste projeto de regularização fundiária, levaremos às áreas rurais a justiça de que muitos brasileiros precisam.

Portanto, o Governo Federal precisa do apoio de todos os Deputados

governistas para votarmos e aprovarmos este projeto importante para a Nação brasileira.

Documento 90/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/08/2021-18:44
Publ.: DCD 04/08/2021 - 79	~ GENERAL PETERNELLI-PSL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, a regularização fundiária é um anseio. Eu recebo inúmeras ligações de pessoas que já estão no plano de regularização fundiária e buscam essa regularização há 20 anos ou 30 anos. Nós estamos tendo a oportunidade de regularizar essas terras.

Este projeto de lei vai concluir aquilo que nós temos que executar, que é a regularização fundiária para essas partes.

Parabenizo o Relator da proposta. Tenho a plena certeza de que nós vamos contemplar um número expressivo de brasileiros que buscam essa regularização, em especial o pequeno e o médio agricultor. É muito importante que isso abranja exatamente o pequeno e o médio possuidor de terra.

Dessa maneira, nós também orientamos favoravelmente ao projeto, Presidente.

Documento 91/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/08/2021-18:48
Publ.: DCD 04/08/2021 - 79	~ BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos contra esta matéria e já colocamos aqui os argumentos no debate, na discussão anterior. Achemos que este é um passo atrás que nós estamos dando, e num momento totalmente inoportuno.

A população continua enfrentando a pandemia, por conta da qual nós já estamos caminhando para 600 mil pessoas mortas. E o Governo brasileiro e o Congresso Nacional, em vez de se concentrarem nos problemas efetivos da população, que neste momento sofre bastante em razão do desemprego, da fome, de todas as dificuldades em relação à economia, com a carestia, com a inflação, que voltou com toda a intensidade...

Cadê o Governo para cuidar da economia nacional? Nós estamos vendo aí o preço do arroz, do feijão, do gás de cozinha, da gasolina. Tudo está nas alturas. E, em vez de se enfrentar esse problema, os problemas efetivos da população brasileira, traz-se para a pauta desta Casa um projeto que garante a regularização fundiária não para quem precisa da terra, mas para aqueles que já são os mais agraciados da economia nacional, sobretudo no campo, porque esta proposta vai favorecer a regularização de terras até seis módulos.

Seis módulos, por exemplo, no Maranhão, que é a minha terra, chegam a 480 hectares. Quem é que possui 480 hectares? Não é o povo trabalhador, não é o trabalhador e a trabalhadora rural, não é o quilombola, não são os povos tradicionais, não são os povos indígenas. Não se trata disso aqui. Está se tratando aqui é de uma forma, de um jeitinho que se deu de colocar a mão grande naquilo que é o patrimônio da Nação, nas terras públicas, nas terras do INCRA.

Aliás, o INCRA está desmantelado, totalmente sucateado, não consegue atender a necessidade da população que realmente precisa da terra e precisa do título das suas terras para poder fazer o desenvolvimento rural avançar em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, nós não podemos concordar com esse ponto de vista, com este projeto que está aqui. O que nós temos que fazer hoje aqui é enterrar de vez este projeto e garantir que a população brasileira seja respeitada na sua dignidade, naquilo que realmente é necessário para o desenvolvimento do País: uma reforma agrária decente, que atenda o nosso povo em todos os cantos do Brasil,

principalmente na Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 92/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-18:52
Publ.: DCD	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
04/08/2021 - 80			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, este tema tem uma importância muito estratégica para o Brasil. Como eu disse, quem não conhece o projeto diz até que ele incentiva a grilagem, mas ele faz o contrário, ele vem combater a grilagem. Serão contemplados mais de 300 mil agricultores, muitos deles chamados pelo próprio Governo, que hoje, já na terceira geração, vivem o sonho da terra própria, mas não podem nem vender a sua modesta produção com nota fiscal quando conseguem produzir. Então, esse projeto faz justiça, separa o joio do trigo.

Não se trata de assentamento de reforma agrária porque, para esse tema, que envolve 1 milhão de famílias, já existe a Lei nº 13.465, de 2017.

Portanto, Presidente, nós precisamos cumprir nosso papel aprovando a lei, que garante que aqueles que fizeram ocupação mansa e pacífica tenham seus documentos, possam ter a dignidade de não ficarem na mesma situação de um cidadão que não tem identidade e CPF. Esta que é a verdade: qualquer dono de imóvel que não tenha o documento não existe, é invisível para o Estado brasileiro. Então, nós precisamos extirpar essa enrolação que o Estado brasileiro vem fazendo há muitas décadas com essas famílias.

Documento 93/195

80.2021	Sessão	Deliberativa	03/08/2021-18:56
---------	--------	--------------	------------------

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
04/08/2021 - 81

- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
 - Sr. Presidente, como falei antes, este PL é prejudicial, ele trata de inúmeras inseguranças jurídicas, traz em seu texto uma fragilidade, ao fazer flexibilizações. Estamos vivendo um momento no Brasil em que precisamos avançar, e não retroceder, nas garantias de proteção constitucional, principalmente em relação a quem depende da terra.

A situação das terras indígenas nem sequer foi concluída como determina a nossa Constituição de 1988. Essas terras nem sequer estão protegidas. Constantemente vivemos e denunciemos invasões de terras indígenas, como as que ocorrem na Terra Indígena Yanomami e em outras partes do Brasil. E existe uma tentativa de cada vez mais facilitar as invasões às terras indígenas.

Por isso, nós somos contra este PL 2.633.

Documento 94/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 18:56

Publ.: DCD - 04/08/2021 -
81

- ALINE SLEUTJES-PSL -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Gilberto, o PSL vota pela aprovação. Nós entendemos que estamos combatendo o desmatamento, as

queimadas, as irregularidades, dando um CPF para as nossas terras, oferecendo segurança jurídica, ao contrário do que alguns estão dizendo.

Falam que a matéria causa insegurança. Pelo contrário, estamos dando segurança; fazendo com que o homem e a mulher do campo tenham condições de fazer seu financiamento, comprar maquinários, gerar emprego, renda, estabilidade econômica; dando oportunidade para os nossos pequenos e médios produtores rurais, para famílias que, há décadas, esperam essa regularização e o título de suas terras. O título de propriedade traz tranquilidade, acesso ao crédito, aos programas governamentais, às inovações tecnológicas.

Ressalto principalmente que o uso de tecnologia para o georreferenciamento vai oportunizar um barateamento no custeio da regularização, disponibilizar a titulação para essas áreas e colocar o homem e a mulher do campo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 95/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	18:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 82	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT vota contra, Presidente.

É muito fácil neste ano, que não é ano eleitoral, nesta conjuntura de votação remota, atender a interesses somente do agronegócio expansionista que provoca desmatamento. Isso tem consequências graves para o futuro do País, por aquilo que simboliza, que sinaliza para o conjunto da sociedade, ou seja: vale a pena invadir área pública, roubar área pública, grilar, para atender interesses somente de

uma minoria.

Volto a dizer que, para até quatro módulos fiscais, nós temos leis. Mas temos um Governo que não implementa a lei, que destruiu o INCRA, que não envia recursos para o INCRA fazer o seu papel de titulação. E o que está sendo votado aqui é a ampliação da titulação para outra quantidade de módulos fiscais, para, assim, consolidar o roubo de terra.

Documento 96/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 82	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Gilberto Nascimento, aqui é o Deputado Giovanni Cherini, encaminhando pelo Partido Liberal.

Eu estou ouvindo os meus colegas Parlamentares e respeito todos eles. Porém vejo que muitos aí são Parlamentares de cidade e não estão entendendo o que está sendo votado, eles simplesmente entendem a ideologia de defender a questão indígena e a questão dos quilombolas.

Nós temos que regularizar, sim, as ocupações. Todos têm esse direito porque estão em cima da terra, estão em cima das suas propriedades, que não são mais terra pública.

Os agricultores estão plantando, e o agronegócio é a grande solução do País, a agricultura é a grande solução do País. Como pode haver alguém contra a regularização? Alguns são a favor de regularização por um lado e são contra regularização por outro. Não dá para entender.

Por isso, o PL vota a favor deste projeto e é contra o adiamento da votação.

Documento 97/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 82	FRANCO CARTAFINA-PP -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressalvados os destaques.

O SR. FRANCO CARTAFINA (PP - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Progressistas orienta também "sim" ao texto, ressalvados os destaques.

Entendemos que este é um texto que foi bastante discutido e que precisa avançar, para que possamos dar essa tranquilidade sobretudo aos pequenos e médios produtores que hoje se encontraram à margem da nossa legislação e não podem ampliar os seus negócios na terra onde suas famílias estão há várias gerações, como já disseram os que me antecederam aqui. É esse o tipo de produtor que nós queremos atingir.

Jamais vamos incentivar a grilagem. Isso vai completamente na contramão do que está colocado no texto.

Documento 98/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 83	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressalvados os destaques.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Presidente, o PSB vota "não".

É importante deixarmos claro que ninguém é contra a reforma fundiária. O Brasil precisa ser passado a limpo. O Brasil tem problemas fundiários desde a sua origem. Mas o que estamos votando não é uma lei de regularização fundiária, pois nós já temos a Lei de Regularização Fundiária. Nós estamos votando uma solução mágica, que é a regularização fundiária a distância, sem vistoria.

O INCRA está falido, está quebrado, e ninguém quer consertá-lo, ninguém quer fazer assistência técnica. Então, vamos colocar na lei que se pode fazer regularização sem precisar ver quem está de posse da terra. Uma pessoa da minha região, uma pessoa do Sul ou do Sudeste do País vai poder comprar uma gleba pela Internet e fazer a sua regularização sem nunca nela ter pisado. Isso incentiva a ocupação da Amazônia, isso incentiva a ocupação de áreas ilegais.

Portanto, o PSB está aqui se manifestando de forma contrária ao presente projeto. Nós defendemos a regularização, mas não a ocupação indiscriminada da Amazônia.

Documento 99/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD 19:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 83	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT obviamente acompanha os partidos de oposição, vota contra esta matéria.

O partido reconhece que o Deputado Zé Silva melhorou o texto, esforçou-se para ajudar na construção de um texto que fosse melhor. Mas nós entendemos que é um equívoco votar esta matéria num cenário de pandemia.

Ela não é prioridade para nenhum cidadão brasileiro, não é prioridade do Brasil, não é prioridade desta Casa. É um erro, é um equívoco

trazermos um tema desta importância, desta magnitude, para ser votado num momento como este.

Deixo aqui a manifestação firme do nosso partido, da nossa bancada, do PDT, votando contra o PL 2.633/20, esperando que ele seja derrotado por esta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 100/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 84	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, evidentemente o Solidariade vota "sim" em peso, porque nós temos a consciência da importância deste tema, independentemente deste momento tão sombrio de pandemia. Sempre temos a consciência de priorizar a vida, de priorizar a ciência, mas também é necessário, ao priorizar a vida, cuidar dos milhares de famílias que têm o sonho da terra própria há muitas décadas.

Como já disse inúmeras vezes nesta Casa, este projeto é uma engenharia de consenso, um consenso de debate de todos os segmentos da população brasileira, ouvindo-se inclusive as organizações do mercado, as organizações da agricultura familiar, a academia e, exaustivamente, as bancadas da nossa Casa.

Portanto, é fundamental aprovarmos o projeto, cumprindo o nosso papel, e trabalharmos para que não haja vetos do Presidente da República.

Documento 101/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:04
---------	--	-------

Publ.: DCD - 04/08/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP
84

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB gostaria de orientar "sim", Sr. Presidente.

O substitutivo do Relator ficou muito melhor do que o texto anterior. Ele dá grandes garantias. Não permite a regularização de 100%, mas, na verdade, acreditamos que nos próximos anos vamos focalizar aqueles que ficaram excluídos.

Nossa orientação é "sim" ao substitutivo.

Documento 102/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 19:04

Publ.: DCD - 04/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
85

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL orienta "não", Presidente, a este projeto.

Nós entendemos que poderiam ser feitas cerca de 100 mil regularizações dos pequenos na Amazônia Legal, segundo a Lei nº 11.952, de 2009, porque 90% dos casos não necessitam de vistoria. Para os demais 10% de imóveis, que ocupam 60% da área, é que não é razoável dispensar a vistoria, porque é aí que se esconde quem invade, quem desmata e quem revende terra pública. Nós teríamos que

fazer vistoria em apenas 20 mil propriedades.

Por isso, este é um acordo que cobre invasores de terra, estimula a grilagem, queima a imagem do Brasil internacionalmente e não tem um projeto para a Amazônia brasileira. Por isso, este projeto não conta com o apoio da CONTAG. E ele não passou por Comissões.

"Não" a este projeto.

Documento 103/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 85	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma regularização fundiária? Sim, com muita urgência. E até já há uma lei que garante isso. A Lei nº 11.952, de 2009, garante a regularização fundiária. Mas o Governo Federal não cumpre a sua parte, não executa a lei nem garante recursos para executá-la, para garantir regularização fundiária de imóveis de até quatro módulos. Isso o Governo não faz.

Este projeto de lei que está aí prejudica a agricultura familiar e traz, inclusive, aumento do conflito no campo, porque tende a sobrepor tanto áreas de grileiros, de invasores, de desmatadores, como áreas de produtores, da pequena agricultura familiar.

O PCdoB vota contra.

Documento 104/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 85	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressalvados os destaques.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania orienta "sim" e faz isso festejando o fato de que agora, no plenário, todos falam a favor da regularização. Estamos certos todos, porque ela favorece particularmente o pequeno, que precisa de renda, e favorece a preservação ambiental. É preciso haver regras claras. A irregularidade é contraditória com a preservação.

Mas alguns acrescentam agora o argumento de que já há uma lei, a mencionada por todos. Eu quero fazer um balanço: essa lei tem propiciado regularização, Sr. Presidente? Se continuarmos no ritmo dos últimos 4 anos, nós vamos levar 50 anos para fazer a regularização dos imóveis. Será que nós podemos demorar 50 anos?

Vou fazer um exercício de futurologia e irei encerrar, Sr. Presidente. Muitas vezes se disse que seria o caos o novo Código Florestal, e hoje todos pleiteiam que ele seja cumprido; o mesmo vai acontecer com esta legislação.

Votamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 105/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 86	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressalvados os destaques.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero usar o tempo, Sr. Presidente, porque

houve uma falha minha. Eu gostaria de lembrar aqui que o nosso Deputado Vinicius Poit conseguiu a inclusão de uma emenda de sua autoria - e agradecemos por isso também ao Relator - com o objetivo de combater a grilagem. A emenda prevê a criminalização de quem apresentar declaração falsa ao órgão de administração pública com o fim de obter indevidamente regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de domínio da União ou do INCRA.

Quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar para, mais uma vez, fazer a orientação do NOVO favoravelmente à matéria e dizer que é importantíssima a regularização fundiária. Até nos surpreende que a Esquerda, Deputado Neri Geller, esteja tão contra a regularização fundiária no dia de hoje. Ela vem defendendo tanto isso, mas aqui está votando contrariamente.

Somos todos favoráveis à regularização fundiária, para dar dignidade às pessoas e para garantir também, neste caso, o direito de propriedade.

Documento 106/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	19:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 86	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE orienta "não". O projeto tem inúmeras falhas, como já falei anteriormente, apresenta fragilidades em seu texto, traz inseguranças jurídicas, inclusive quanto à transparência.

O que nós estamos vendo aqui é a desconsideração do fato de que a política de regularização fundiária deve ser entendida como uma política de ordenamento fundiário, considerados os múltiplos usos a serem dados a glebas públicas de propriedade da União Federal. Enfim, a regularização deve estar relacionada com a política de reforma agrária, deve estar relacionada, inclusive, com demarcação de terras tradicionais, com conservação ambiental, com questões que

deveriam ser consideradas em relação à proteção.

Então, é preciso que vejamos sobre qual texto de regularização fundiária estamos falando. Não é este texto que vai trazer segurança jurídica para avançarmos no processo de reconhecimento de regularização fundiária no Brasil.

Documento 107/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 87	MARCELO FREIXO-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que nós consideramos importante a regularização fundiária. Aliás, ela é importante desde o tempo das capitâneas hereditárias. Mas o que está em jogo hoje é se nós vamos cumprir uma legislação que já existe ou se nós vamos, na verdade, favorecer a possibilidade de maiores conflitos no campo, a possibilidade de maior grilagem, a possibilidade de ocupação irregular da Amazônia. É isso o que está em jogo, e não a regularização fundiária, sobre a qual hoje já temos inúmeras legislações que não são cumpridas.

A ocupação irregular da Amazônia, a partir da fragilidade que pode ser gerada por este projeto, é uma irresponsabilidade com o planeta. Então, o que está em jogo hoje - e é por isso que a Minoria encaminha o voto "não" - é a responsabilidade com o planeta, é a responsabilidade com a questão ambiental e climática, que hoje atinge o mundo inteiro.

Por isso o voto é "não".

Documento 108/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 87	ENRICO MISASI-PV -SP	

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur, o Partido Verde vai orientar contrariamente, não por discordar do diagnóstico do problema - é evidente que há um problema fundiário a ser resolvido por meio da regularização -, mas por discordar do remédio que está sendo aplicado ao problema.

Nós precisamos - e muitos colegas afirmaram isso aqui - fortalecer os instrumentos para efetivar a legislação já vigente. Nós temos um INCRA hoje completamente sucateado e fraco do ponto de vista orçamentário, que precisa ser empoderado. Nós temos uma base cartográfica totalmente ultrapassada, desconexa entre si e com falta de integração em âmbito estadual e federal. Mais de 90% do Cadastro Ambiental Rural não foram validados, e existe nele uma enorme sobreposição de áreas.

Então, não é possível falar de regularização fundiária e de sua modernização enquanto os instrumentos para efetivá-la para não estiverem prontos e corretamente desenhados.

Portanto, o voto é "não", Presidente.

Documento 109/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 88	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária, ressaltados os destaques.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição vota "não", Presidente.

Aproveito para fazer um esclarecimento. O Líder de um partido mencionou a posição da Oposição contrária ao projeto. Nós defendemos o cumprimento da lei que já existe. Já há uma lei que permite a regularização fundiária para pequenos proprietários.

O projeto de lei em discussão permite atender uma parte dos médios proprietários, passando o limite de quatro para seis módulos. Nós divergimos desse aumento, mas o consideramos muito mais razoável e menos grave do que um destaque que se quer aprovar aqui. Espero que o destaque não seja aprovado, que a Casa tenha a responsabilidade de rejeitá-lo.

Ainda assim, nós votaremos contra. Estamos votando contra a subemenda substitutiva, porque discordamos da ampliação de quatro para seis módulos. No nosso entendimento, a lei em vigor já é suficiente.

Por isso, a Oposição vota "não", Presidente.

Documento 110/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/08/2021-19:16
Publ.: DCD 04/08/2021 - 89	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, este destaque visa extrair do texto uma facilidade para a regularização de terras públicas griladas.

Está colocado lá que o Cadastro Ambiental Rural é suficiente como documento para iniciar o processo de regularização. Eu lembro aos colegas Parlamentares que, quando se criou o CAR no debate do Código Florestal, a intenção era que o Brasil tivesse, de uma vez por

todas, uma fotografia de como é o rural brasileiro.

Todos aqui sabem que historicamente as terras no Brasil atenderam ao grupo privilegiado que acessou as terras. Tanto é que o Brasil é o único país que nunca fez uma reforma agrária de fato. Em 2021, 50% das terras indígenas ainda não foram reconhecidas e tituladas. No Brasil, cerca de 5.500 comunidades quilombolas têm o direito constitucional aos seus territórios, mas suas terras não foram regularizadas. Há milhares de agricultores familiares, há legislação para regularizar suas terras, mas o INCRA não o faz.

Agora, o objeto deste projeto de lei é facilitar a atuação daqueles que grilaram terra, que invadiram terra pública para atender interesses do agronegócio expansionista, que provoca desmatamento, que provoca queimadas e que coloca o Brasil num filme muito ruim nesse debate sobre a crise climática que enfrentamos no âmbito internacional.

Portanto, não é possível adotar um mecanismo que foi colocado na legislação como instrumento de planejamento, para pensar o meio rural, como um instrumento para facilitar o processo de regularização de terras públicas griladas.

Nós colocamos este destaque para tirar essa facilidade que está no texto, e assim não permitir que seja tão fácil regularizar terra pública grilada.

Documento 111/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-19:20
Publ.: DCD 04/08/2021 - 89	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, Deputado Arthur Lira, primeiro cumprimento V.Exa. pela maneira como tem conduzido os compromissos desta Casa.

Quero, Presidente, deixar claro, como eu já destaquei em todos os momentos nesta Casa, que o nosso projeto é uma síntese do debate que aconteceu por muito tempo e por muitas horas com todos os segmentos e todas as teses divergentes em relação à regularização fundiária. Então, não é verdadeiro quando se diz que o projeto não vem para fazer justiça àqueles que precisam da terra. Principalmente, nós sabemos que, nesse nosso projeto de regularização fundiária, quando nós definimos o marco temporal de ocupação em 2008, nós estamos assegurando a mensagem de que não vale mais a pena ocupar terra de forma ilegal no Brasil, porque o marco temporal de ocupação é o mesmo marco temporal do Código Florestal.

Sr. Presidente, há outro ponto da medida provisória, chamada de MP da Grilagem, que também foi extirpado do projeto e do relatório. Trata-se daquele ponto que dizia que as terras públicas seriam licitadas e dariam direito de preferência. Nós asseguramos isso no nosso projeto e também no relatório do Deputado Bosco, que com muita maestria conduziu esse debate, reconhecendo aqueles pontos que precisaram ser melhorados no nosso projeto.

Presidente, este é um momento muito estratégico para mais de 300 mil agricultores só na Região Amazônica. Esses agricultores são os verdadeiros guardiões do meio ambiente - eles cuidam das matas, das plantas, dos animais -, e hoje eles não têm nenhum documento e, inclusive, a duras penas conseguem, quando conseguem, vender a sua produção com nota fiscal. Por isso, a regularização fundiária é uma maneira efetiva de combater o desmatamento, as queimadas ilegais e também habilitar esses agricultores, esses proprietários de terra a terem acesso a políticas públicas como assistência técnica, crédito e comercialização e - pelo menos a grande maioria, porque 70% têm até um módulo fiscal - terem o direito de se aposentar depois de cumprir toda a sua vida laboral produzindo alimentos.

Portanto, Presidente, nós orientamos "sim", pela manutenção do texto do Relator.

Documento 112/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	19:20
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 90	GENERAL PETERNELLI-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão

do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, além desses aspectos da regularização da terra na Amazônia, até o próprio indígena que já vive em determinado local pode pedir a regularização daquele ponto.

Eu gostaria de, neste momento, chamar atenção para o pessoal do MST que está em Araraquara, o Sr. João Vicente, que espera há mais de 20 anos o título daquela terra que ele labuta e de onde tira o seu sustento. Esse projeto de lei, da forma como o Relator preparou, vai tornar isso uma realidade.

Portanto, o PSL orienta a manutenção do texto, orienta "sim".

Documento 113/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	19:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 90	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "não" ao texto.

Aqui é importante esclarecer, Deputado General Peternelli, que não se trata de titulação de assentamentos de reforma agrária. Este projeto é para titular terra pública invadida acima de quatro módulos. Para os agricultores, a grande maioria, já tem legislação para até quatro módulos fiscais. E aí eu pergunto ao Deputado: por que hoje não se deu o título, que se pode fazer de forma remota inclusive, para quem tem até quatro módulos fiscais? Por que não se debate aqui a situação do INCRA? Por que não se debate aqui a situação da assistência técnica, do apoio? Chamo a atenção aqui da Frente Parlamentar da Agropecuária: vamos reestruturar o INCRA, vamos fortalecer o INCRA,

vamos titular conforme a lei que já existe.

Documento 114/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 91	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta o voto "sim", porque, desde muito tempo, nós queremos regularizar o nosso País. Hoje nós temos, entre rural e urbano, mais de 100 milhões de propriedades irregulares.

Então, Sr. Presidente, a Câmara está votando um dos projetos mais importantes para o Brasil e para os agricultores, que querem financiar, que querem plantar, que querem trabalhar, que querem produzir alimentos neste País. Não dá para entender como algumas pessoas podem ser contra a regularização, a não ser as que não vivem da roça, não vivem no campo, não vivem do agro. É impossível alguém acreditar nisso. Não querem regularizar a área indígena? Já foram regularizadas, agora é só trabalhar nessas terras, produzir, dar retorno. São 2 bilhões de hectares nas áreas indígenas e nas áreas rurais.

Regularização já!

O PL vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 115/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 91	SIDNEY LEITE-PSD -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD entende que este projeto vem ao encontro da necessidade dos trabalhadores da terra neste País. É incoerente dizer que na Amazônia o desmatamento ocorre por parte de quem trabalha de forma legal. Muito pelo contrário, este projeto diminui o desmatamento e a queima na Amazônia, porque só há queima e desmatamento na Amazônia onde não há CPF e onde não há CNPJ. Este projeto irá beneficiar milhares de centenas de trabalhadores rurais em todo o Brasil.

O PSD orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

Documento 116/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 92	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto "não".

Esse Destaque nº 3 é um destaque que trata da questão do imóvel em regularização. O texto que está no projeto de lei inclui como imóvel em regularização apenas aquele que tem Cadastro Ambiental Rural.

Cadastro Ambiental Rural não é prova de que o imóvel está em processo de regularização. Nós precisamos implementar o Código Florestal Brasileiro e exigir que os imóveis entrem no Programa de

Regularização Ambiental.

O Destaque nº 3, do PT, é um destaque muito importante. Ele esclarece um ponto muito relevante do texto. Nós precisamos suprimir esse conceito de imóvel em regularização apenas com Cadastro Ambiental Rural não validado.

Então, o voto do PSB é "não".

Documento 117/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 93	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, Sr. Presidente, orienta o voto "não", acompanhando o destaque do PT. Nós entendemos que toda contribuição para evitar a grilagem de terras e dar segurança jurídica é importante, e eu queria reforçar esse lado.

Quando nós estamos tratando de um projeto como esse - nós vamos ver no nosso destaque também -, é preciso considerar que os órgãos públicos de Estado estão sendo detonados ou que propositalmente não funcionam. É o caso do INCRA, que já podia ter regularizado, pela Lei nº 11.952, de 2009, mais de 100 mil propriedades. Assim como o INCRA, a FUNAI, a Fundação Palmares, o ICMBio, o IBAMA e assim por diante também estão detonados. E é por isso que não anda.

Nós precisamos de regularização, uma regularização para quem não pratica grilagem de terra e crime ambiental.

Documento 118/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:28
---------	--	-------

Publ.: DCD - 04/08/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
93

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Novo recorde no desmatamento na Amazônia. Destruturção da legislação ambiental pelo Governo Jair Bolsonaro. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é bom lembrarmos que, em junho, o desmatamento na Amazônia bateu novo recorde pelo quarto mês consecutivo. E o Governo Bolsonaro foi o único governo desde a redemocratização que, de fato, desmontou toda a legislação ambiental no Brasil.

Como é que alguém vai acreditar que esse Governo é capaz de fazer regularização fundiária? Ele está inclusive enganando quem quer se enganar, porque a regularização dos pequenos, os de até quatro módulos fiscais, é possível ser feita hoje, sim, com base na Lei nº 11.952, de 2009. Basta que o Governo Federal coloque o orçamento necessário para o INCRA fazer isso, mas querem regularizar os grandes dizendo que são pequenos. E o grande que desmatou...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 119/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 19:32

Publ.: DCD - 04/08/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ
94

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XII, art. 2º, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo Bolsonaro é o governo do desmatamento, o Governo Bolsonaro é o governo das queimadas, o Governo do Bolsonaro é o governo dos crimes ambientais, é o governo da ocupação irregular da Amazônia. É uma vergonha planetária o Governo do Bolsonaro! Nesse sentido, Presidente, o que se vê é o desmonte dos órgãos de fiscalização, o desmonte dos órgãos públicos de fiscalização.

Então, evidentemente, a nossa posição é contrária. O voto dos partidos que compõem a Minoria é "não".

Documento 120/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-19:32
Publ.: DCD 04/08/2021 - 95	IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dialogando com o Relator e com o Deputado Zé Silva também... Queria a atenção dos nobres pares para esse destaque supressivo. Esse destaque suprime o § 5º do art. 4º-A da Lei nº 11.952, de 2009, na redação do art. 2º do substitutivo do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020.

A justificativa é a seguinte: o dispositivo objeto da presente emenda supressiva contraria o que está previsto já no art. 4º, § 2º, da lei atual, a Lei nº 11.952, na redação dada pelo substitutivo que determina que terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área sejam regularizadas com normas específicas já contidas nessa lei.

Além do mais, é de se destacar que a exigência de estudos técnicos conclusivos sobre a destinação da gleba permitirá a destinação de terras indígenas e quilombolas que ainda estão nas fases embrionárias do processo de demarcação e titulação, sendo muito improvável que o

poder público consiga produzir estudos técnicos - vejam só - em 180 dias, 6 meses.

Nesse sentido, importa mencionar que o STF já decidiu na ADI nº 4.269 que não é possível a regularização fundiária das terras públicas ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de modo a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos.

Eu queria ainda aproveitar esse tempo, Presidente, para dizer o seguinte: nós estamos falando de inviabilizar que sejam tituladas terras tradicionalmente ocupadas por comunidades, como as terras quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais. O que se está pedindo aqui é uma situação em que já existe na lei e está tendo uma contradição dentro do texto, ou seja, já existe uma normativa própria para a regularização desse tipo de caso.

No entanto, agora o que se está exigindo é que a gleba tenha um estudo técnico conclusivo, apresentado em até 180 dias, para efeito de titulação, o que vai deixar as áreas tradicionais extremamente vulneráveis e sendo entregues a setores exploradores que não têm nada a ver com quem já ocupa tradicionalmente a terra.

Então, eliminar a contradição nesse texto é votar esse destaque.

Obrigado, Presidente.

Documento 121/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-19:36
Publ.: DCD	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG		
04/08/2021 - 96			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, esse tema levantado pelo Deputado que me antecedeu está resolvido no projeto. O projeto deixa claro que as terras

de comunidades ribeirinhas, de comunidades tradicionais e de quilombolas não são tratadas e são protegidas pelo projeto. Então, não se trata aqui de regularização de terras de quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais.

E há outro ponto, Presidente, que é fundamental: quando permitimos o sensoriamento remoto como vistoria, com a consciência de que o sensoriamento não comprova a ocupação da terra, mas comprova a sua utilização, nós colocamos travas. Quais são essas travas? Apresentar inscrição no Cadastro Ambiental Rural, não ter outra escritura, não ter sido regularizada, não ter infração ambiental ou trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo, não ter sobreposição e também, Presidente, ter um mapa com Anotação de Responsabilidade de Técnica de um engenheiro como eu, que também conheço a área, sou engenheiro agrônomo e conheço profundamente esse tema da regularização.

Por isso, quando se pedem estudos técnicos, quer-se exatamente dar segurança jurídica e transparência à regularização, porque, quando não há estudo técnico, não pode haver ali o poder discricionário de quem toma a decisão. Por isso, os estudos técnicos são importantes, independentemente do tamanho da propriedade.

Agora, é claro, a Lei nº 11.952 permite, sim, a regularização. Nós estamos inclusive facilitando isso para aqueles que têm até um módulo fiscal, que têm que ser tratados diferentemente dos que têm quatro módulos, seis módulos e outros tamanhos de propriedade.

Por isso, é fundamental termos essa consciência de que são terras públicas e de que é preciso, sim, haver quesitos técnicos para a tomada de decisão. Quando dizem que há normativas, informo que nós não queremos também que fique no poder discricionário de instrução normativa, de decretos, de regulamentos, porque a lei tem muito mais poder de dar segurança.

Outro ponto: não estamos tratando aqui da questão da capacidade e das decisões de priorização de governos; nós estamos tratando de regulamento com segurança jurídica e com justiça também.

Portanto, Presidente, nós estamos orientando o voto "sim", pela manutenção do texto.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta o voto "não" ao texto.

É muito importante este destaque que o PSOL apresenta, porque ele assegura que o Brasil ainda repare uma injustiça histórica com relação aos quilombolas, aos indígenas, àquilo que é fundamental à humanidade e também ao povo brasileiro, que é a criação de Unidades de Conservação.

Eu pergunto inclusive ao Deputado Zé Silva, que fez um grande esforço para construir um texto: V.Exa. acredita, Deputado Zé Silva, que, em 180 dias, o Governo Bolsonaro vai fazer os estudos técnicos para criar Unidades de Conservação em áreas onde é importante criar e vai fazer os estudos técnicos para os territórios quilombolas e terras indígenas? Acredita mesmo?

Documento 123/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021 - CD	19:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 97	GIOVANI CHERINI-PL -RS	

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL encaminha o voto "sim".

Nós queremos o projeto original e aprovar a regularização fundiária,

que é o grande caminho e que, na verdade, é a liberdade e a dignidade dos nossos agricultores, que precisam dessa regulamentação.

Votamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 124/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 97	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "sim", pela manutenção do texto do projeto de regularização fundiária, que é um projeto fundamental para o Brasil, tanto para o Norte, para a Amazônia, quanto para o Sudeste e o Sul, porque vai dar condição a que os proprietários que pagam seus impostos consigam obter a escritura das suas áreas e das suas casas.

Por exemplo, na minha cidade de Joinville, há mais de 30 mil famílias, muitas em áreas da União, que pagam o IPTU, que se sustentam com dignidade, mas que não conseguem o título da terra, a escritura, para poderem fazer um financiamento. E este projeto de regularização fundiária facilita o acesso a isso, ajuda as pessoas que mais precisam.

Portanto, Sr. Presidente, votamos com o texto.

Documento 125/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 98	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta o voto "não".

Este é um destaque muito importante, pois ele protege os direitos de indígenas, de quilombolas, de ribeirinhos. A proposta que nós temos hoje no projeto, apesar de todo o esforço que precisa ser reconhecido da parte do Deputado Zé Silva e do Relator, o Deputado Bosco, transfere a responsabilidade para estudos que não existem. Então, nós precisamos da aprovação deste destaque.

Por isso, o PSB orienta o voto "não", para que possamos retirar essa transferência de responsabilidade de órgãos importantes, como a Secretaria do Patrimônio da União, a FUNAI, o ICMBio, o Serviço Florestal Brasileiro e o próprio INCRA, na proteção dessas populações, que têm outro tipo de uso da propriedade, um uso coletivo, e não da forma como as pessoas estão acostumadas.

Então, o PSB orienta o voto "não".

Documento 126/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 98	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, eu quero destacar, ao fazer a nossa orientação, que o inciso II e o § 2º, ambos do art. 4º do projeto, são bastante claros ao impedir a titulação de áreas indígenas e quilombolas

e das comunidades ribeirinhas.

Portanto, com base na clareza com que o projeto, nesse inciso e no § 2º, protege essas áreas de serem tituladas, nós orientamos "sim" ao texto do Relator.

Documento 127/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 99	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "não".

Eu queria dialogar novamente com o Deputado Zé Silva e com o Relator Bosco Saraiva e perguntar se eles acham que, realmente, para se destinarem glebas para comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas é necessário um estudo técnico conclusivo a ser feito em 180 dias, considerando que nós temos uma FUNAI que quer destruir, na verdade, as comunidades indígenas e uma Fundação Palmares que é comandada por um racista negro. Vocês acreditam mesmo que o Governo Bolsonaro vai fazer isso? Isso aqui significa inviabilizar a titulação de fato, de verdade.

Por isso é importante que esse destaque seja aprovado, porque é de outro tipo, é de outra natureza, e nós estamos tratando aqui de glebas diferentes, Sr. Presidente.

Documento 128/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 99	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Protesto contra a retirada de trechos da Lei nº 11.952, de 2009, em detrimento dos povos indígenas e dos quilombolas.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, desde o início nós temos destacado a Lei nº 11.952, de 2009, que de fato ajuda a regularizar a terra do pequeno produtor, mas, propositadamente, o Governo Bolsonaro tirou o orçamento do INCRA para não fazer essa regularização.

O que estamos discutindo nesta lei, que ajuda mais a grilagem do que o pequeno produtor, é exatamente o desmonte de trechos da Lei 11.952/09, que ajuda os povos indígenas e quilombolas. E já há uma decisão do Supremo que diz que essas terras indígenas e quilombolas não podem ser modificadas para poder titular terceiros. Vejam como esse pedacinho da lei descaradamente prejudica os trabalhadores.

Documento 129/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 100	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "não" ao texto, Sr. Presidente, para que haja maior tempo para a análise do projeto, a fim de podermos melhor avaliá-lo. Há órgãos que estão sofrendo desmonte, desestruturação com a falta de servidores públicos. Então, precisamos restabelecer esse prazo.

Por isso, a REDE orienta "sim" ao destaque do PSOL.

Documento 130/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 100	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º-A, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária. Transcurso do 21º aniversário de fundação do jornal ES Hoje, do Estado do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha "sim", Sr. Presidente.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o jornal *ES Hoje*, do Espírito Santo, comandado pelo empresário Carlos Coutinho e suas filhas Bianca e Daniele.

Trata-se de um veículo de comunicação que leva informação em tempo certo e que completou 21 anos de história noticiando os melhores momentos do Espírito Santo, sem se negar a noticiar os momentos de dificuldade e de tribulação.

Parabenizo o *ES Hoje*, que tem trabalhado veiculando notícias importantes, divulgando o agronegócio, a indústria, a cultura, o turismo, a economia e a política do Estado do Espírito Santo. Esse jornal é um veículo sustentado com recursos próprios e que tem levado ao Estado a notícia em tempo certo, oportuno, com muita responsabilidade.

E quero dizer principalmente que, em tempos de *fake news*, termos no Espírito Santo um jornal como o *ES Hoje*, comandado por pessoas sérias como o Carlinhos, é muito importante.

Documento 131/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 101	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de ratificação do acordo firmado com os Líderes partidários para manutenção do texto oferecido pelo Relator Bosco Saraiva ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, indago a V.Exa. sobre esse destaque e um outro do PSL que altera a quantidade de módulos fiscais e também o marco temporal.

V.Exa., que sempre defendeu, diga-se de passagem, a votação desse projeto, entendendo-o necessário, fez uma reunião e relatou - para mim, Líder da Oposição, e para os demais Líderes de partidos da Oposição - que, nessa reunião, havia sido construído um entendimento com os Líderes da base do Governo de se votar o texto do Relator, Deputado Bosco Saraiva, em cima do projeto de autoria do Deputado Zé Silva.

Eu faço um apelo a V.Exa. para que esse acordo seja confirmado, ratificado. O texto do Relator não nos atende - a nós da Oposição -, mas nós entendemos que esse foi o texto possível, construído pelo Presidente da Casa com os Líderes da base. Que seja mantido o texto do Relator.

Faço um apelo também ao Relator e ao autor do projeto original para que se posicionem contra esses destaques, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Por dever de ofício, Deputado Alessandro Molon, eu quero colocar aqui exatamente o que nós conversamos na reunião de Líderes da base, na residência oficial, onde eu venho costurando junto com o autor e o Relator do projeto um caminho do meio com relação nem ao que pensa a Oposição, nem ao que pensa o pessoal. Na reunião - é importante que se diga -, nós fechamos acordo para votar o texto do Relator. Eu já pedi aos Líderes que, na medida do possível, cumpram o acordo que foi feito na residência oficial.

Como orienta o PSL?

Publ.: DCD - 04/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP
102

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT orienta "não" à emenda.

Presidente, caros colegas Parlamentares, público que está acompanhando esta sessão pela *TV Câmara*, aqui há uma demonstração clara de que daqui a 5 anos nós vamos ter outro projeto para regularizar aquilo a que estamos assistindo neste momento: por falta de fiscalização e por causa da desestruturação dos órgãos públicos como o IBAMA, o ICMBio e a FUNAI, está ocorrendo um processo de invasão de terras públicas, de ocupação para a grilagem. Isso mostra claramente que, mudando o marco temporal agora, daqui a 5 anos nós vamos ter outro projeto de lei. E não há nenhum Parlamentar aqui que assegure que não haverá outro projeto.

Documento 133/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -03/08/2021-
CD 19:56

Publ.: DCD - 04/08/2021 - RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP
103

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota com o Relator.

Essa emenda aumenta de maneira substancial, para 15 módulos, a regularização de áreas griladas e permite a mudança do marco temporal, 2014, com a possibilidade de regularização de terras, com

pagamento à vista, até 2016. A última vez que esta Câmara dos Deputados aprovou uma lei sobre essa matéria foi em 2017.

Não faz sentido mexer no marco temporal, não faz sentido aumentar ainda mais os efeitos dessa lei, e por isso o PSB vota com o Relator. Nós defendemos o voto "sim" ao texto do Relator.

Documento 134/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 103	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, apesar de eu achar que 6 módulos rurais é muito pouco e que todas as áreas deveriam ser regulamentadas, regularizadas no Brasil, vou seguir a orientação do meu partido e seguir a orientação do Governo.

Então o PL vota "não", Sr. Presidente.

Documento 135/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 103	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota com o Relator - vota, portanto, "não" à emenda - e acha um absurdo, uma excrescência tentarem aumentar o número de módulos fiscais de 6 para 15. Portanto, rejeitamos a emenda e votamos com o Relator.

Obrigado.

Documento 136/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 104	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL quer manter o texto; vota "não".

E eu acho que esse destaque mostra o verdadeiro espírito dos desmatadores, do agronegócio, de quem não sabe da crise climática, da desmoralização do Brasil internacionalmente, da eliminação da biodiversidade brasileira. É uma lógica de depredação do patrimônio e contrária à floresta de pé. É a velha visão fundiária deste País, que nunca fez uma reforma agrária de verdade.

Nós queremos exatamente fazer a regularização das terras dos pequenos produtores. Já era demais 6 módulos, agora querem passar para 15 módulos e ainda mudar o marco temporal. Isso é um absurdo, um atentado à Nação brasileira, entenderam?

Documento 137/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 104	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse é o pior dos destaques.

Na verdade, existe, de maneira muito clara, uma anistia de invasores até 2014 e 2016. E aumenta-se para 1.500 hectares a área para a qual há dispensa de vistoria!

Por isso, estamos com o Relator e votamos "não" à emenda.

Documento 138/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 105	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "não", Sr. Presidente.

Se com 6 módulos já era enorme a área a ser considerada de módulo fiscal, imagine com 15! Isso não beneficiaria pequenos proprietários, pequenos produtores rurais, mas sim grandes produtores, que, aí sim, poderíamos considerar latifundiários.

Como tem essa preocupação em relação a esse texto, a REDE orienta "não".

Documento 139/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:00
---------	--	-------

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR
106

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL orienta favoravelmente ao destaque, Presidente, devido ao fato de nós termos, hoje, como dar condições de regulamentar não só as terras dessas pessoas que já estão qualificadas como também as das pessoas que têm até 6 módulos e até as propriedades pequenas e médias, conforme já prevê uma legislação anterior.

Então, conversando com os proprietários cujas terras hoje não estão regulamentadas, vimos a necessidade de trazer essa discussão ao plenário e dar condição de regulamentar o máximo possível de propriedades, para dar dignidade, desenvolvimento econômico, investimentos e zelo ao meio ambiente, porque teremos um CPF, um CNPJ vinculado a essa propriedade.

Peço encarecidamente a todas as pessoas que realmente querem que ocorra a regularização fundiária de uma forma ágil, prática, moderna e rápida, a essas famílias que por muitas décadas esperam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 140/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:04

Publ.: DCD - 04/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP
107

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei nº

2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente e caros colegas Parlamentares, o PT orienta "não" à emenda. Este destaque é um escracho, é uma demonstração clara de que querem, com este projeto de lei, regularizar os grandes grilos, os grandes roubos de terra, em especial na Amazônia - não só na Amazônia, mas em especial lá.

Por isso, esta Casa não pode, de forma nenhuma, aceitar esta emenda.

Então, o voto é "não" à emenda.

Documento 141/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:04

Publ.: DCD - 04/08/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS
107

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim", firme e forte, acreditando que nós estamos reiniciando as nossas atividades parlamentares, do Parlamento brasileiro, votando um dos projetos mais importantes da história.

O Brasil não regularizou até hoje, desde que foi descoberto, 50 mil propriedades rurais, porque é interessante para muitos deixar as propriedades irregulares. Sabe para quê? Para grilar, para invadir, para deixar as pessoas mais pobres, para não dar dignidade às pessoas.

Por isso, nós votamos "sim". Nós queremos votar o projeto e concluir a votação ainda nesta noite. Este é o projeto mais importante da história do Brasil: a regularização fundiária na área rural.

Documento 142/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:04

Publ.: DCD - 04/08/2021 - SERGIO SOUZA-MDB -PR
107

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós conversamos muito com o Relator, Deputado Bosco, e também com o autor, Deputado Zé Silva, e este ponto, este destaque nós deixamos fora do acordo. Cumprimos o acordo em todos os sentidos, inclusive com relação ao destaque anterior. Neste ponto, a orientação do MDB é "sim", pela aprovação do destaque, atendendo aos dispositivos da lei que trata do assunto, que coloca a possibilidade de regularização fundiária por imagens de satélites para pequenos e médios produtores rurais.

Documento 143/195

80.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:08

Publ.: DCD - 04/08/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS
109

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "sim" e quer congratular o autor da emenda, Sr. Presidente, porque, assim, vai-se permitir que ainda mais propriedades sejam regularizadas.

Portanto, orienta "sim".

80.2021

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

03/08/2021-20:08

Publ.: DCD

04/08/2021 - 110

- NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, aqui nós estamos extraindo do texto essa mudança que coloca a possibilidade de mudar a quantidade de módulos fiscais de 4 para 6 módulos. Na verdade, é o que nós já temos de lei hoje. Por isso, não havia necessidade, inclusive, desse projeto.

Portanto, nós estamos tentando atender não mais aos pequenos agricultores, à agricultura familiar, porque esses já têm legislação para fazer o processo de regularização. Como temos dito aqui, o INCRA não está preparado para atender à agricultura familiar. Na verdade, ele foi desmontado.

Mas há outro aspecto também muito complicado nesse texto. Logo, logo vai vir um projeto de lei - e eu acho que é essa a intenção que está por trás da proposta - para transformar propriedades de até 6 módulos fiscais em propriedades de agricultura familiar.

Todos sabemos que, nas últimas décadas, foi uma luta muito grande dos pequenos, da agricultura familiar para terem políticas públicas diferenciadas, tão necessárias inclusive para manter as pessoas no campo, para manter a agricultura familiar viva.

Não podemos pôr na régua a situação que está colocada hoje para a agricultura familiar, porque praticamente acabaram com todas as políticas de apoio.

Para que se possa entender, hoje, do PRONAF, a grande maioria dos recursos acaba indo para a cadeia da soja, para a média e para a grande agricultura. Então, se aprovarmos essa mudança de regra aqui, nós vamos criar meio caminho andado para depois acabar com as

políticas específicas para a agricultura familiar, que precisa de apoio diferenciado, de políticas públicas diferenciadas, que produz de 70% a 80% do alimento que chega à casa dos brasileiros.

Por isso, nós somos contrários ao texto aqui colocado, encaminhamos "não" ao texto, para podermos fazer com que se garantam as políticas específicas para a agricultura familiar com até quatro módulos fiscais.

Documento 145/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-20:12
Publ.: DCD 04/08/2021 - 111	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, quanto a esse destaque que está propondo os quatro módulos fiscais, eu quero falar da análise para se colocar no projeto seis módulos, uma análise muito aprofundada. Ao analisar todos os requerimentos que estão inscritos no INCRA, 92% dos requerimentos são contemplados para aqueles que se inscreveram para a regularização. Então, contemplar 92% é fundamental, mas há um segundo parâmetro: esses 92% detêm 47% da área regularizável.

Portanto, para ser muito coerente com a trajetória de luta de extensionista rural, eu tenho um projeto, Deputado General Peternelli, que apresentei em 2011, para que os quesitos e o enquadramento da agricultura familiar também se estendam para até seis módulos fiscais. Não é uma decisão discricionária. É uma decisão técnica, um estudo feito a partir dos requerimentos que estão protocolados no INCRA, e também uma tese, que nós defendemos nesta Casa, de inserir mais agricultores.

Esses agricultores, nesse caso, são mais necessários ainda porque eles ocupam essas terras. E nós sabemos que o Governo, o próprio Estado brasileiro convidou essas famílias especialmente para irem para a Região Amazônica, com a esperança de terem a terra própria, de

chegar política pública, de terem assistência técnica, de terem condição de saúde, estradas. Mas hoje eles vivem no abandono. Aliás, os que lá vivem não são nem os que foram naquele momento, porque já está na terceira ou na quarta geração.

Por isso, Presidente, vamos votar pela manutenção do texto, porque nós estamos ampliando a quantidade de agricultores que são ocupantes. E, é claro, com as travas que eu coloquei, não se vai beneficiar aqueles que ocupam as terras, os grileiros que invadem a terra. É preciso respeitar também, separando o joio do trigo.

Portanto, Presidente, a nossa defesa do nosso projeto, feito o relatório, depois dessa engenharia de consenso, é para manter o texto do Relator, que trata dos seis módulos fiscais.

Documento 146/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 112	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "não" ao texto. O próprio Deputado Zé Silva acabou de dizer aqui claramente que trabalha, então, na perspectiva de acabar com as conquistas da agricultura familiar. Tanto é que nenhuma entidade de representação da agricultura familiar é favorável a esta mudança.

Deputado Zé Silva, acho que vale a pena ouvir a representação da agricultura familiar, em especial a CONTAG. Está claro que este projeto atende aos interesses da média e da grande agricultura, que têm a sua base, o seu apoio e a sua articulação na Frente Parlamentar da Agropecuária desta Casa. Eles não representam a agricultura familiar.

Trabalhamos, então, agora na perspectiva de acabar com os benefícios, com a política diferenciada que a agricultura familiar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 147/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 112	SERGIO SOUZA-MDB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB orienta "sim", pela manutenção do texto, e ressalta a importância desse projeto, que vai colocar mais de 1 milhão de famílias brasileiras, agricultores pequenos e médios, na legalidade.

Parabéns a V.Exa., ao autor e ao Relator!

Documento 148/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 113	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - O PSB é contrário ao aumento do tamanho da área, de 4 módulos fiscais para 6 módulos fiscais, e defende o Destaque nº 5, apresentado pelo PT.

Por isso, nós orientamos "não".

Documento 149/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 113	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "não", nós somos contra a ampliação de terras regularizadas sem vistoria, Sr. Presidente. Então, votamos com o destaque do Partido dos Trabalhadores. Isso significa estar em defesa também dos agricultores familiares.

Documento 150/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 114	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, pelo exercício dos cargos de Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano e de Secretário de Estado de Articulação Política. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do caput do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero dizer que é uma enorme alegria estar de volta ao mandato.

Agradeço ao Governador Flávio Dino pela experiência de ter sido Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, inclusive tratando da pauta de regularização fundiária. Fui também Secretário de Articulação Política. Tive ainda a experiência de ter sido candidato a Prefeito da minha cidade e a experiência de ter vencido um câncer.

Isso me mudou como homem e me torna ainda mais preparado para exercer esse mandato. E reencontrar os pares, com tantas pautas boas no segundo semestre, enche-me de alegria e de energia para essa luta.

Nessa matéria, o PCdoB vota "não".

Documento 151/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-20:20
Publ.: DCD 04/08/2021 - 115	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa nossa emenda modifica a redação do § 6º do art. 13, para que as áreas com desmatamento ilegal verificadas por meio de sensoriamento remoto, independentemente da vistoria prevista, devam comprovar a legalidade da supressão florestal anteriormente à emissão do título. E, em caso de ilegalidade, o pedido deve ser indeferido, exceto se o interessado tiver aderido ao Programa de Regularização Ambiental ou tiver celebrado Termo de Ajustamento de Conduta ou instrumento similar com o órgão ambiental competente.

O nosso Destaque nº 8, para o qual eu peço atenção e apoio, faz essa modificação para garantir regramentos, para não deixar esse código ao *laissez-faire*, com uma facilitação demasiada para aqueles que

grilaram terras, que invadiram terras e que constituíram, a partir disso, todo um processo de desmonte na legislação ambiental e territorial no Brasil.

Essa é uma matéria da maior importância para a Nação brasileira, para a agricultura familiar. Ela protege também o agronegócio. Ledo engano de quem acha que, com um regramento frouxo, terá as suas garantias, pois efetivamente estarão também vulneráveis.

Portanto, esse destaque garante que as áreas com desmatamento ilegal passem para a legalidade a partir de um regramento claro e absolutamente rígido, mas que, ao mesmo tempo, garanta a transição da ilegalidade para a legalidade.

O voto é "sim".

Muito obrigada.

Documento 152/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 116	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "sim" à emenda, porque ela estabelece um critério que demonstra claramente, inclusive a toda a sociedade, que o crime não compensa. Esse é um instrumento importante para não regularizar para aqueles que cometeram crime, que não seguiram a legislação ambiental.

Por isso, o PT orienta o voto "sim" à emenda e parabeniza o PCdoB por este destaque, pelo tanto que ele é importante, pelo simbolismo para o conjunto da sociedade, não só para o meio rural.

Documento 153/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:24

Publ.: DCD - 04/08/2021 - RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP
116

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB defende o Destaque nº 8, que altera o § 6º do art. 13 da Lei de Regularização Fundiária.

O PCdoB está com a razão nesta proposta. Nós precisamos dar exemplo, nós temos que combater o desmatamento. Isso também é missão do Parlamento. O Parlamento tem responsabilidade no combate ao desmatamento. É um filtro importante, é um texto que deveria ser consenso, é um texto que não pune ninguém. Pelo contrário, ele faz com que os proprietários façam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O PSB vota "sim" a esta matéria.

Documento 154/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:24

Publ.: DCD - 04/08/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG
117

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, respeitosamente em relação à defesa feita pela nossa colega Deputada, esse quesito está contemplado quando, não só após 2008, não só independentemente de módulo,

mas também por qualquer irregularidade que houver, é preciso que ele contemple três quesitos, segundo o relatório. No quesito nº 12, está: inscrição no CAR, adesão ao PRA ou assinatura por órgão competente de órgão de proteção ambiental ou Ministério Público. Então, esse quesito já está atendido.

Por isso, o Solidariedade orienta "não".

Documento 155/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 117	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim" ao destaque do PCdoB, porque ele assegura, reforça, que a regularização fundiária precisa estar vinculada a instrumentos de controle ambiental, para que, por exemplo, não se forneçam títulos de regularização de áreas onde houve desmatamento.

Sabemos que, no Brasil, temos vivenciado momentos dramáticos para a natureza e para os povos que nela vivem e que isso inclui recorde de desmatamento, que queremos enfrentar.

Este PL, infelizmente, abre portas para a ampliação do desmatamento, e este destaque do PCdoB contribui para minimizar essa questão.

Documento 156/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 117	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 18, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis a todo o processo de regularização fundiária. A regularização fundiária vem reconhecer o direito de quem já está ali, para que possa ter a situação jurídica esclarecida, mas há um porém. E se tal pessoa tiver cometido desmatamento naquela área? Ainda assim ela tem que ser beneficiada com a regularização fundiária? A nosso ver, a resposta é negativa. Se ela praticou o desmatamento, ela não pode ser beneficiária do direito à regularização fundiária. A emenda ainda prevê que basta ela acessar o Programa de Regularização Ambiental ou fazer um TAC, que ela estará contemplada.

Nós não queremos prejudicar, mas prestigiar, premiar aquela pessoa que vem cometendo desmatamento com a regularização fundiária seria um contrassenso.

Portanto, a orientação do PCdoB é "sim".

Documento 157/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-20:28
Publ.: DCD 04/08/2021 - 118	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 7º, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Este destaque é a respeito do § 7º do art. 15, e eu peço a atenção dos colegas, dos Líderes. Eu raramente apresento destaques. Acho que são assuntos que não podemos apenas ficar escolhendo, só porque é do Governo ou é da Oposição, e as pessoas não prestam atenção ao

destaque.

Veja, Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares: ao permitir que a terra em processo de regularização seja dada como garantia para empréstimo, o PLV praticamente revoga a cláusula que proíbe que se aliene a terra. Isso é muito grave, porque a terra é a garantia do ocupante perante o Estado. Em caso de infração ilegal, o ocupante deveria devolver a terra ao Estado. Se a terra tiver sido dada em garantia para empréstimo, o Estado não poderá reavê-la ou o Estado se tornará devedor do empréstimo.

Então, que fique bem entendido: esse dispositivo cria um precedente muito grave. O ocupante do terreno, então, pode usar essa terra, que ainda não é dele, como garantia para um empréstimo qualquer. Enquanto o processo está em andamento, é normal que o terreno fique inalienável, pois o ocupante não poderia vendê-lo. Mas, se o PL autoriza o ocupante a usar esse terreno, que é da União, como garantia de um empréstimo e ele não pagar o empréstimo ao banco, o banco vai ficar com a terra. Quem perde é a União. Isso é uma coisa surreal.

Eu acho um absurdo esse § 7º. Apresentei esse destaque para a supressão dele e peço aqui ao Deputado Zé Silva, aos Líderes, que tenham sensibilidade e observem bem o que nós estamos votando na noite de hoje, pois o banco vai se tornar parceiro dos grileiros. Basta o grileiro não pagar o empréstimo para o banco, então, apropriar-se das terras que seriam da União.

Na nossa opinião, esse é um ponto gravíssimo desse PLV. Por isso, nós pedimos aqui a atenção dos Deputados para que possamos suprimir o § 7º do art. 15.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 158/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:32
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 120	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 7º, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto

de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "não". É um absurdo acabar com a cláusula de inalienabilidade. Nós vamos acompanhar o PDT.

O PSB, então, vota "não".

Documento 159/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:32
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 120	- WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 7º, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como autor do destaque, obviamente encaminhamos o voto pela supressão, o voto "não". É lamento que eu não tenha conseguido sensibilizar os partidos da base para esse assunto que considero tão importante. É uma pena que se revogue essa lei que proíbe que se aliene a terra. E a União é quem vai sofrer os prejuízos.

Portanto, nós pedimos encarecidamente o voto "não" para supressão do § 7º do art. 15.

Obrigado.

Documento 160/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/08/2021-20:36
Publ.: DCD 04/08/2021 - 121	- POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Líder Wolney Queiroz.

Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento os colegas Parlamentares.

Presidente, essa questão da regularização fundiária é para nós muito importante -- sim, temos consciência disso --, mas ela não pode ser feita da maneira como estão fazendo. É preciso haver regras. Ela não pode ser feita de maneira atabalhoada, exagerada, como está sendo proposto.

Neste caso, especificamente, o artigo prevê que aquele que aderir ao PRA - Programa de Regularização Ambiental fica livre de todas as implicações que ele possa ter tido no que diz respeito a infringir a legislação ambiental. Ao aderir ao PRA, ele simplesmente não precisa cumprir nenhuma pena, não tem nenhuma responsabilidade. Usando um jargão político, eu diria que é como se ele, ao aderir ao PRA, ficasse com a ficha limpa. Não precisa cumprir nenhuma pena, não tem nenhuma responsabilidade. Se ele tiver um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta em relação a uma atividade que ele possa ter feito decorrente da relação ambiental que implique cumprimento de determinadas condições, ao aderir ao PRA ele fica leve, livre e solto. Como consentir isso, Presidente? É um exagero.

É por isso que nós do PDT apresentamos esse destaque dizendo que, ao aderir ao PRA, ele tem que cumprir as regras, tem que cumprir as exigências. Não basta só se inscrever. Afinal de contas, ali há compromissos, há obrigações, e ele tem que cumprir cada uma delas. Se houver um termo de ajustamento de conduta relativo a qualquer ação ou omissão do usuário do terreno, da área, ele tem que cumprir aquilo que o TAC está prevendo. Se ele fez um termo de ajustamento de conduta, ele tem que cumprir aquilo, não está isento. É isso que queremos, mas não é o que está posto no texto. Daí a razão de ser do nosso destaque, Presidente.

Senão, vamos liberar geral no que diz respeito à questão ambiental, onde pode tudo, salve-se quem puder, o céu é o limite. Não queremos isso. Nós queremos regras claras, objetivas e que cada um tenha

responsabilidade sobre aquilo que fez.

O PRA é importante? É claro que é importante. Queremos o PRA, sim. E queremos que se cumpra aquilo que está dentro do PRA.

Documento 161/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:36

Publ.: DCD - 04/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP
122

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "não" ao texto.

Eu acho que é uma questão básica. Aquele que desmatou uma área, por exemplo, que não cumpriu a legislação ambiental, que ocupou uma área não pode depois ser premiado com a apresentação do CAR. Que seja exigido minimamente o compromisso com um termo de ajustamento de conduta, um TAC.

Acho que é muito bom esse destaque, porque não vai no sentido de sinalizar para a sociedade que o crime compensa.

Então, é preciso garantir que o texto mantenha a exigência de cumprimento da lei.

Documento 162/195

80.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021-
CD 20:40

Publ.: DCD - 04/08/2021 - RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP
123

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão

do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta "não". Nós entendemos que, como foi dito tanto pelo autor quanto pelo Relator, a questão das infrações ambientais precisa ser levada a sério. Isso não quer dizer que a regularização não possa ser feita, mas que aquele que vai ser beneficiado com a terra tem que assumir o compromisso de recuperar áreas degradadas, de recuperar áreas que ele desmatou além daquilo que a legislação estabelece. Se nós queremos que a Amazônia seja uma terra onde exista a presença do Estado, saibamos que o Estado também se faz com o cumprimento da legislação ambiental.

Então, o PSB orienta "não", a favor do destaque do PDT.

Documento 163/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 123	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós só queremos reafirmar a importância, sim, da regularização fundiária, a importância do PRA -- Programa de Regularização Ambiental, mas não podemos fazer uma tábua rasa assim: assinou o PRA, está livre de qualquer pena, qualquer eventual crime ambiental que possa ter ocorrido ficará por isso mesmo, está autorizado a fazer praticamente tudo. Não é isso que nós queremos.

Nós não queremos isentar o ocupante de penas de crimes ambientais. Se ele cometeu um crime ambiental, ele tem que responder pelo que fez. Se ele fez um acordo, um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta por conta de não ter cumprido uma regra ambiental, vai ter que cumprir o que o TAC diz. Ou seja, ele tem que cumprir os compromissos do Programa de Regularização Ambiental. Assim, a coisa tem razão de ser. É esta a nossa preocupação: que justiça seja

feita. É isso que nós queremos, Presidente.

Por isso, orientamos "não".

Documento 164/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:40
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 123	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós sabemos que as quase 500 mil propriedades de terras ocupadas estão especialmente na Região Amazônica - sem contar as do restante do Brasil. Todas, por não terem documento, não existem, são invisíveis. Aqueles que têm qualquer infração ambiental terão que apresentar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural e terão que aderir ao PRA ou a qualquer outro acordo com um órgão ambiental ou com o Ministério Público. Então, eles nunca regularizaram a sua propriedade porque jamais tiveram como fazer o requerimento do seu licenciamento ambiental.

E é um contrassenso dizer que eles não são iguais ao extensionista rural, que põe o pé na roça e se sabe que essa pessoa...

Eu coloquei três quesitos: inscrição no Cadastro Ambiental Rural, adesão ao PRA e um acordo com o Ministério Público ou um órgão ambiental. Se não for assim, ele nunca será regularizado, Presidente.

Por isso, nós votamos "sim".

Documento 165/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 124	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL acompanha o destaque do PDT.

É o mínimo, Sr. Presidente. Não se pode conceder terra àqueles que cometeram crime ambiental e sequer assumiram o compromisso de rever desmatamento de área ilegal. Então, o PSOL orienta favoravelmente ao destaque do PDT. Ele reduz danos deste PL, que é danoso, do nosso ponto de vista, para a natureza e para os povos que nela vivem.

Documento 166/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:44
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 124	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10, art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, introduzido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária. Saudação ao Deputado Rubens Pereira Júnior, ao ensejo da reassunção do mandato parlamentar. Homenagem à nadadora Ana Marcela Cunha, pela conquista da medalha de ouro na maratona aquática dos Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos acompanhar o destaque do PDT. Portanto, votamos "não" ao texto.

Mas eu gostaria de aproveitar este momento, Sr. Presidente, em primeiro lugar, para saudar o Deputado Rubens Pereira Júnior, que volta para a nossa convivência, com saúde e com o seu brilhantismo, e, em segundo lugar, para saudar a baiana Ana Marcela Cunha. Ela é campeã olímpica, medalha de ouro na maratona aquática em Tóquio. A

travessia Salvador-Mar Grande está dando resultado no Japão, e Ana Marcela traz o ouro para o Brasil.

Ato reflexo, quero saudar os atletas brasileiros - jovens, meninos e meninas - sem Ministério do Esporte, com grande dificuldade de recursos para garantir a sua vocação desportiva, sem o apoio necessário do Governo Federal para competir de igual para igual com as grandes potências. Esta é a hora de apoiá-los, de abraçá-los.

Viva Ana Marcela!

Documento 167/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-20:44
Publ.: DCD 04/08/2021 - 126	- RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Destaque nº 9, do PSB, que é decorrente da Emenda de Plenário nº 14, trata da questão dos títulos emitidos anteriormente à lei, a 11 de julho de 2017, que terão seus valores passíveis de enquadramento ao previsto nessa lei mediante requerimento do interessado, observados os termos estabelecidos em regulamento e vedada a restituição de valores já pagos que, por conta do enquadramento, eventualmente excedam o que se tornou devido.

A nossa sugestão e o nosso pedido é de que se vote "sim" a este destaque, suprimindo-se o dispositivo, com o entendimento de que não é possível revisar valores já pactuados para beneficiar os titulados e reduzir o valor que a União irá receber. Isso contraria toda a lógica de prevalência do interesse público sobre o interesse privado. Não dá para fazermos a revisão do valor desses títulos aqui, neste momento, com essa lei. Isso é dar calote na União. Nós temos todo um ordenamento de regularização fundiária, que está na lei de 2009, que foi revisado várias vezes - a última vez foi em 2017 -, e darmos essa anistia aqui no projeto é muito ruim.

Por isso, nós pedimos o voto "sim" aos demais colegas.

Documento 168/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 127	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT também vota "sim".

Nós temos que preservar, Presidente, o acordo feito com a União, enfim, o acerto feito com a União quando essas áreas foram negociadas com particulares - aí foi feito um acerto de compensação para a União. Isso está consolidado. Agora eu vou fazer o acerto do acerto, ou reacerto, ou rearranjo, sempre em prejuízo para o Erário, imagino, em prejuízo para os cofres públicos. Então, nós temos que preservar esses valores, esses acordos, porque vale mais o coletivo, vale mais o plural, vale mais o público do que, neste caso, o privado. Esses valores têm que ser valorizados e preservados.

É por isso que nós votamos "sim". Essa é a posição do PDT.

Documento 169/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	20:48
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 127	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária. Natureza preconceituosa da resposta do Presidente Jair Bolsonaro à proposta do Governador Flávio Dino

de estabelecimento de parceria com o Governo Federal para recuperação da malha rodoviária federal maranhense.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Eu queria aproveitar para registrar um fato lamentável ocorrido no dia de hoje. O Governador Flávio Dino apresentou uma proposta de parceria com o Governo Federal com o objetivo de recuperar as BR do Maranhão. Com muita dificuldade, nós já vimos requalificando as MA e vimos, através do Programa Mais Asfalto, ajudando os Municípios. Também nos colocamos à disposição para ajudar o Governo Federal. Afinal de contas, a situação no Maranhão hoje é de intrafegabilidade nas BRs.

Como respondeu o Presidente da República, Jair Bolsonaro? Ele respondeu com desdenho, ele respondeu com preconceito, ele respondeu com gordofobia. Não é essa a atitude que esperamos de um Presidente da República, em especial quando o momento é de parcerias. Deixamos as quizilas eleitorais de lado para quê? Com um propósito: trabalhar a favor do povo. Mas, infelizmente, não é esse o objetivo do Presidente da República.

Documento 170/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-20:52
Publ.: DCD 04/08/2021 - 128	- DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Destaque nº 11 é de fundamental importância e é estratégico para o Brasil.

Todos sabem, Deputado General Peternelli, que, 2 meses atrás, o STJ exarou uma decisão absurda, em que exigiu a aplicação do Código Florestal, Deputado Marcelo, na área urbana do Brasil. Imagine,

Deputado Celso Maldaner, o Código Florestal ser aplicado no Rio de Janeiro, na Avenida Paulista, em Recife. Isso é um absurdo. Ainda dá a entender que vale para áreas consolidadas, Sr. Presidente. Então, vamos ter que demolir o Brasil, as grandes cidades? Isso já faz 2 meses.

Dois projetos de lei que tramitam nesta Casa, Sr. Presidente, tratam deste tema - um do Deputado Peninha e outro do Deputado Marcelo Ramos -, mas o projeto tem um trâmite nas Comissões, o que pode demorar mais alguns meses. Esses dois projetos remetem a decisão, Sr. Presidente, para o Plano Diretor e para a Lei de Uso e Ocupação do Solo dos Municípios brasileiros, Deputado General, ou seja, a decisão vai para os Municípios. Com a decisão absurda do STJ, o recuo, Deputado Molon, vai de 30 metros a 500 metros, e não mais a 15 metros.

O Brasil parou. A construção civil, que emprega pessoas simples, humildes, que aquece a economia, que gera empregos, está parada no Brasil. Este meu destaque, esta minha emenda resolve, derruba a decisão, Deputado Bosco Saraiva, derruba a decisão do STJ, uma decisão absurda, dada sem consulta ao Parlamento, sem consulta ao setor produtivo, insensível, uma decisão que não cabe neste momento.

Sr. Presidente, eu conversei com o Relator e peço a anuência dele. Vamos resolver o Brasil! Vamos desengessar o Brasil! Vamos dar a condição da decisão aos gestores municipais do nosso País!

Portanto, peço encarecidamente aos Líderes que analisem com sensibilidade, que analisem com racionalidade, pensando na geração de emprego e renda, pensando na construção civil, pensando no crescimento do Brasil. Aprovando este destaque, nós resolvemos de forma definitiva essa decisão absurda do STJ.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 171/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 130	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de rejeição do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, e de debate de projetos de lei relativos

ao tema em tramitação na Câmara dos Deputados.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um apelo a V.Exa. e aos colegas.

Como se trata de matéria estranha ao tema da regularização fundiária, como é um tema que trata do Código Florestal, da aplicação do Código Florestal e como há projetos na Casa tratando do tema, eu sugiro a V.Exa. e aos demais colegas que discutamos este tema, que é um tema que merece ser debatido - e eu acho que a preocupação do Deputado Marcelo Ramos é correta -, mas que o façamos no foro apropriado, que é o de um projeto de lei que trate deste tema, já que esta matéria não tem relação com o tema do projeto de lei, que é a regularização fundiária.

Por essa razão, eu faço um apelo aos colegas, ao Deputado Marcelo Ramos, ao Deputado Darci de Matos para que rejeitemos este destaque e façamos, nos projetos de lei em tramitação, o debate desta matéria, com o cuidado que ela exige de todos nós, Presidente. É o apelo que faço a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deixem-me falar um pouco deste assunto.

Existem dois projetos na Casa - um do Deputado Peninha e outro do Deputado Marcelo Ramos - que tendem a regularizar essas distorções de aplicação do Código Florestal, pelo STJ, em áreas urbanas. Esse assunto vem causando espécie, e nós inclusive nos reportamos ao Presidente do STJ, para que visse o julgamento dos recursos que lá estão pendentes. Mas, de uma maneira não muito rápida nem efetiva, o STJ não vem se pronunciando sobre essas decisões. Isso vem inviabilizando as áreas urbanas, as construções, cidades inteiras, como é o caso de Manaus, cidades como São Paulo, por onde passa o Rio Tietê - dar 500 metros para cada lado ali vai inviabilizar todas aquelas construções.

Então, o destaque do Deputado Darci com certeza seria aprovado, Deputado Molon. O que nós podemos fazer aqui é um acordo de plenário, do mesmo jeito, para, no caso, pegarmos o projeto do Deputado Darci, juntarmos ao projeto do Deputado Peninha, apensarmos o projeto do Deputado Marcelo e trazermos rapidamente à pauta, para que resolvamos isso num projeto de lei, se for o caso, e evitemos contencioso.

Eu faço um apelo, dando a palavra desta Presidência de que pautará imediatamente, um pedido ao Deputado Darci, para que retire o

destaque - e ele pode fazê-lo. Nós trazemos os projetos na próxima semana, para discutirmos no plenário da Casa, com o compromisso de todos de aprovarem o regime de urgência, para discutirmos o projeto como um todo.

Está o.k., Deputado Molon?

Documento 172/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 132	RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à votação de projetos de lei pertinentes ao tema da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria elogiar essa atitude. Existe mais de uma proposta tramitando nesta Casa sobre esse assunto, do Deputado Alceu Moreira. Eu mesmo sou Relator de uma dessas propostas e acho que podemos chegar ao consenso, a um texto que garanta que essas áreas de preservação permanente não continuem sendo ocupadas, porque são áreas sujeitas a inundações. Que consigamos colocar um equilíbrio nesse debate.

Eu gostaria de agradecer e cumprimentar, porque não ficaria bem colocar esse "jabuti" dentro do texto, em que pese a importância do tema trazido aqui pelo Deputado Darci.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 173/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/08/2021-21:04
Publ.: DCD 04/08/2021 - 133	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, este destaque pretende retirar do texto uma frase, que diz o seguinte: *"As áreas rurais não passíveis de regularização, desde que não existam interesses público e social no imóvel, poderão ser alienadas por meio de licitação pública, no limite de 2.500 hectares, nos termos do regulamento"*.

Esse texto - e por isso esta emenda pretende retirá-lo - coloca, de forma indireta, que serão passíveis de alienação, por processo de licitação, outras áreas, aquelas em que, por exemplo, haja trabalho escravo ou áreas destinadas, por exemplo, para reforma agrária. Por exclusão, acaba colocando outras áreas, de outros interesses públicos, de interesse social, como passíveis de serem alienadas através de processo de licitação.

Por isso é que apresentamos este destaque, para extrair, para suprimir essa parte do texto.

Documento 174/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-21:08
Publ.: DCD	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
04/08/2021 - 133			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, este é um dos pontos muito críticos da regularização fundiária e é também um ponto sobre o qual houve o debate mais ampliado com as organizações. Ouvimos as

federações, as organizações, especialmente as dos Estados amazônicos, haja vista que, nos Estados do Sudeste, do Sul e em grande parte do Centro-Oeste, são poucas as propriedades regularizáveis. Por incrível que pareça, até mesmo próximo ao Distrito Federal, existem áreas ocupadas e totalmente incluídas no processo produtivo, de forma competitiva, que precisam de regularização. Então, para aquelas em relação às quais ficou decidido que, depois do marco temporal, não têm interesse social...

O Governo não precisa de terra, mas precisa de critérios, e critérios que sejam rígidos, e de parâmetros que sejam transparentes. Foi assim que mudamos... O Deputado Bosco melhorou o nosso projeto, a medida provisória que era chamada de "Medida Provisória da Grilagem". E por que ela era chamada de "Medida Provisória da Grilagem"? Porque, nesse quesito específico, quando ia ser licitada a terra, faziam o tal direito de preferência. Aí, sim, era dizer o seguinte - e o Deputado Marcelo Ramos conhece muito bem e fez isso com muita convicção: "*Vou licitar, mas te dou o direito de preferência*". Por isso era chamada de "Medida Provisória da Grilagem". Mas, no projeto e no relatório aprovado hoje - que já é lei para nós -, não se dá o direito de preferência. Todos terão as mesmas condições quando o Governo for licitar as suas propriedades. Com isso, a mensagem que se passa é diferente da que se passava, quando o Parlamento aprovava uma nova lei, e o Estado brasileiro apenas falava que ia regularizar - porque não regularizaram terras ainda todos os Governos. Com isso, com o substitutivo aprovado, o relatório do Deputado Bosco, garantem-se condições iguais para todos os que forem participar da licitação. Deixa de ser, então, o projeto, a "Medida Provisória da Grilagem".

Por isso eu contesto aqueles que falam que o projeto incentiva a grilagem. Pelo contrário. Ele dá identidade àquelas pessoas que ocuparam a terra de forma mansa e pacífica, e não dá direito de preferência a ninguém. Todos terão as mesmas condições de adquirir uma terra que é do povo brasileiro, aquela que está em nome da União ou do INCRA.

Por isso, Presidente, contestamos essa tese e este destaque.

Documento 175/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 134	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre o requerimento de destaque supressivo do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou orientar pelo bloco porque acho que este tema é muito importante e vai na linha do que V.Exa. sempre fala, que é a de não prevalecerem as narrativas.

A legislação estabelece que terras públicas ocupadas até 2008 podem ser regularizadas na forma da antiga Lei do Terra Legal, com desconto que pode chegar até 100% para aqueles imóveis abaixo de 1 módulo fiscal; de 2008 a 2012, a terra pública pode ser vendida sem desconto, pelo preço de mercado da terra nua; e, de 2012 em diante, havendo qualquer ocupação, a terra será vendida por leilão, sem preferência para o ocupante.

Então, isso não é a regra da grilagem, isso é a regra do combate à grilagem, porque sabemos que o Estado brasileiro não tem condições de preservar tantas terras públicas como existem hoje. Temos um critério justo, que é um processo licitatório, para que essas terras sejam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 176/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 135	NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "não" ao texto.

Eu quero colocar ênfase aqui: esse próprio processo de alienação, a própria tabela já coloca um subsídio muito grande. Portanto, acho que não faz sentido manter o texto da forma como está colocado aqui.

Documento 177/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 135	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Presidente, também vota "não". Isso vem na linha do Ministro Salles, a de "passar a boiada", como ele dizia. Nós não queremos que passe boi, muito menos que passe boiada.

Nessa questão ambiental, é importante que se tenha compreensão, até porque ali está escrito muito claramente, no texto, que o Governo vai fazer o leilão na forma das regras que ele vai estabelecer. Ou seja, aprovando isto aqui, vamos entregar ao Governo, com certeza, uma espécie de cheque em branco, o que não é razoável, o que não é aceitável e com o que não podemos concordar.

É por isso que nós votamos "não", com muita clareza e com muita convicção.

Documento 178/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 135	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 2º, art. 38, da Lei nº 11.952, de 2009, na redação proposta pelo art. 2º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vai orientar "não", Sr. Presidente, porque entendemos que há uma facilitação muito grande, muito elástica para a venda de terras públicas. Isso, é evidente, coloca em xeque questões que não foram tocadas durante este Governo Bolsonaro. Eu não ouvi a expressão "reforma agrária" no Governo Bolsonaro. Em relação à preservação ambiental, o que temos visto é devastação.

Apesar de o Relator ser muito bem-intencionado, para não correremos o risco de que o seu texto seja usado para esses objetivos da venda fácil, da venda facilitada de terras públicas, nós vamos votar "não" ao texto.

Documento 179/195

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-21:16
Publ.: DCD 04/08/2021 - 137	- CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Retirada do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 16, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou pedir a retirada do destaque, porque está havendo aqui, acho, alguma incompreensão a respeito. Eu gostaria apenas de explicar o que ele é, para que possamos fazer essa retirada de maneira bem clara e transparente.

A Emenda nº 16 tipifica o crime de grilagem, Deputado General Peternelli, que é um crime muito comum no Brasil inteiro, mas que hoje se intensifica na Amazônia. Por quê? Porque a Amazônia é a última fronteira de expansão agrícola, e essa expansão costuma acontecer

com invasão, ocupação, grilagem, desmatamento, queimada, depois chega a pecuária, e por fim vem a grande agricultura, a monocultura exportadora. Como essa é, via de regra, a maneira de ocupação - porque isso foi colocado lá atrás, no projeto de ocupação da ditadura militar, e é o que acontece até hoje -, não existe um tipo penal para punir o crime de grilagem. Os grileiros são punidos, são processados como estelionatários. E nós entendemos que esse é um roubo que não tem apenas o impacto da apropriação indevida de um bem público, que são as terras, mas que há também o dano ambiental e o problema social que ele cria.

No entanto, nós ouvimos aqui várias lideranças do movimento ambientalista, do movimento social que têm dúvida sobre se a tipificação do crime de grilagem pode atingir, eventualmente, por exemplo, terras quilombolas, povos indígenas ou outro tipo de ocupações legítimas, segundo a nossa visão.

Então, para que esta emenda, que na verdade é o projeto, possa ser aperfeiçoada, ouvindo-se todas as partes, retiro-a, mas é uma retirada tática, não porque eu não acredite que nós devamos ser duros e firmes com ladrões de terras públicas, mas porque existe essa incompreensão.

Assim, para que possamos ajustar, eu peço a retirada do destaque, Sr. Presidente, e vamos ver como chegamos a um consenso a respeito dessa questão.

Muito obrigado.

Documento 180/195

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	21:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 142	CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações aos pequenos e médios agricultores rondonienses pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito grato.

Eu quero tratar hoje de algo que me alegrou muito. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 2.633, que trata da regularização fundiária. Eu sempre tenho dito a Rondônia e ao agronegócio que a regularização fundiária é um dos meus tópicos principais para apoiar o pequeno e o médio produtor da agricultura familiar. Esses produtores agora contam com a aprovação da regularização de até seis módulos fiscais, o que, em Rondônia, deve girar em torno de 90 a 100 hectares, mas vai até 600 hectares ou um pouco menos.

Isso vai alavancar Rondônia. Imaginem quantos pequenos e médios produtores da agricultura familiar serão regularizados no meu Estado de Rondônia! Isso vai explodir o meu Estado. As famílias ficarão felizes e poderão buscar recursos públicos para melhorar a sua produção. Isso é tudo o que quero.

Contem comigo! Rondônia, conte comigo! Buritis, Nova Mamoré, Ariquemes, Cujubim, Guajará-Mirim, os Municípios importantes da BR-429 que precisam da regularização fundiária, Cacoal, Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto do Oeste. Pequenos produtores, contem comigo! Rondônia está de parabéns. Pimenta Bueno, Vilhena e demais Municípios do Cone Sul, contem comigo!

Vamos regularizar as propriedades. Finalmente a lei foi aprovada por nós Deputados Federais. Vamos aguardar o trâmite e, muito em breve, iniciar a grande regularização fundiária no meu Estado.

Parabéns, Rondônia! Parabéns, pequeno produtor! Parabéns, agricultura familiar!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça constar o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 181/195

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:36
Publ.: DCD - 05/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconexão entre a pauta da Câmara dos Deputados e a realidade do País. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a Assessoria de Comunicação da Liderança do PT na Câmara publicou uma matéria que trazia a fala de vários Parlamentares do partido aqui no plenário, citou inclusive o meu discurso de ontem. E a conclusão do texto era que, nesta volta do recesso, a Câmara parecia distante da realidade do País e de costas viradas para o povo brasileiro, que sofre com a ausência de governo, com a falta de emprego e renda e luta para não morrer de COVID-19.

Realmente, ontem isso foi comprovado. A maioria da Câmara está comprometida com a impunidade, com a criminalidade e com a destruição das relações reguladas entre as pessoas que vivem no campo, como vimos na aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, que, sob o eufemismo de regularização fundiária, promove a legalização do crime de grilagem no País.

No dia em que o Presidente da COP26, cúpula das Nações Unidas para o clima, reúne-se com o Ministro do Meio Ambiente, o recado que deixamos para ele é que, mesmo diante de escândalos de corrupção envolvendo figuras do Governo na área ambiental, desmatamentos e queimadas recordes, o crime compensa no Brasil, principalmente para os grandes ladrões de terras públicas do País.

Como sempre, o nome limpo e o trabalho árduo de milhões de trabalhadores do campo, em especial os da agricultura familiar, foram usados por um setor aqui do Congresso para aprovar uma lei, sinalizando que o crime compensa.

Como cansamos de explicar aqui, para os pequenos proprietários ocupantes de terras públicas já há legislação e política pública do Estado para a regularização da situação fundiária deles. O que não temos é vontade política, é compromisso do Governo, porque destruiu o INCRA.

O que vimos aqui ontem foi um estelionato político.

Para concluir, o prejuízo será incalculável caso o Senado não modifique os problemas do que foi aprovado aqui ontem. E não se trata apenas do Projeto de Lei nº 2.633. Há um combo de projetos em série que fragilizam a capacidade do Estado de fiscalizar, ampliam os conflitos no campo e fortalecem o poder de quem já manda muito, como no caso do afrouxamento do licenciamento ambiental, da estrada-parque e, em breve, do que querem trazer aqui, o pacote do veneno.

A nossa luta seguirá adiante por um Brasil mais justo e sustentável a despeito das batalhas que estamos perdendo aqui para a força do

poder econômico.

Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos outros meios de comunicação da Casa.

Documento 182/195

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:16
Publ.: DCD - 05/08/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ações adotadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral contra o Presidente Jair Bolsonaro por ataques à democracia. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Boa tarde, Sr. Presidente. É até bom falar para o povo brasileiro tendo V.Exa. presidindo esta Mesa.

Sr. Presidente, está repercutindo muito e muito bem entre os que defendem a democracia as medidas tomadas pelo Poder Judiciário contra Bolsonaro. Já era mais do que hora de o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral se posicionarem de forma jurídica contra os ataques à democracia.

Bolsonaro tem que saber que ele não é dono do Brasil. O País tem uma Constituição, tem o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Esses Poderes não podem ser pisoteados pelo Chefe do Poder Executivo, como Bolsonaro vem fazendo. Que a justiça seja feita e o povo que acredita na democracia veja que esse Governo está no caminho errado!

O Brasil não tem mais espaço para autoritarismo, assim como não tem mais espaço para ditadura.

Sr. Presidente, eu registro aqui o meu protesto contra o projeto de regularização fundiária aprovado ontem pela Câmara Federal. Esse projeto foi batizado pelos defensores do meio ambiente e pelos movimentos sociais do campo como o PL da Grilagem. E é o PL da Grilagem mesmo! Por quê? Sr. Presidente, esse aumento de regularização para seis módulos rurais fiscais das áreas da União

ocupadas vai beneficiar grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais. Regularizar tudo isso, dessa maneira, sem precisar de vistoria do INCRA, é um crime, Sr. Presidente. Isso também é mais um ataque aos povos tradicionais e indígenas que tiveram suas terras invadidas. É o Governo passando a boiada durante a pandemia.

Peço, Sr. Presidente, que estes registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*, assim como nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 183/195

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:24
Publ.: DCD - 05/08/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados ao meio ambiente pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, a respeito da concessão de licenciamento ambiental, e do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária. Aumento do desmatamento no Estado do Acre. Suspensão, por países do primeiro mundo, do financiamento de Estados da Amazônia diante da retomada do desmatamento.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu inicio a minha fala com uma pergunta: em que mundo vive mesmo este Parlamento?

Ontem foi aprovado aqui o PL da Grilagem. Há alguns meses, foi aprovado o PL do Licenciamento. Ambos são PLs para deixar a boiada passar, Deputada Erika Kokay. São projetos contra o meio ambiente.

Depois que Joe Biden assumiu a Presidência dos Estados Unidos, aquele país voltou para o acordo sobre o clima. Os Estados Unidos, junto com o Reino Unido e a Noruega, estão com uma iniciativa chamada *Leaf*, uma iniciativa de aceleração do financiamento da baixa emissão de carbono em florestas. E, exatamente neste momento, o Parlamento brasileiro aprova esse tipo de lei aqui. É como se o Parlamento brasileiro estivesse renunciando, rasgando dinheiro, rasgando financiamento, o mesmo Parlamento que aprovou a Lei dos Serviços Ambientais.

Eu estou dizendo isso, Presidente, porque o meu Estado do Acre, de 2013 a 2022, conseguiu, através do mecanismo REM/KFW, junto aos Governos da Noruega e do Reino Unido, 55 milhões de euros para trabalhar com atividade sustentável e reduzir o desmatamento. E conseguiu fazer isso!

Agora, o que nós estamos vendo no Estado é um aumento do desmatamento. Só para terem uma ideia, neste mês de março, o desmatamento foi 360% maior do que em março do ano passado.

Quando se desmata, é como se estivéssemos jogando dinheiro fora. As pessoas e o próprio mercado global não aceitam políticas de alta emissão de carbono. É um caminho sem volta! O financiamento dos países ricos aos países que têm florestas, aos países em desenvolvimento é um caminho sem volta. O Brasil precisa abraçar essa oportunidade. Os Estados da Amazônia precisam abraçar essa oportunidade.

Ontem, o Pará anunciou que vai entrar nesse mecanismo. Espero que o Governador do Acre também entre nessa onda, porque nós precisamos, de fato, ter um agronegócio forte, que respeite o meio ambiente nas áreas que já estão desmatadas, mas não dá para ficarmos abrindo porteira para o desmatamento.

Como eu disse, o mercado de carbono é uma realidade. Vão sair agora os dados do desmatamento relativos ao período de 2020 a 2021. Calcula-se que houve 10 mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. Isso é rasgar dinheiro.

Por isso, é fundamental que este Parlamento acorde para essa realidade mundial.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 184/195

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:40
Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retrocesso da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Incentivo às queimadas, aos desmatamento e à invasão de terras indígenas na Amazônia, diante da desestruturação dos órgãos de fiscalização de crimes ambientais. Situação de abandono dos

agricultores familiares do interior do Estado do Amazonas. Aumento das tarifas de energia elétrica, suspensão do Programa Luz para Todos e dos serviços de Internet nas regiões interioranas. Atraso socioeconômico da região amazônica. Descaso do Governo Federal para com os amazônidas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Primeiro, eu queria lamentar a aprovação nesta Casa do projeto de lei da grilagem, um projeto que regulariza a ocupação indevida de terras públicas e facilita o desmatamento ambiental. Foi um grande retrocesso a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020. Isso é praticamente um sinal verde para a derrubada da mata, principalmente na Região Amazônica.

Nós estamos vendo o Governo Federal promover o desmonte da estrutura pública das instituições de fiscalização e de combate aos crimes ambientais. Isso facilita e incentiva as queimadas, o desmatamento na Amazônia e também a exploração de terras indígenas em outras áreas públicas, o que nós não aceitamos. Isso vai gerar um grande impacto, e a desculpa de regularizar terras de pequenos agricultores facilita a vida daqueles criminosos ambientais.

Nós já temos uma legislação, além do Terra Legal, que pode muito bem ser utilizada para regularizar as terras de pequenos agricultores em áreas da União, facilitar a vida deles e apoiar a produção. Portanto, é um grande e lamentável retrocesso essa aprovação na Câmara dos Deputados.

Em relação à situação dos agricultores familiares, estou fazendo uma série de visitas ao interior do Amazonas. No recesso, conseguimos visitar algumas áreas onde o INCRA tem assentamentos, como é o caso da Vila Amazônia, em Parintins. Os agricultores estão literalmente abandonados. O Governo atual, desde o golpe de 2016, simplesmente parou de ajudar os agricultores. As estradas estão abandonadas. Não há apoio para o escoamento da produção e para o transporte escolar. As estradas estão inviáveis inclusive para a circulação de veículos. Então, o prejuízo é muito grande e é um sofrimento para todas essas populações.

Além disso, o programa Luz para Todos parou também, e a tarifa de energia aumentou. Há comunidades sem energia, sem Internet. Não há investimento para garantir acesso à Internet. É um atraso econômico e social o que estamos vendo na Amazônia e no Brasil.

Diante dessa realidade do nosso Estado, vemos que simplesmente sumiu o Governo Federal, é como se nós não o tivéssemos mais. Aliás,

se ele não existisse, seria até melhor, porque as ações hoje do Governo Federal prejudicam a população da Amazônia, os indígenas. Todos os dias acontecem ameaças às terras indígenas, aos direitos dos povos indígenas.

Não dá para aceitar isso. O povo quer "Fora, Bolsonaro!", quer mudança. Por isso, o Lula está tão bem nas pesquisas, porque foi ele quem promoveu avanços sociais na Amazônia.

Gostaria que o nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 185/195

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:56
Publ.: DCD - 05/08/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da regularização fundiária para combate ao desmatamento e às queimadas na região amazônica. Ampliação do debate sobre a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, nós votamos uma matéria muito importante, principalmente para nós da Amazônia.

Na Amazônia, avança-se no desmatamento, sem que haja CPF ou CNPJ. Há dificuldade de homens e mulheres que ali trabalham, que lutam para produzir, terem acesso à titulação da sua propriedade. Esse avanço representa uma conquista não somente para quem trabalha na agropecuária na Amazônia, mas também para a floresta. Se avançarmos na regularização fundiária, inverteremos essa lógica do desmatamento e da queimada.

Não é verdadeiro quando se diz que regularizar a terra fará avançar o desmatamento. É falso. Não é verdadeiro. Tem que se conhecer a realidade de quem vive na floresta, de quem vive nos beiradões, de quem convive com essa realidade.

Sr. Presidente, considerando-se as áreas urbanas, mais de 97% do Estado do Amazonas está preservado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui com a pauta

da privatização dos Correios, um serviço essencial para o povo brasileiro. Eu entendo que nós precisamos aprofundar esse debate. Não é porque os Correios, neste momento, têm problemas e dificuldades na sua gestão que a solução seja a privatização pura e simples. Nós temos essas questões que precisam estar claras e precisam estar no projeto, como a garantia da entrega para o Brasil profundo, como é o caso da Amazônia, com mais de 5 milhões e meio de quilômetros quadrados, a garantia de que as correspondências cheguem ao homem e à mulher do interior da Amazônia, como também do Nordeste.

Nós precisamos avançar nesse debate no sentido de construir alternativas, como até abrir para a capitalização ou avançar na gestão dessa empresa. É temerário que, para uma ação dessas, que pode gerar inúmeras dificuldades para milhares de brasileiros, nós tenhamos que tomar uma decisão sem um amplo debate, sem discutir de forma aprofundada. Que isso não seja, na busca de uma solução, um grande erro, prejudicando as pessoas e quem também exerce atividade econômica.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 186/195

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/08/2021- CD	18:12
Publ.: DCD - 05/08/2021 - 40	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posse do Senador Ciro Nogueira no cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Retomada do processo de desenvolvimento econômico com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Anúncio de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, relativa à instituição do novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e à adoção de medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho. Retomada das aulas presenciais. Preocupação do Governo Jair Bolsonaro com os brasileiros e suas famílias. Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e

manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, referente à regularização fundiária. Votação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse do País. Anúncio de votação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, relativo à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Criação do Programa Auxílio Brasil.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tivemos agora a posse do Senador Ciro Nogueira como Chefe da Casa Civil do Governo Bolsonaro.

Foi uma posse prestigiadíssima, com muitos Parlamentares, Governadores, Ministros, lideranças setoriais que veem na nomeação de Ciro Nogueira um passo na direção da boa política, do diálogo, da consolidação dos valores democráticos, do prestígio ao Piauí e ao Nordeste. Esses são valores que nós, Parlamentares, muito queremos ver, na prática, estabelecidos na relação entre o Governo e o Parlamento.

O Senador Ciro Nogueira chegou aqui em 1995. Eu também cheguei aqui em 1995. S.Exa. tem uma belíssima carreira e é Presidente do nosso partido Progressistas. Eu sou Tesoureiro-Geral do Progressistas nacional. Portanto, trabalhamos juntos na estruturação do nosso partido, que tem hoje como nosso filiado o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, o terceiro homem da República - como disse hoje o Presidente Bolsonaro em seu discurso.

Tudo isso faz com que nós tenhamos a certeza de que estamos caminhando na direção certa.

A pandemia mudou, obviamente, os planos de todos os Governos do mundo e também os do Governo Bolsonaro. A pandemia mudou os planos do Ministro Paulo Guedes de diminuição do tamanho do Estado, de eficiência administrativa, de mudança do perfil da arrecadação, de uma tributação mais justa para os brasileiros.

A pandemia, contudo, está acabando. O Presidente Bolsonaro, desde o ano passado, quando editou aquela medida provisória de crédito de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas, conseguiu dar a todos os brasileiros a certeza de que as vacinas estavam a caminho. Nós já temos um grande número de brasileiros vacinados. Até setembro, o Ministro Queiroga promete que teremos todos os brasileiros vacinados com a primeira dose.

Isso nos dá uma segurança muito grande de retomada da normalidade e de retomada da economia; de construção de um ambiente econômico melhor; de geração de oportunidades de emprego; de construção daquela recuperação da economia em V, que tanto vai favorecer todos os brasileiros e, em especial, os jovens que querem ter a oportunidade de se iniciar no mercado de trabalho.

Para isso, votaremos na semana que vem a Medida Provisória nº 1.045, relatada pelo Deputado Christino Aureo, que estabelece os padrões daquela rampa de ascensão social, os parâmetros para que haja formação técnica para o jovem, para que haja bolsa e oportunidade do primeiro emprego, para facilitar que o empresário assuma a responsabilidade de dar o primeiro emprego aos jovens e também às pessoas da terceira idade.

Desse modo, poderemos retomar a normalidade e ver as nossas crianças na escola. Vários Estados já retomaram as aulas. Lamentavelmente, o Brasil foi um dos países que mais tempo ficou sem retorno às aulas. Hoje ainda o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, fez uma solenidade junto com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, justamente para marcar a posição do Governo em favor da volta imediata das aulas para todos os brasileiros.

Isso é muito importante para a retomada do ambiente familiar, da rotina das famílias e das mães que precisam trabalhar e precisam da escola e da creche para deixar seus filhos. Isso tudo vem na direção de mostrar que o Governo Bolsonaro é um Governo preocupado com as famílias e com os brasileiros.

Então, o foco é a retomada da economia. O foco é um Governo liberal. Votaremos, amanhã, o projeto da privatização dos Correios. Já votamos o projeto da ELETROBRAS. Então, caminhamos nas metas que foram estabelecidas.

Ontem, votamos a regularização fundiária, que vai permitir a muitos milhões de brasileiros regularizar o seu imóvel, pagar o seu imposto, ter o seu patrimônio em seu nome, ter a segurança do seu endereço, do seu patrimônio, como garantia para que possa crescer cada vez mais. Milhares de imóveis irregulares no Brasil serão regularizados com a legislação que votamos ontem.

Já votamos a cabotagem, que foi ano passado para o Senado. Votamos o licenciamento ambiental, também uma matéria importantíssima. Votamos o superendividamento. São muitos os projetos relevantíssimos sobre os quais a Câmara dos Deputados se debruçou e que, depois, entregou à sociedade.

Na próxima semana, vamos votar as alterações do Imposto de Renda.

O Deputado Celso Sabino já está com seu relatório ajustado, e vamos votá-lo. Também vamos votar a Medida Provisória nº 1.045, de 2021, que trata da rampa de ascensão social para todos os brasileiros do novo programa chamado Auxílio Brasil, que pagará 50% a mais que o valor do Bolsa Família. Este programa vai exigir não só a presença do aluno na escola, mas também desempenho escolar; vai não só exigir a presença do aluno na atividade esportiva, mas também incentivar o desempenho esportivo. A qualificação do jovem será feita pelo Sistema S, que vai também dar-lhe bolsa, ajudando o empresário, pagando, meio a meio, a bolsa desse jovem, para que ele adentre o mercado de trabalho, para que ele aprenda uma profissão, para que ele esteja apto a, quando atingir a idade produtiva, assumir um emprego com carteira assinada. É assim que nós queremos ajudar todas as famílias brasileiras a crescer.

A posse do Senador Ciro Nogueira vem exatamente neste momento em que o Governo está coroadando uma série de esforços que estão agora em votação, em aprovação. É a oportunidade de entregar conquistas à sociedade, com a sanção dessas leis. Com isso, nós teremos um Brasil melhor, mais justo, mais fraterno e, quem sabe, menos polarizado do que hoje.

O importante é que todos nós, políticos brasileiros, cada um com a sua visão, queremos o bem da população. Mas não podemos atrapalhar o Brasil. É esse o apelo que fazemos: união de todos por um Brasil melhor; esforço de todos para que o Governo possa entregar aos brasileiros aquilo que prometeu na campanha e que foi consagrado pelo voto popular.

O Governo Bolsonaro continua com o seu lema: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Vamos, todos os Parlamentares, lutar para entregar ao Brasil as conquistas que o povo brasileiro espera e merece.

Muito obrigado.

Documento 187/195

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/08/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 05/08/2021 - 50	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 557 mil mortes no País em decorrência da Covid-19.

Quadro de desemprego, fome e insegurança alimentar vigente no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de imunizantes contra o coronavírus. Elevado índice de rejeição popular do Presidente da República. Indiferença da Câmara dos Deputados diante da situação por que passa o País. Distanciamento entre a pauta da Casa e os anseios e necessidades da população brasileira. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Desafio do Presidente Arthur Lira de enfrentamento dos devaneios golpistas do Presidente Jair Bolsonaro e de fortalecimento da pauta da Câmara dos Deputados.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vida para o povo brasileiro está insuportável. Já alcançamos 557 mil mortes diante da maior crise sanitária já vivenciada por nossas gerações. Estamos chegando a 15 milhões de pessoas desempregadas que não têm dinheiro para comer, com o botijão de gás a 120 reais. Lamentavelmente, mais da metade do povo brasileiro, mais de 110 milhões de pessoas estão vivendo sob insegurança alimentar. Faltam itens nutricionais básicos na mesa de boa parte, Deputado Bira do Pindaré, das famílias brasileiras, em especial - sabemos que elas têm cara, têm cor - das famílias negras, mulheres mãe solo nesse Brasilão de proporções continentais.

Uma CPI, no meio desse momento, revela que o Governo possivelmente tem negociado a vida do povo a partir de corrupção com a vacina. E, lamentavelmente, temos um Governo que, no meio de tudo isso, com tanta coisa para fazer, com a vida dura para o povo, não é tímido na sua sanha golpista, pois sabe que o risco de perder em 2022 é enorme, experimenta a maior rejeição nas pesquisas desde o início do Governo.

Os atos nas ruas têm mostrado um povo que está cansado de ser esculachado pelo Governo Bolsonaro, cansado da fome, cansado de não ter dinheiro para pegar um ônibus, cansado da precarização do trabalho, cansado de morrer na fila do SUS, que cada vez conta com menos investimentos por conta de uma lógica de austeridade, do teto de gastos, e com uma despreocupação mesmo do que é o SUS e o serviço público.

Vejam: diante desse cenário, qual tem sido o papel da Câmara dos Deputados? Parece que estamos vivendo em outro planeta! Parece que é outro Brasil!

Senhores e senhoras, temos uma pauta que não está à altura desses tempos, não está à altura do povo brasileiro! Até o Judiciário, com todos os seus problemas, já reconhece que é preciso investigar

Bolsonaro por espalhar desinformação, por mentir para o povo brasileiro sobre o voto impresso, por sustentar a sua sanha golpista.

Mas a pauta da Câmara é privatizar os Correios, é aplicar, com todo o respeito, uma reforma trabalhista, por meio da MP 1.045, que vai precarizar ainda mais a vida do trabalhador. Ontem aprovamos, lamentavelmente, um PL que pode legalizar grilagem, no Brasil marcado pelos latifúndios, no Brasil que ainda tem dificuldade de reconhecer territórios indígenas, senhores e senhoras.

Temos um problema grave no Brasil. A nossa democracia é jovem, incompleta, mas precisa ser fortalecida. É tarefa do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, deste Congresso, ser contundente no enfrentamento ao golpismo de Bolsonaro e no fortalecimento de pautas que de fato apresentem saídas para o momento do Brasil.

Documento 188/195

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:16
Publ.: DCD - 06/08/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Favorecimento à grilagem de terras pelo Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Bira do Pindaré, e faço minhas as palavras do Deputado José Ricardo. Parabéns a V.Exa. por presidir esta sessão!

Sr. Presidente, falo do PL 2.633, o PL da grilagem, que está em votação no Senado Federal. Eu sou advogado de trabalhadores rurais e sei como acontece a grilagem, principalmente na Amazônia. São os madeireiros que abrem picadas nas florestas, principalmente onde há madeiras especiais, madeiras de lei, e aí fazem talhões de 50 mil a 100 mil hectares. Logo em seguida, esse madeireiro procura grileiros de terras e divide a área em pedaços de mil hectares e passa a vender em Goiás, Minas Gerais, São Paulo, para pessoas incautas que vão comprar terras na Amazônia na certeza da impunidade.

Sr. Presidente, esse PL da grilagem, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, simplesmente está legalizando a morte na Amazônia,

porque os conflitos agrários vão se multiplicar.

Nós sabemos que não haverá a presença do INCRA, que está totalmente desfalcado para acompanhar os processos de desmatamento, e, por isso, vão aumentar as áreas sem vistoria. Ou seja, aqueles grileiros de terras que começam a grilar no início da Amazônia e vão avançando vão continuar da mesma forma. E todos aqueles que grilaram terras na Amazônia serão salvos e não vão pagar as multas pelas queimadas. Pode ter certeza, Sr. Presidente, de que vão triplicar as queimadas e as derrubadas na Amazônia. A grilagem vai aumentar, e os trabalhadores, aqueles que lutam pela terra, que lutam para regularizar a sua posse, não vão ter nenhuma chance, porque o grande grileiro vai titular a área maior e deixar os pequenos no meio.

Sr. Presidente, peço mais um tempinho porque eu também gostaria de falar sobre os Correios. Eu moro no Tocantins e estou sabendo que o Estado terá apenas três cidades atendidas pelos Correios.

É lamentável privatizar um órgão centenário com uma história linda. Os carteiros são os anjos da guarda que trazem as boas e também as más notícias, porque eles são os portadores...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. autorizasse a divulgação de minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 189/195

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:40
Publ.: DCD - 06/08/2021 - CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa dos agricultores familiares, dos pequenos e médios produtores rurais do Estado de Rondônia quanto à aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária. Transposição de servidores públicos do ex-Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da União.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Sem revisão do orador.) - Presidente, fico muito grato. Como eu fico feliz em ocupar esta tribuna para falar para o meu povo de Rondônia. Em nome dele, eu estou aqui, Presidente, muito grato.

Dois temas eu quero puxar aqui. Um deles é a transposição dos nossos servidores do ex-Território Federal de Rondônia. O outro é o Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Esse projeto é muito esperado por Rondônia, por aqueles guerreiros que ocuparam os espaços, chamados pelo poder público há décadas, que aguardam tanto a regularização fundiária. O PL vai deixá-los muito felizes.

Agricultor familiar, pequeno produtor, médio produtor, eu estou com vocês. Eu quero estar sempre ao lado dos bons trabalhadores que produzem alimentos para Rondônia e para o Brasil.

Agora serão seis módulos fiscais, não mais quatro, como estava previsto. Em Rondônia, cada módulo fiscal corresponde a 60 hectares. Logo, conclui-se que aqueles que ocupam um espaço de até 360 hectares serão regularizados sem aquela questão de vistoria prévia. Não vai haver mais isso, não vai haver mais vistoria prévia para esses proprietários. Parabéns, agricultores que trabalham corretamente em prol do meu Estado de Rondônia!

Agora, quero tratar da transposição dos nossos servidores do ex-Território de Rondônia, que lutam há tanto tempo, já estão velhinhos e velhinhas, merecem, sim, o apoio do Governo Federal. O Presidente Bolsonaro, que nos ouviu há alguns dias, junto com o Ministro Paulo Guedes, darão todo o apoio a esses servidores, que são merecedores. Finalmente está sendo substituído o Presidente da comissão de transposição, que não atendia o interesse de Rondônia.

Nossos servidores da transposição, vocês nos orgulham! Eu sou de Rondônia desde zero ano de idade e vi o que vocês fizeram por esse Estado.

O nosso Estado, Presidente, é uma criança. Nós temos apenas 38 anos como Estado. Portanto, esses servidores do ex-Território são os grandes guerreiros da construção do Estado de Rondônia.

Há um detalhe para o qual eu peço a atenção de todos, principalmente a do Governo Federal, em especial a do Ministério da Economia: os nossos servidores são do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Não deixe ninguém de fora, nosso Ministro. Eles são merecedores.

Fiquem com Deus e sucesso. Vocês merecem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 190/195

82.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/08/2021-
CD 15:40

Publ.: DCD - 06/08/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
115

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados contra os arroubos golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Prioridade dada pela Casa na privatização de estatais, em detrimento das ações em defesa das liberdades democráticas e de combate à fome, ao desemprego e à insegurança alimentar. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à regularização fundiária; e do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, a respeito da concessão de licenciamento ambiental. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre o marco regulatório, a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios).

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - É inacreditável que se minta tanto para entregar um patrimônio público brasileiro lucrativo e com papel estratégico neste Brasil de proporções continentais. É inaceitável! Mas é também inaceitável, Deputado Marcelo Ramos, que se privatizem os Correios neste momento de profunda crise democrática no Brasil.

A nossa é uma democracia frágil e tem sido, o tempo todo, atacada pelo Presidente da República. Agora mesmo, ele ameaçou o Ministro Alexandre de Moraes. Disse para ele que a hora dele vai chegar. Disse para ele que não se intimida. Fez gracinha, perguntando: "*Quem é que vai me investigar? É a PF ou é o Exército?*".

A sanha golpista e a liberdade de atacar a democracia deveriam ser repudiadas pelo Presidente Arthur Lira. Deveriam, senhores e senhoras, ser repudiadas por aqueles que estão à direita, mas se dizem de um campo democrático.

Esta Casa deveria estar sendo contundente ao afirmar as liberdades democráticas; deveria estar denunciando o golpismo de um Presidente

da República que tem saudade da ditadura civil-empresarial-militar, que tem saudade do tempos em que era legal e legítimo enfiar ratos na vagina de mulheres que lutavam.

Mas, não. Ao invés de estarmos aqui defendendo a democracia, o aprofundamento e a radicalização da democracia brasileira; ao invés de estarmos aqui enfrentando um cenário dramático de fome - mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar -; ao invés de estarmos aqui enfrentando o cenário de desemprego...

Eu ouvi o Deputado Major Vitor Hugo falar da geração de emprego no Brasil. Estamos batendo recorde de desemprego! São quase 15 milhões de desempregados no Brasil, fora aqueles desalentados, que nem têm mais dinheiro para procurar emprego e não entram na estatística!

Tínhamos que estar aqui discutindo como preservar a nossa natureza e os nossos povos indígenas. Mas, não! No meio disso tudo, desse cenário desastroso, que está afundando o povo brasileiro num buraco de que vai ser difícil sair, nós aprovamos o PL da Grilagem, o licenciamento ambiental. Falou-se aqui da autonomia do Banco Central, da previdência, do fim da previdência pública.

E, senhores e senhoras, entregam os Correios para o setor privado! Isso significa dificultar que o informativo, os insumos, as vacinas cheguem aos postinhos do interior do Brasil. Isso significa encarecer as tarifas para aquele que moram distante dos centros urbanos. Afinal, quem é o grande empresário que vai pagar pela universalização do serviço postal?

Este projeto é inconstitucional, porque a Constituição diz que o serviço postal é serviço público, e não atividade econômica.

É imoral, é criminoso, é vergonhoso que o bolsonarismo aqui representado se alie a setores do Centrão para entregar o patrimônio público brasileiro e para, infelizmente, não apresentar respostas para as questões que dizem respeito à vida do povo brasileiro.

Chega! Fora, Bolsonaro!

Documento 191/195

84.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021-
CD 17:16

Publ.: DCD - 11/08/2021 -
138 TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO

Sumário

Quadro de fome, insegurança alimentar e desemprego vigente no País. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - É Inacreditável! É inacreditável o drama que o povo brasileiro vive neste momento, com metade da população passando fome, vivendo em insegurança alimentar, com falta de itens nutricionais na mesa, com quase 15 milhões de desempregados, fora aqueles que nem têm mais dinheiro para pagar passagem e procurar emprego, fora a pandemia. Esse é o drama.

Diante desse drama, o que este Parlamento tem feito? Tem atacado sistematicamente o povo brasileiro de diferentes formas: privatizando os Correios, privatizando a ELETROBRAS, entregando nossos patrimônios públicos, atacando a natureza com licenciamento ambiental, com PL da Grilagem. E agora, a toque de caixa, por meio de jabutis, de forma inconstitucional, esta Casa vai mesmo aprovar uma reforma trabalhista?

Primeiro, é ilegal. É ilegal porque os três programas que estão inclusos, Deputada Benedita, nessa medida provisória são matérias estranhas ao objeto original dela. Disse isso a Consultoria desta Casa, consultada pela bancada do PSOL. É uma análise técnica da Consultoria da Casa.

Disse isso o Ministério Público do Trabalho, que está avisando que vai haver insegurança jurídica e que as mudanças propostas por esses três programas deveriam ser feitas, para nós nunca, mas, se fossem feitas, deveriam ser feitas por meio de outras legislações.

Rapidamente, falarei do REQUIP, que é a farsa da qualificação, que é a permissão de contratação de 15% da força de trabalho de uma empresa para trabalhar 22 horas semanais, ganhando 40% do salário mínimo. A formação está por fora das 22 horas semanais. Estamos falando de trabalhadores sem férias, sem 13º salário. E vejamos: o

público-alvo é quase todo mundo. Aqueles que estão há 2 anos sem CLT podem ser contratados por esse regime que precariza o trabalhador.

O PRIORE permite a contratação de até 25% da força de trabalho, pagando metade do FGTS. E quem for contratado por esse regime, senhores e senhoras, tem que parar de receber o Bolsa Família.

E, por fim, há um terceiro programa incluído esta semana: o serviço social voluntário. Os Municípios - peço mais 30 segundos, Deputado Marcelo - poderão contratar mão de obra precarizada por 250 reais, senhores e senhoras. Estão rasgando a CLT, estão impedindo inclusive que esses Municípios façam concurso público.

Gente, isso é um escândalo! Não é possível que todos fiquem sentados como se estivéssemos vivendo uma normalidade.

A matéria votada aqui é um ataque frontal duro ao trabalhador brasileiro, que já está mais do que esculachado por um Governo golpista, antipovo e anti-Brasil, mas não terá a digital do Partido Socialismo e Liberdade.

Documento 192/195

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 19/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento dos preços de combustíveis e alimentos no País. Liderança do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial. Necessidade de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a instituição de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à regularização fundiária. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero falar sobre o aumento dos preços no Brasil. A população brasileira não aguenta mais tudo tão caro! Enquanto a PETROBRAS anuncia lucro líquido de 43 bilhões de reais e a distribuição de mais de 31 bilhões de reais em

pagamentos de dividendos aos seus acionistas à custa do consumidor, o preço do combustível ultrapassa os 6 reais por litro em grande parte do País.

Não podemos achar isso normal. Enquanto um punhado de bilionários fica mais rico, milhões estão passando fome. Vejam também o caso do agronegócio. Os números das exportações são grandiosos. O bolso dos ruralistas está cheio. O bolso deles está cada vez mais lotado, mas a população não tem dinheiro para pagar o preço dos alimentos no supermercado.

Em um ano, o arroz subiu 61%, o feijão, 69%, as carnes bovinas, 27%. De nada adianta falar em recordes da PETROBRAS ou do agronegócio se faltam meios para a população comer e se locomover. Não é à toa que mais de uma pesquisa de intenção de voto para 2022 mostra Lula ampliando a vantagem sobre Bolsonaro para 16 pontos agora: 40% contra 24%.

Talvez seja por isso que a maioria governista da Câmara dos Deputados, liderada pelo Presidente Arthur Lira, esteja promovendo a maior eliminação de direitos do povo e a maior entrega do patrimônio público de que temos notícia na história do País.

Tenho fé de que o Brasil será feliz de novo, mas agora ainda há tempo de fazer mudanças e combater a carestia que assola o nosso País. O Senado precisa aprovar o PL 823, que institui o auxílio emergencial para a agricultura familiar, e vetar a aberração aprovada aqui nesta Casa da tal chamada regularização fundiária, que, na verdade, é a regularização de terra pública grilada, roubada.

Também precisamos nos mobilizar para que esta Casa derrote e não aprove a PEC 32, porque ela destrói o serviço público justamente naquilo que é necessário para a grande maioria do povo brasileiro, com consequências inclusive para as instituições responsáveis por cuidar da agenda ambiental.

Por isso, esta Casa precisa dar respostas concretas aos interesses do País, do povo brasileiro, e votar contra a PEC 32.

Peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Obrigado.

Publ.: DCD
25/02/2022 -

JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre o estabelecimento de critérios para a regularização fundiária de imóveis da União, bem como de assentamentos; e do Projeto de Lei nº 510, de 2021, acerca da regularização fundiária de ocupações situadas em terras da União.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje falar sobre a grilagem de terra que legaliza a pecuária e a extração de madeira no Brasil.

O agronegócio é tóxico e tem pressa. Quanto mais se aproximam as eleições com a perspectiva de vitória de Lula, mais aumenta a pressão da bancada ruralista, que busca fazer com que seus projetos, nada republicanos, sejam aprovados a toque de caixa. E essa pressão sobre a pauta do Congresso conta com um aliado para dar celeridade aos seus intentos: o Presidente da Câmara.

Um desses projetos é o Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, que estimula a grilagem de terras e o desmatamento, ao ampliar as possibilidades de regularização fundiária de terras da União por autodeclaração, com a proposição também de anistiar grileiros e criminosos ambientais.

Esse projeto, aprovado no ano passado na Câmara dos Deputados, encontra-se agora no Senado Federal para análise e votação. É necessário lembrar que essa grilagem, além de constituir-se em crime contra o patrimônio público, engloba também crimes de desmatamento não autorizado em grandes áreas, associados muitas vezes a trabalho escravo e a conflitos com populações tradicionais em áreas ainda não destinadas, promovendo o crescimento da violência no campo.

E o que tem o agronegócio com essa questão da grilagem? Esta semana foi publicado no *site* do Greenpeace Brasil o resultado de uma investigação que revela que grandes frigoríficos do País compram gado de forma direta ou indireta de fazendas localizadas em áreas públicas

federais na Amazônia com suspeitas de grilagem. Com isso, fica também a suspeita de que a carne vendida no Brasil e no exterior está vinculada ao desmatamento ilegal, contribuindo com a destruição da floresta. É isso que esse projeto de lei quer legalizar.

Outro aspecto da questão está ligado às operações extrativas ilegais que acontecem nessas áreas de floresta e que são caracterizadas pelo corte de madeira fora das áreas de concessão e dentro de áreas indígenas e unidades de conservação e sua comercialização, geralmente, com o uso de licenças falsas.

O Senado Federal hoje tem a responsabilidade de impedir que essa proposta prospere e também de garantir que não seja aprovado o Projeto de Lei nº 510, de 2021, do Senador Irajá Abreu, que trata de proposta similar à do projeto aprovado na Câmara dos Deputados.

O levantamento feito pelo Greenpeace é bastante detalhado, citando nomes de empresas e pessoas que grilam terras, montam pastagens, criam e vendem animais nessas áreas, embora ainda tenha esbarrado em algumas dificuldades de acesso a documentos fraudados que dão cobertura a essas vendas para que sejam evidenciadas também as fazendas legalizadas que fazem a aquisição desse gado e o repasse de forma supostamente legal dessas transações.

Claro que além dos problemas sociais e ambientais e do prejuízo que irão causar ao Erário, caso se consolide a legalização desses desmandos, a utilização dessas terras vai transformá-las em áreas de pastagem de aluguel, das quais o agronegócio também faz uso, e em áreas de mineração ilegal do nosso solo, o que ocasionará a expulsão de comunidades indígenas e quilombolas dessas localidades, além de pressão sobre áreas do INCRA voltadas para reforma agrária e para a titulação de terras quilombolas.

Precisamos desde já aprofundar investigações como essa do Greenpeace e outras entidades e formar um entendimento quanto às medidas que possam ser tomadas, não por este Governo aliado de todo esse desmando social e ambiental, mas por aqueles que trabalham pela reafirmação de uma política includente e comprometida com o desenvolvimento sustentável que promova transformação e reconstrução do País.

10/03/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Realização, nas imediações do Congresso Nacional, do Ato pela Terra contra a votação dos Projetos de Lei de nºs 2.159, de 2021, sobre licenciamento ambiental; 2.633, de 2020, e 510, de 2021, relativos à regularização fundiária; 490, de 2007, referente à alteração da Lei nº 6.001, de 1973, sobre o Estatuto do Índio, (aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas); 191, de 2020, a respeito da exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas; e 6.299, de 2002, sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, utilização, importação, exportação, destinação final de resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de pesticidas, bem como de produtos de controle ambiental e afins.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está marcado para esta quarta, dia 9 de março, o Ato pela Terra Contra o Pacote da Destruição. A convite do cantor Caetano Veloso, a manifestação vai reunir artistas e movimentos sociais para protestar contra o chamado "pacote da destruição", que inclui projetos de lei que colocam em risco o meio ambiente e as terras indígenas no Brasil.

Entre os projetos, está o Projeto de Lei nº 191, de 2020, que modifica a atual legislação e legaliza a exploração mineral em terras indígenas na Amazônia. O argumento em defesa do projeto é de que, em razão da guerra entre Rússia e Ucrânia, faltarão fertilizantes, como o potássio (K), para produção nacional. O argumento é falso, uma vez que há mais de 500 processos ativos de exploração desse elemento químico, o potássio, em andamento junto à Agência Nacional de Mineração, a ANM, e que poderiam ser viabilizados sem impacto em terras indígenas.

Para se ter ideia, o Município de Poços de Caldas, onde se localiza um maciço alcalino com uma estrutura circular de aproximadamente 800 quilômetros quadrados, é um importante depósito de potássio não explorado. Portanto, a urgência é falsa. Além disso, no Amazonas, as minas de potássio ficam fora das terras indígenas. Ou seja, Bolsonaro

está mentindo, de novo, quando usa o argumento da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Também faz parte do pacote da destruição o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que libera a mineração e hidrelétricas em terras indígenas, além de inviabilizar a demarcação de novos territórios indígenas em todo o País, com a tese do marco temporal. O PL vem sofrendo pressão dos Deputados bolsonaristas para que seja apreciado em caráter de urgência.

Apelidado por ambientalistas como "PLs da grilagem", o Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, e o Projeto de Lei nº 510, de 2021, também estão na lista do pacote da destruição. Esses projetos flexibilizam as regras de exploração de terra na região da Amazônia Legal.

Os venenos também fazem parte do pacote da destruição, com o Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, que amplia a inserção de novos agrotóxicos no mercado.

Para o Governo Bolsonaro, licenciamento ambiental, regularização fundiária, marco temporal, mineração em terras indígenas e agrotóxicos são prioridade, até maiores que o combate à COVID-19, que a educação, que o Auxílio Brasil ou as tragédias ambientais que tomaram conta do Brasil nos últimos meses.

Bolsonaro mente para o povo brasileiro. O Presidente quer fazer você acreditar que ele está preocupado com as terras indígenas, mas ele não está! E precisamos estar atentos às suas maldades, impiedades e malignidades.

Era o que tinha a dizer.

Documento 195/195

14.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/03/2022-00:32
Publ.: DCD 11/03/2022 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Realização, na Esplanada dos Ministérios, do Ato pela Terra contrário à votação dos Projetos de Lei de nºs 2.159, de 2021, sobre licenciamento

ambiental; 2.633, de 2020, e 510, de 2021, relativos à regularização fundiária; 490, de 2007, referente à alteração da Lei nº 6.001, de 1973, sobre o Estatuto do Índio, (aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas); 191, de 2020, a respeito da regulamentação da exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas; e 6.299, de 2002, sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, utilização, importação, exportação, destinação final de resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de pesticidas, bem como de produtos de controle ambiental e afins.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, demais presentes, telespectadores da TV Câmara, eu registro da tribuna desta Casa meus parabéns a todos e todas que participaram do Ato pela Terra, na Esplanada dos Ministérios.

Foi uma manifestação histórica, com participação de artistas, a exemplo de Caetano Veloso, vários intelectuais e muitos outros homens e mulheres da cultura brasileira. O Ato pela Terra também reuniu a juventude, movimentos sociais do campo e da cidade, ONGs e muitas outras entidades.

É a sociedade pedindo ao Congresso que não vote o PL 2.159, que trata de licenciamento ambiental, que não vote o PL 2.633 e o PL 510, que tratam de grilagem, que não vote o PL 940, que trata do Marco Temporal, e que não vote o PL 191, que autoriza garimpo em terra indígena. É o povo dizendo "não" ao PL 6.299, conhecido como Pacote do Veneno.

Chega de tanta atrocidade deste Governo genocida que não respeita a vida humana, nem o meio ambiente.

Era o que tinha a dizer.
